

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
HISTÓRIA - LICENCIATURA

**STHÉFANE BATISTA VIEIRA**

**RESTAURAÇÃO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE:  
um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no  
Centro Histórico de São Luís (1970-1990)**

São Luís  
2016

**STHÉFANE BATISTA VIEIRA**

**RESTAURAÇÃO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE:  
um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no  
Centro Histórico de São Luís (1970-1990)**

Monografia apresentada ao Curso de  
História da Universidade Estadual do  
Maranhão para o grau de licenciatura  
em História

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Júlia  
Constança Pereira Camêlo

São Luís  
2016

**STHÉFANE BATISTA VIEIRA**

**RESTAURAÇÃO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE:  
um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no  
Centro Histórico de São Luís (1970-1990)**

Monografia apresentada ao Curso de  
História da Universidade Estadual do  
Maranhão para o grau de licenciatura  
em História

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Júlia  
Constança Pereira Camêlo

Aprovado em 25 / 07 / 2016

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Júlia Constança Pereira Camêlo – Orientadora  
Universidade Estadual do Maranhão

---

---

## AGRADECIMENTOS

Ao término dessa monografia, recordando os momentos vividos até aqui, três sentimentos me veem à tona: o cansaço, a felicidade e a realização. E, é claro, de gratidão às pessoas que contribuíram de alguma forma para a minha vida acadêmica e para a realização deste trabalho.

O primeiro agradecimento é a Deus, por ter me dado força, saúde e sabedoria, para a realização deste trabalho. Lembro que cada vez que ia começar a escrever uma lauda da monografia, fazia o sinal da cruz e pedia força divina pra não desanimar. Isso, sem sombra de dúvida, foi a maior motivação para ter chegado até aqui.

Agradeço a minha mãe, Maria Carmelita Batista Vieira. A pessoa mais importante da minha vida. É graças a ela e por ela, que cheguei até aqui. Mãe, obrigada pelo incentivo, pelo amor e pelos cuidados, essa monografia também é sua. Amo-te.

Ao meu pai, Raimundo Nonato, pela torcida. A minha irmã Mylla, pelas dicas de estudo e por todos os momentos felizes que já vivemos. A minha irmã Larissa, pela amizade, pelos inúmeros momentos de sorrisos, pelas dicas, por sempre parar para ouvir minhas angustias, meus medos e torcer pela minha felicidade. Só nós sabemos o quanto o mês de maio e junho de 2016 foram momentos trabalhosos, mas também muito divertido, enquanto eu ia fazendo minha monografia você ia fazendo a sua, foi tenso, mas deu certo. Obrigada por tudo Larissa.

À minha professora da 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental, Anita Batista, que também é minha tia, por me fazer amar a História e compreender o quanto ela é importante para a vida do ser humano. Aos meus primos, Hellen, Saulo, Henry, Marcelo, Júnior e Guilherme, pelos momentos de diversão e risadas que eu só tenho com eles.

Agradeço também a toda turma (História-2012.1), na qual tive momentos inesquecíveis. Em especial os meus preferidos: Milton Costa, Rita Araújo e Thays Barbosa. Milton, por me acompanhar desde a primeira semana de aula na UEMA, em 2012, tornando meus dias acadêmicos mais leves e arrancando de mim os mais sinceros sorrisos. Obrigada, por tudo amigo! Rita, por todas as experiências compartilhadas e pelos momentos de diversão. Thays, uma amiga que a universidade me deu e com certeza será para a vida toda. Obrigada pela cumplicidade, pelos conselhos e pelos maravilhosos momentos que vivemos juntas na Universidade... e fora dela também.

Ao Marcos Tadeu, pelos livros presenteados, que foram essenciais para a conclusão deste trabalho, por me apresentar Luiz Phelipe de Castro Andrés, por me fazer gostar ainda mais de estudar o patrimônio cultural por meio de suas conversas e pelo companheirismo nessa etapa da minha vida.

Meu sincero agradecimento também, a Alex Costa, por me receber tão bem em um mundo até então desconhecido que era a Universidade, pelos dias inesquecíveis que vivemos no III Encontro Municipal de História, realizado em Urbano Santos, do qual fizemos parte da organização. Lembro-me de cada “sufoco” para que tudo desse certo. Por me indicar à Professora Júlia Constança Pereira Camêlo, para fazer parte do projeto de pesquisa que ela desenvolvia na Universidade Estadual do Maranhão.

Agradeço eternamente a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Júlia Constança Pereira Camêlo, por todos os ensinamentos, atenção e por ter me orientado nesse trabalho. Agradeço também de coração, por ter me dado a oportunidade em desenvolver a pesquisa intitulada: Na mídia, preservação do Patrimônio Histórico: os jornais ludovicenses O Estado, O imparcial e o Pequeno (1970-200), pelo programa de bolsa de iniciação científica FAPEMA-UEMA; o principal motivo pela escolha da temática na monografia.

Ao curso de *História Licenciatura*, da Universidade Estadual do Maranhão, por ser um divisor de águas na minha vida, acrescentando-me uma criticidade diante dos fatos sociais. E ao corpo docente do Curso de História, que tanto contribuiu para meus conhecimentos acadêmicos. Serei eternamente grata.

Ao *Arquivo Público do Estado do Maranhão* pela rica experiência que vivi durante 1 ano e 4 meses de estágio. Aos funcionários, em especial Helena Espínola, por ter me escolhido para fazer parte do grupo de estagiários e Sylvania, por ter me auxiliado com as documentações da pesquisa para o desenvolvimento desta monografia. Aos queridos amigos que lá encontrei: Laise Ribeiro, Karlla Anchieta e Victor Hugo, pelas descontrações na hora do “café” e por fazerem parte da minha vida nessa etapa.

Aos órgãos de pesquisa, *Biblioteca Pública Benedito Leite* e *Biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico*, pela disponibilidade das fontes, primordiais para a pesquisa deste trabalho.

Por fim, a Luiz Phelipe Andrès, pela entrevista concedida, pelas dicas de livros e por ter sido tão solícito ao apresentar-me o processo de restauração que houve na Feira da Praia Grande no ano de 1982.

*“Não importa quais sejam os direitos de propriedade, a destruição de um prédio histórico e monumental não deve ser permitida a esses ignóbeis especuladores, cujo interesse os cega para a honra [...]. Há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza a todo o mundo; destruí-lo é, portanto, extrapolar o que é direito”.*

Victor Hugo

## **RESUMO**

Este trabalho procura compreender como se estabeleceu o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ PPRCHSL, apresentando o caso da Feira da Praia Grande, localizada no bairro da Praia Grande, em São Luís do Maranhão. Apontando seu surgimento no século XIX e analisando como as práticas de preservação patrimonial em São Luís entre os anos de 1970 e 1990 efetuadas pelo PPRCHSL foram aplicadas na restauração da feira. Além disso, percebe-se como os discursos preservacionistas de intelectuais como: Antonio Lopes, Luso Torres, Fernando Perdigão, Martins de Carvalho contribuíram para uma valorização patrimonial e conseqüentemente sua preservação.

Palavras-chaves: Feira da Praia Grande. Restauração. Centro Histórico.

## **ABSTRACT**

This research seeks to comprehend how the Program of Preservation and Revitalization of the Historic Center of São Luis (PPRCHSL) was settled, by presenting the case of Praia Grande Fair, localized on Praia Grande neighborhood in São Luis, Maranhão. Showing its appearing in the XIX century and analyzing how the patrimonial preservation practices made in São Luis by the PPRCHSL, between the years of 1970 to 1990, were applied on the fair restoration. Besides that, it is noticeable how the preservationist discourse of intellectuals such as, Antonio Lopes, Luso Torres, Fernando Perdigão, Martins de Carvalho contributed to patrimonial valorization and consequently to its preservation.

**Key-words:** Praia Grande Fair. Restoration. Historic Center.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa da cidade de São Luís do Maranhão em 1844 .....	18
Figura 02- Foto dos casarões da Rua Portugal em 1908.....	20
Figura 03- Foto da área do jardim interno da Casa das Tulhas .....	26
Figura 04- Mapa do centro de São Luís, correspondente às delimitações das áreas protegidas .....	40
Figura 05- Planta da área do Projeto Praia Grande .....	43
Figura 06- Foto da obra do Projeto Reviver na Rua Portugal.....	48
Figura 07- Foto do Largo do Comércio em 1908 .....	49
Figura 08- Largo do Comércio em 1986 .....	49
Figura 09- Largo do Comércio [198-?]. .....	49
Figura 10- Foto da obra de esgoto e drenagem no centro histórico .....	52
Figura 11- Planta do Projeto original da Casa das Tulhas 1861-1948 .....	56
Figura 12- Planta da Casa das Tulhas/ Feira da Praia Grande 1948.....	57
Figura 13- Planta da Feira, com a proposta do PPRCHSL -1981 .....	65
Figura 14- Foto da construção de novos boxes na Feira da Praia Grande .....	66
Figura 15- Foto da Feira da Praia Grande, após a reforma pelo Projeto .....	68
Figura 16- Foto - “Castelo lança amanhã Projeto Praia Grande” .....	91
Figura 17- Foto da reportagem: reforma na Feira da Praia Grande .....	92
Figura 18- Foto da reportagem: reforma na Feira da Praia Grande .....	93
Figura 19- Foto da reportagem: início da reforma .....	94
Figura 20- Foto da reportagem sobre a retirada dos feirantes .....	95
Figura 21- Foto da reportagem: inauguração das obras .....	96
Figura 22- Foto da reportagem sobre as impressões dos feirantes .....	97
Figura 23- Fotos do artigo de Luso Torres .....	98
Figura 24- Foto do artigo de Antonio Lopes .....	101
Figura 25- Foto do artigo de Martins de Carvalho .....	102
Figura 26- Fotos do artigo de Fernando Perdigão .....	103
Figura 27- Fotos do relatório do relator Paulo Martins .....	104
Figura 28- Fotos – mensagem do Prefeito José O. Saboya .....	107

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A FEIRA DA PRAIA GRANDE: história e identificação do lugar .....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>A permanência dos casarões no Centro Histórico de São Luís .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2</b>	<b>A contribuição dos intelectuais na década de 1940 para a preservação do patrimônio cultural de São Luís.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DESENVOLVIDAS NO CENTRO ANTIGO DE SÃO LUÍS ENTRE OS ANOS DE 1970 A 2000 .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1</b>	<b>A introdução do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ PPRCHSL.....</b>	<b>41</b>
<b>4.2</b>	<b>As etapas do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.....</b>	<b>45</b>
<b>5</b>	<b>A RESTAURAÇÃO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE PELO PPRCHSL.....</b>	<b>55</b>
<b>5.1</b>	<b>A Feira da Praia Grande anos antes da restauração.....</b>	<b>55</b>
<b>5.2</b>	<b>A ação do PPRCHSL na Feira da Praia Grande .....</b>	<b>60</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>77</b>
	<b>ANEXO .....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os patrimônios materiais são objeto de valores históricos e de memória de um determinado lugar, porém, com o tempo, são vítimas do esquecimento, desapropriação ou descaso governamental. Por isso, na contemporaneidade é crescente o interesse pelas pesquisas e projetos que tem como tema a preservação patrimonial. O interesse aumenta na medida em que a globalização cultural se amplia, construindo um olhar diferenciado para o patrimônio, principalmente, como potencial turístico.

Dessa forma, a oportunidade em desenvolver durante um ano a pesquisa intitulada: *Na mídia, preservação do Patrimônio Histórico: o discurso dos jornais ludovicenses, O Estado, O Imparcial e o Pequeno (1970-2000)*, por meio do programa de bolsa de iniciação científica da Universidade Estadual do Maranhão, foi o primeiro e principal motivo pela escolha da temática. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o discurso dos jornais e o olhar da imprensa ludovicense sobre a preservação do patrimônio histórico de São Luís entre as décadas de 1970 a 2000. Durante a iniciação científica, cresceu o interesse pelo estudo do patrimônio edificado. Um segundo ponto que serviu de impulso para desenvolver este trabalho foi o enorme fascínio pelo centro antigo da capital maranhense e a arquitetura dos casarões ludovicenses, marcados de histórias.

Esses dois fatos, serviram de incentivo para procurar obras sobre o tema, dentre elas: *A história do Comércio do Maranhão 1612-1895* (1954), de Jerônimo de Viveiros; *São Luís. Reabilitação do centro histórico. Patrimônio da humanidade* (2012), de Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès; *São Luís, Capital Moderna e Cidade colonial. Antonio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural ludovisense* (2013), de José Antonio Viana Lopes. Tais obras apontam a região da Praia Grande como núcleo primitivo da cidade datado do século XVII, polo inicial da aglomeração urbana de São Luís e na composição desta malha urbana estava a Casa das Tulhas, nome dado à Feira da Praia Grande.

A partir destas informações, a Feira da Praia Grande torna-se o centro da pesquisa, por ter maior viabilidade nos livros pesquisados e, sobretudo, por ser um lugar carregado de memória e símbolo de um patrimônio cultural, considerando seu estudo essencial para a história local. Fez-se a opção pelo recorte cronológico entre os anos de 1970 a 1990, por se tratar do período em que houve a restauração da Feira da Praia

Grande, contando desde a I Convenção da Praia Grande, até às práticas de preservação patrimonial efetuadas pelo Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL).

O desenvolvimento da lavoura mercantil na província do Maranhão, a partir da segunda metade do século XVIII, impulsionada principalmente pela instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, colaborou de forma marcante para o desenvolvimento de sua capital. Este fato contribuiu para inserir o Maranhão no comércio mundial como produtor de arroz, algodão, cana de açúcar e outros produtos regionais, proporcionando um acúmulo de capital.

Este acúmulo comercial se materializou com maior ênfase nas cidades portuárias de São Luís e Alcântara, principais pontos de escoamentos, onde viviam os maiores comerciantes e donos de terras, o que promoveu um florescimento cultural e urbanístico para estes lugares, devido ao investimento de grandes comerciantes na construção do conjunto arquitetônico, que hoje compõe o centro antigo da cidade. Dentre as inúmeras construções datadas do final do século XVIII e início do século XIX, se encontra a Casa das Tulhas, inicialmente conhecida como “terreiro público”, instalada no bairro da Praia Grande em 1805, como uma espécie de ponto de apoio aos comerciantes que necessitavam de um estabelecimento para guardar e vender os gêneros.

A Casa das Tulhas será construída por meio do capital privado da Companhia Confiança Maranhense (em 1855), no lugar das antigas barracas do terreiro público, como nos informa Mário Meireles (1979). No entanto, no início do século XX, a maioria das edificações do centro antigo de São Luís já começava a ser abandonadas. Em suas obras, os historiadores e pesquisadores Mario Meireles, Júlia Constança Pereira Camêlo e Phelipe Andrès destacam diversos fatores para o abandono das casas na região central da cidade, entre eles, o decréscimo do comércio na região da Praia Grande, a saída dos moradores tradicionais para os novos bairros construídos para além do Rio Anil e a mudança do Porto do Cais da Praia Grande para a enseada do Itaqui, tais fatos proporcionaram o abandono das casas e arruinamento de muitas delas.

Contudo, devido esse quadro situacional, tornaram-se necessárias ações valorativas de intelectuais na década de 1940, juntamente com órgãos gestores do patrimônio, para o incentivo de criações de políticas públicas governamentais com a finalidade de preservar e conservar os casarões de arquitetura colonial que formavam o conjunto urbanístico de São Luís, dentre eles a Feira da Praia Grande.

Dessa forma, os discursos preservacionistas de intelectuais (como o do pesquisador maranhense Antônio Lopes), a ação do tombamento da Capela de São José das Laranjeiras e do portão armoriado da Quinta das Laranjeiras (no ano de 1948 pelo SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, principalmente, o arruinamento e abandono com que se encontrava o acervo arquitetônico, fez com que se iniciasse, na década de 1970, um projeto voltado ao melhoramento urbano do centro antigo da capital maranhense; sobretudo, na região da Praia Grande, considerada área piloto de conservação.

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís / PPRCHSL, apresentado na I Convenção da Praia Grande, foi recebido com contentamento pelo governador do Estado João Castelo e teve apoio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Esse programa ficou conhecido como Projeto Praia Grande, que entre diversas melhorias e preservações urbanas, tinha como objetivo na sua primeira etapa a restauração da Feira da Praia Grande iniciadas no ano de 1982.

Para compreender a restauração da Feira da Praia Grande desenvolvida pelo PPRCHSL, foi necessário entender acima de tudo como se estabeleceu o respectivo programa e como ele foi implantado. Por isso, o livro *São Luís. Reabilitação do centro histórico. Patrimônio da humanidade (2012)*, do engenheiro e coordenador geral do Programa, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés serviu como base primordial para o desenvolvimento deste trabalho.

A obra faz um retrospecto da formação urbana da cidade de São Luís, desde a fundação em 1612, até o início dos anos 2000, dessa forma, o autor contribuiu para entender como se originou o conjunto arquitetônico da capital maranhense e como este permaneceu até os dias de hoje. Além disso, ele detalha a implantação do PPRCHSL e a recuperação do centro histórico em suas seis etapas, apontando que, inicialmente, buscou-se reabilitar o setor mais afetado pelo abandono e arruinamento, como o bairro da Praia Grande.

No que tange a origem da construção do espaço da Feira da Praia Grande, o clássico *História do Comércio do Maranhão 1612-1895* (1954, 1º volume), de Jerônimo de Viveiros; e a obra *São Luís do Maranhão: corpo e alma* (2012), de Maria de Lourdes Lauande Lacroix fornecem elementos essenciais para entender a origem da Casa das Tulhas/ Feira da Praia Grande. O livro de Jerônimo de Viveiros, especificamente o

capítulo XVIII, dará suporte para este trabalho, quando explana sobre ação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII.

Já na obra *São Luís do Maranhão: corpo e alma* (2012), Lacroix nos propõem duas discursões fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. A primeira é quando a autora descreve a economia do Maranhão no século XVIII, ressaltando que a intensificação da lavoura, promovida pela implantação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que promoveu o aumento das exportações dos produtos agrícolas, gerou a necessidade da construção de um terreiro para se guardar e vender os gêneros comercializados. Sobre isso, a autora afirma que “a intensificação da lavoura e a necessidade da guarda e venda da produção agrícola premiu o governador a mandar organizar um terreiro público, pelos idos de outubro de 1789” (LACROIX, 2012, p.73). A segunda é quando a autora apresenta as obras públicas ocorridas em São Luís no século XIX, descrevendo a construção da Casa das Tulhas (no ano de 1855) pela capital privado da Confiança Maranhense, no lugar das antigas barracas do terreiro público. Essas discursões foram fundamentais para compor o primeiro capítulo da monografia.

Quanto à valorização e preservação do patrimônio cultural de São Luís, a obra *São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial. Antonio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural ludovicense* (2013), de José Antonio Viana Lopes, destaca a contribuição dos intelectuais a partir da década de 1940 para a valorização do patrimônio. O autor discute a emergência do pensamento preservacionista em São Luís, através da ideia do intelectual Antonio Lopes em prol da preservação dos casarões, contida em textos publicados no jornal ludovicense *O imparcial*, na primeira metade do século XX. A cidade pensada por este intelectual defendia uma permanência das especificidades locais e sua conservação como uma possibilidade para o desenvolvimento do lugar habitado.

O autor também apresenta as transformações urbanas ocorridas em São Luís a partir da década de 1930, devido os ideais de modernização desenvolvidos pelos governantes da cidade, como: Otacílio de Saboya Ribeiro e Pedro Neiva de Santana. Dessa forma, o autor discute as posições relacionadas à preservação, evidenciando os conflitos entre o pensamento dos intelectuais locais que defendiam a preservação do conjunto arquitetônico colonial e o pensamento dos governantes que defendiam uma modernização e remodelação na cidade. Contudo, o olhar valorativo sobre o patrimônio

cultural desenvolvido pelos intelectuais, motivaram as políticas de preservação em São Luís, que já vinham sendo discutida em âmbito nacional.

No que se refere às práticas de preservação nacional, Maria Cecília Londres Fonseca, no Livro *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil* (2006) diz que, o valor atribuído ao patrimônio enquanto manifestação cultural, enquanto símbolo da nação, é o que faz desses bens merecedores de proteção, é a partir disso que surgem instituições específicas para a respectiva finalidade, como, por exemplo, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que anteriormente era chamado de SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Para analisar a restauração da feira da Praia Grande, desenvolvida pelas práticas de preservação patrimonial ocorridas no centro antigo de São Luís entre os anos de 1970 a 1990, será utilizado como base teórica o conceito preservacionista defendido por Françoise Choay. A pesquisadora é filósofa de formação e historiadora das teorias e das formas urbanas e arquitetônicas. Tem atenção dedicada ao estudo do urbanismo e das cidades, o que fez com que ela se voltasse às discussões sobre o patrimônio cultural, especificamente o patrimônio edificado, que abrevia sua escolha quando afirma que: “entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações” (CHOAY, 2011, p.12).

Choay utilizou o conceito preservacionista, no clássico *A alegoria do Patrimônio* (2001), para explicar as medidas de preservação patrimonial ocorridas na França após a Revolução francesa. De acordo a teoria da autora o consenso da proteção e preservação do patrimônio só acontece quando a estes são atribuídos valores. São eles: o valor nacional, o valor cognitivo, o valor econômico, e o valor artístico. À vista disso, a autora considera a atribuição desses valores essenciais para a efetivação e implantação de práticas preservacionistas. Além de conceituar os valores patrimoniais, Choay utiliza o termo “era da indústria cultural” (CHOAY, 2001, p.205) para apresentar o patrimônio como um produto cultural desenvolvido para ser utilizado como forma de gerar renda.

No que se refere à prática de restauração realizada na Feira da Praia Grande, a ideia de preservação patrimonial higienizadora desenvolvida pela pesquisadora Raquel Noronha é a base para discutir o processo de reparo e reformas efetuadas na Feira.

A partir disso, este trabalho desenvolveu um estudo para compreender como se deu as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no Centro Histórico da cidade de São Luís entre os anos de 1970 a 1990, analisando especificamente a restauração da Feira da Praia Grande. Apresentando o processo histórico da construção do espaço da Feira e discutindo de que forma o discurso preservacionista dos intelectuais na década de 1940, contribuiu para uma valorização do patrimônio cultural.

Para a execução dessa pesquisa, foi primordial a leitura de teóricos que discutem o patrimônio cultural de São Luís, já mencionados anteriormente, a fim de dialogar com processo de restauração desenvolvido na Feira da Praia Grande no ano de 1982.

Após o contato com as obras, foi realizado um levantamento das fontes primárias fornecidas pela Biblioteca Pública Benedito Leite e pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão. Foram investigados os jornais impressos: O Imparcial e O Diário do Norte (da década de 1940), que possuíam artigos de intelectuais em defesa do patrimônio edificado, analisando de que forma o olhar preservacionista contribuiu para uma valorização patrimonial. Foram investigados também os jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial (entre os anos de 1980 até 1982), a fim de verificar os discursos jornalísticos sobre a obra de restauração da Feira desenvolvida pelo projeto Praia Grande.

Também foram pesquisadas as fontes primárias documentais, especificamente o livro de registro de terreiros públicos de 1820 a 1824, encontrado no acervo dos livros de acórdãos da Câmara de São Luís. Por meio desse livro obteve-se informações fundamentais para compor o primeiro capítulo da monografia, como por exemplo, de que forma era regido o funcionamento da Casa das Tulhas em 1820, quem eram os administradores, quais os gêneros vendidos e quais as funções dos empregados.

Foram feitas também pesquisa nos diários oficiais, nas leis e decretos municipal entre as décadas de 1930 a 1940, igualmente disponibilizados no Arquivo Público do Estado, com o propósito de avaliar as modernizações urbanas ocorridas na cidade de São Luís, sempre procurando entender o que provocou a destruição de inúmeros casarões do conjunto arquitetônico colonial do Centro Histórico. Assim como a seleção de fotografias retiradas do Álbum de Gaudêncio Cunha, intitulado *Maranhão 1908*, do livro de Luís Phelipe Andrès, *São Luís. Reabilitação do Centro Histórico. Patrimônio da Humanidade* e do catálogo de Epitácio Cafeteira, intitulado *Reviver*. Com o propósito de ilustrar o texto.



Para analisar a restauração ocorrida na Feira da Praia Grande no ano de 1982, houve uma pesquisa nos documentos do Projeto Praia Grande, disponibilizado no departamento do Patrimônio Histórico no prédio Solar dos Vasconcelos. Com o objetivo de compreender o projeto, analisando como ele foi aplicado na restauração da Feira.

Efetou-se uma entrevista informal com o engenheiro Luiz Phelipe Andrés, coordenador geral do Projeto Praia Grande, com o intuito de apurar seus apontamentos sobre a restauração da Feira da Praia Grande, possibilitando uma melhor compreensão sobre a ação preservacionista ocorrida no Centro Histórico de São Luís.

Diante disso, o presente trabalho intitulado ***Restauração da Feira da Praia Grande: um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no centro antigo de São Luís (1970-1990)*** conjuga todos esses elementos apresentados, dividido em quatro capítulos, resumidos a seguir:

O primeiro capítulo, denominado ***A Feira da Praia Grande: história e identificação do lugar***, versa sobre a formação do espaço hoje conhecido como Feira da Praia Grande. Nele se discutirá como o desenvolvimento mercantil da lavoura do Maranhão no final do século XVIII, contribuiu para a construção de grande parte do acervo que compõe o centro antigo da capital maranhense, e para a configuração da Casa das Tulhas.

O capítulo seguinte, ***A Preservação do Patrimônio Cultural***, analisa como o discurso dos intelectuais na década de 1940, contribuiu para a preservação do Patrimônio cultural de São Luís, ameaçado de desaparecer, devido uma fase modernizadora ressaltada por gestores que governavam o Maranhão na época. A política modernizadora foi rebatida pelos intelectuais como por instituições ligadas à proteção do Patrimônio. Dessa forma, o capítulo mostra os primeiros tombamentos realizados em São Luís e como essas ações valorativas serviram de incentivo para a criação do maior projeto concreto de preservação patrimonial na capital maranhense.

O terceiro capítulo, intitulado ***As Práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no centro antigo de São Luís entre os anos de 1970 a 2000***, faz um estudo sobre o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. É discutido nesse capítulo de que forma houve a implantação do programa e como ele se dividiu, apresentando resumidamente as seis etapas. Analisando como as práticas de preservação do patrimônio foram utilizadas para valorizar economicamente o patrimônio.

O último capítulo, denominado *A restauração da Feira da Praia Grande pelo PPRCHSL- Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís*, faz um estudo específico da restauração da Feira da Praia Grande, tomando como base o discurso do engenheiro responsável pelo programa, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès. Nesse capítulo é analisado o cenário da Feira da Praia Grande anterior à reforma e quais foram as principais práticas de restauração desenvolvida pelo *PPRCHS*. Foi ainda discutido a estetização do patrimônio na era da Indústria Cultural.



Pombal), gerou um aumento no quadro econômico e na visibilidade da região, por meio de reformas políticas e econômicas modernizadoras. A Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão Pará, contribuiu para inserir o Maranhão no comércio mundial como produtor de arroz, algodão, cana de açúcar e outros produtos regionais. (MEIRELES, 1979).

A esta Companhia foi concedido o monopólio do abastecimento, assim como o direito exclusivo de comercializar com a metrópole, além do tráfico de milhares de africanos para servir como mão de obra escrava, a fim de facilitar a produção agrícola (ANDRÈS, 2012). Sobre a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão Pará, Jerônimo de Viveiros (1954, p. 74) esclarece:

Foi esta Companhia que criou e desenvolveu as fontes da economia maranhense.

De fato, introduzimos escravos africanos para o trabalho, os quais vendia a preços módicos e a longos prazos, adiantando numerário aos colonos para a fundação dos campos de lavoura, fornecendo sementes, entregando mercadorias num ano para serem pagas no seguinte, financiando negócios, comprando os produtos coloniais a justo preço, estabelecendo a navegação para o Reino e agindo em tudo com lisura e probidade, a Companhia de comércio transformou a nossa penúria em fortuna, a nossa pobreza em riqueza.

Conforme as palavras do historiador, é notável o progresso do Maranhão no período da introdução da Companhia de Comércio. A combinação do trabalho escravo com a atividade de importação e exportações levou o Maranhão a um crescimento na sua economia e a uma concentração de riquezas nas cidades litorâneas.

O acúmulo desse capital comercial se materializou com maior ênfase nas cidades portuárias de São Luís e Alcântara, principais pontos de escoamentos, onde viviam os maiores comerciantes e donos de terras. Isso promoveu um florescimento urbanístico para estes lugares, tendo início a construção do conjunto arquitetônico que compõe o centro histórico da cidade de São Luís, conforme observa Phelipe Andrès (2012, p. 38):

São Luís e Alcântara, por sua condição portuária, no período em que toda a comunicação com a Europa se fazia pelo mar, acabaram por se constituir nos mais expressivos exemplares de arquitetura e urbanismo da época.

Além do que havia, com até hoje há, o fato de que o campo trabalhava para enriquecer a cidade. Grande parte das riquezas oriundas das extensões pastoris dos sertões escoava-se pelo porto. Este reunia, portanto, as benesses de ser capital, sede administrativa e entreposto comercial, produzindo-se aí as maiores e mais expressivas manifestações de urbanidade.

Nota-se, mais uma vez, o quanto a condição portuária contribuiu para o desenvolvimento de São Luís. De acordo com Andrés (2012), a elite materializou essa riqueza em edificações imponentes, transformando por meio do trabalho escravo, um centro urbano no último quartel do século XVIII com casas, em sua maioria, precárias, construídas de palha, em um centro urbano com casarões imponentes, de alvenaria, de pedra, argamassada com cal (extraídas de conchas marinhas), óleo de peixe, seguindo os mesmos princípios estilísticos do Barroco Pombalino. A fotografia a seguir, retirada do álbum de Gaudêncio Cunha, ilustra esses casarões:



**Figura 02:** Foto dos casarões da Rua Portugal em 1908.  
**Fonte:** CUNHA, 1908.

A fotografia retirada do álbum de Gaudêncio Cunha (1908), embora tenha sido registrada décadas depois do início das construções arquitetônicas, revela como ficou a Rua Portugal em São Luís, formada agora por casarões e sobrados originários de uma arquitetura portuguesa, mas adaptados ao clima ludovicense. Do lado direito, os sobrados imponentes revestidos de azulejos; e do lado esquerdo, parte da Casa das Tulhas.

Foi nessa época que surgiram os detalhes construtivos mais sofisticados e adaptados ao clima tropical e úmido da região, como, por exemplo, as varandas posteriores em madeiras, os azulejos nas fachadas e o pé direito elevado deixando passar

a ventilação. Percebe-se que era uma construção arquitetônica de origem portuguesa, mas adaptada ao clima maranhense, dando as edificações um caráter peculiar. A partir disso, São Luís ganhou conjuntura de uma cidade desenvolvida.

O desenvolvimento econômico do Maranhão e a crescente produção agrícola ligado às atividades da Companhia de Comércio Grão Pará e Maranhão refletiram na formação de um importante centro comercial na Região da Praia Grande<sup>2</sup>, isso fez com que circulasse diariamente dezenas de comerciantes na cidade, aumentando o movimento de cargas e descargas de mercadorias.

De acordo com a pesquisadora Raquel Noronha (2015), era na região da Praia Grande que este intercâmbio comercial se concentrava, tornando-se o principal centro da economia maranhense. E o que se percebia era que:

Todo o fluxo comercial de importação e exportação vinha por este polo do Porto da Praia Grande, por sua estratégia localização, já no século XVII. Um comércio secundário, espécie de apoio ao fluxo principal, foi se estabelecendo nas margens da Praia Grande e foi logo chamado de terreiro público (NORONHA, 2015, p.37).

Segundo a autora, o fluxo comercial na região da Praia Grande e a intensificação da lavoura serviram de impulso para a instalação de um terreiro, situado onde hoje correspondem a Rua da Estrela, Rua Portugal, Travessa Boaventura e Rua Djalma Dutra. Era uma espécie de ponto de apoio para os comerciantes, devido à necessidade de um estabelecimento para guardar e vender os gêneros que os lavradores traziam do interior do Estado. Algo já explanado pelo governador D. Diogo, citado por César Augusto Marques (2008, p. 819):

Em cidade alguma era tão necessário o estabelecimento de um terreiro público para a guarda e venda dos gêneros que os lavradores colhiam, como nesta, onde tudo chegava por mar, e ou se danificava com a demora nas embarcações, ou se passava às mãos dos regatões, que os sonegavam para os vender por alto preço.

No final do século XVIII durante o governo de D. Diego, evidenciou-se ainda mais a possibilidade de se construir um terreiro público, a obra era de grande importância para a região, tanto para o comércio quanto para a salubridade, visto ser um local bastante

---

<sup>2</sup> Núcleo original da cidade de São Luís e bairro comercial, assim chamado em contraposição à que lhe seguia pelo lado direito à Praia Pequena, que se desdobrava em duas outras, a Trindade e Santo Antônio. Ergueu-se pequena e sem tratos, somente no governo de Dom Diogo, que recebeu os primeiros melhoramentos (VIVEIROS, 1954).

brejoso. Eram diversas as reclamações da população junto ao poder público pela desorganização e insalubridade do espaço, reclamações essas que incentivaram a construção da primeira Feira da cidade.

A ordem para a construção do terreiro foi determinada pelo aviso de 1º de outubro de 1798. Em janeiro do ano seguinte, como nos informa Cesar Marques (2008), a Coroa recomendou aos proprietários que levantassem seus prédios a fim de formar uma praça regular. Tais construções só foram finalizadas em 1805, no governado de D. Antônio Saldanha Gama e entregue no dia 30 de outubro do mesmo ano as chaves das barracas do 3º quarteirão, ao Senado da câmara, dando origem as barracas do terreiro público. Ainda segundo Cesar Marques (2008), os produtos a serem comercializados no terreiro público ou celeiro público foram anunciados por meio de um edital do vereador mais velho da câmara, o capitão Joaquim José Viana. Como se observa a seguir:

Por este edital se conhece que aí se deviam vender frutas, peixes, aves, animais vivos ou mortos de fresco, exceto a carne de vaca, por ter o lugar do açougue, determinando-se também que só podiam andar à venda pelas ruas os doces e tudo o que fosse feito em forno, as hortaliças até as 8 horas da manhã, e logo que esta hora fosse chegada os vendedores deste gênero se recolheriam à dita praça, onde fariam assiduamente assistência. (MARQUES, 2008, p.819).

Portanto, era no terreiro público que se encontrava os produtos de primeira necessidade, com proibição da carne de gado, que inicialmente era encontrada no açougue, o terreiro ainda servia como local de apoio de armazenamentos de grãos. Sua localização central no bairro da Praia Grande, próximo ao porto e as principais ruas, fazia do bairro no século XIX um local dinâmico. Entretanto, só foi a partir de 1820 que o terreiro instituiu-se com um órgão público e ficou também conhecido como Casa das Tulhas ou Curro. A oficialização veio por meio de um regimento escrito no livro de registro da câmara de 1820, no qual determina a função da Casa, a obrigação dos funcionários, entre outras coisas. O primeiro parágrafo do regimento descreve:

Tendo da obrigação da Câmara o cuidado do provimento dos viveres *necessarios* para os habitantes da terra *he* de necessidade que se evitem os *monopolios* que se *costumão* fazer das farinhas de *paú* que serve de alimento geral aos povos, e a *falcificação* que se *uza* nas medidas em *gravissimo* prejuizo da pobreza (...). Aviso do 1º de outubro de 1798, e o que se deliberou *camara* de 22 de março e 26 de abril do *prezente anno*, fazendo-se construir *huma Casa* na Praia grande para o Terreiro Público denominada a *Caza* das Tulhas, com *acomodacoins* para arrecadação, e venda das farinhas, e mais *generos* do *paiz*, que se *costumão* vender alqueirados, e para todos os que se vendem a *pezo*, na qual se examinem as qualidades para que não *projudiquem* a *saude* publica, os *pezos*, e as medidas, para que não haja fraude (livro da

Câmara de São Luís. Registro de terreiros públicos. (Registro da Casa das Tulhas, 1820-1824. Maranhão, 1 de setembro de 1820. p.1).

Com isso, percebe-se que o terreiro público denominado Casa das Tulhas, era um espaço de acomodações e arrecadações de produtos. É importante também notar, o quanto a instalação servia para estabelecer o preço das mercadorias, evitando o monopólio, que vinha se fazendo principalmente da farinha, vendida a preços abusivos. Cabia a Câmara de São Luís o cuidado com os mantimentos e cautela para evitar o monopólio dos mesmos.

Ainda de acordo o regimento, uma parte do segundo parágrafo determina as funções das pessoas empregadas na Casa das Tulhas.

*Havera hum* escrivão *adeministrador* e dois fieis ajudantes do mesmo. Que *seijão* responsáveis por tudo o que entrar para a *Caza* das Tulhas, dando para isso fiança e serão obrigados huns pelos outros, assim como também substituir huns os lugares dos outros no *cazo* de falta por qualquer impedimento legitimo [...] e haverá mais dois homens de trabalho de baixo das ordens da que lhes para arrumarem os *generos*, de forma que *estejão* sempre bem acondicionados, e terão sempre a *caza* varrida com *aceio possível*. O primeiro escrivão *adeministrador* terá dentro da *caza* jurisdição sobre todas as pessoas empregadas que *ficão* declaradas, e *elle* será subordinado á *camara* da qual executara todas as ordens, como também tudo o que se determina neste regimento (livro da Câmara de São Luís. (Registro de terreiros públicos. Registro da Casa das Tulhas, 1820-1824. Maranhão, 1 de setembro de 1820. Fl.1; 1v).

No regimento, ficou estabelecido, a partir de determinação da Câmara, uma hierarquia administrativa da Casa das Tulhas. Com um escrivão administrador e dois fieis ajudantes que seriam responsáveis pela manutenção estrutural e administração do espaço; sendo o administrador e seus ajudantes incumbidos pelos controles dos produtos que entravam na casa. Haveria também mais dois homens encarregados do condicionamento dos produtos, limpeza e organização do lugar. O escrivão administrador seria o representante legal da Casa das Tulhas e sobre essa hierarquia eram submetidas todas as pessoas que atuavam no espaço.

Os funcionários administradores da Casa também deveriam ter uma boa formação e receberiam altos salários para ocupar esses cargos, como determinava o livro de registro da Casa das Tulhas.

O primeiro Escrivão, e os dois Fieis seus ajudantes serão pessoas de grande probidade e *enteireza* e fidelidade, de forma que *pello* seu bom comportamento se *fassão* dignos da confiança do público, que *tenham* *conhecimento* e pratica dos *generos* compreendidos na sua adiministração, boa letra e *inteligência* da *escripturação* mercantil, e vencerão de ordenado o primeiro seiscentos mil reis



por ano, os dois Fieis seus ajudantes a quinhentos mil reis cada hum por ano, e os dois homens de trabalho a trezentos e vinte reis por dia cada hum, tudo pago *pello* rendimento da *Caza* das Tulhas aos quarteis de *trez* em *trez mezes*. (livro da Câmara de São Luís. Registro de terreiros públicos. Registro da Casa das Tulhas, 1820-1824. Maranhão, 1 de setembro de 1820. Fl.2).

De acordo com a citação, os cargos administrativos da Casa das Tulhas eram cargos de grande prestígio no início do século XIX. A pessoa que fosse prestar o respectivo serviço deveria possuir uma boa formação em escrituração e prática no ramo do comércio. Além de ser um cargo de elevado status social, o bom salário para a época fazia com que esse emprego fosse um dos mais cobiçados.

A partir dessas informações, percebe-se o quanto a Casa das Tulhas era um órgão público de preponderância, porém, o grande cargo de administrador e as determinações efetuadas pelo regimento fizeram da Casa das Tulhas um local burocrático e de entraves políticos; foram comuns, nesse período, os desvios de verbas. Como afirma Jerônimo de Viveiros (1954, p. 144); “em 1838, o cargo de administrador do Terreiro Público era um dos panamás de São Luís”. E sobre as consequências desta forma administrativa presente, José Ribamar Sousa dos Reis (1982, p.31) ressalva que; “aquele sistema de administração não funcionou devido às múltiplas irregularidades ocorridas ali, implicando que a Câmara tomasse medidas das mais drásticas, dando por extintas as barracas em abril de 1833, via edital de 29 de janeiro, do mesmo ano”.

Os desvios de verbas e má administração foram um dos motivos para a extinção da Casa, trinta anos depois da sua oficialização. A extinção desse espaço atingiu diretamente a vida da população, que já estava acostumada a frequentar a Feira, principalmente pela sua localização no centro da cidade e pela facilidade no entreposto varejista. Dessa forma, esclarece José Ribamar Sousa dos Reis (1982), eram constantes as reivindicações dos moradores para reinauguração.

Somente depois de vinte anos após a extinção, foi retomado o projeto de construção, iniciado em 28 de julho de 1855, mas só concluído em 1862, devido a alguns obstáculos, pelo capital privado da Companhia Confiança Maranhense<sup>3</sup>, encarregada de substituir as barracas da Casa das Tulhas por um grandioso edifício quadrilátero, agora

---

<sup>3</sup> Companhia autorizada a funcionar pelo Decreto número 2.939 de 26 de junho de 1862, que também aprovou os seus respectivos estatutos. Teve por fim construir um edifício retangular, de risco elegante no lugar onde outrora se viram as barracas, destinado a ser alugado para a venda de gênero. Seu capital é de 80:000\$000 réis, divididos em 4:000 ações de 20\$000 réis cada uma, e durará esta Companhia até o dia 5 de setembro de 1895. (Marques, 1970, p.216)

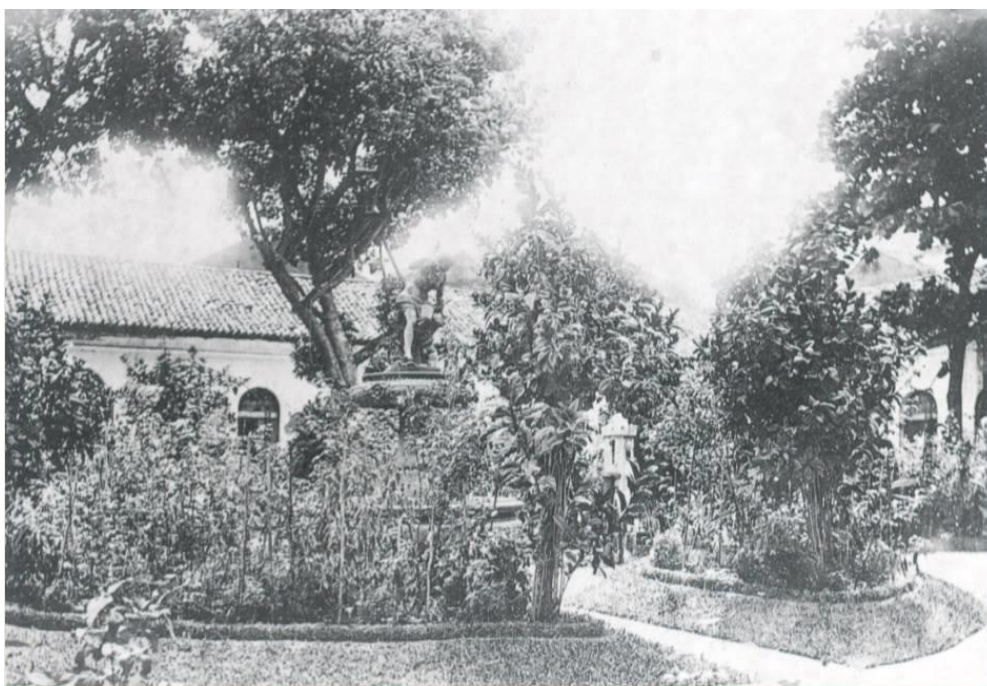
chamado Casa da Praça, para a mesma finalidade do antigo Terreiro Público (MEIRELES, 1979).

A historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix, no livro *São Luís do Maranhão corpo e alma* (2012, p. 112 e 113), define como ficou o prédio construído pela Confiança Maranhense:

O pardieiro foi substituído por um edifício quadrado com 60 metros de cada lado, térreo, quatro portões de entrada, o principal, em frente da Rua da Estrela, distinto dos demais, mais alto e mais largo, com frontão triangular, neoclássico, esculpida uma coroa em mármore, as armas do Império e a data da primeira pedra da construção, 28 de julho de 1855; os outros portões, abertos para as ruas do Trapiche, da Alfândega e para o Beco Catarina Mina. [...] A casa das Tulhas, de fachada simples comportou vinte e quatro lojas comerciais para aluguel, doze de cada lado dos portais, lojas de fachada uniformes, retangulares, com medida correspondente ao tamanho do corpo do prédio no sentido transversal. Na parte interna uma praça em estilo neoclássico, com chafariz ao centro geométrico do espaço, rodeado de grama e árvore, onde se encontravam vendedores e fregueses, em relações descontraídas. O vasto edifício retangular, de risco elegante, denominado Casa da Praça, funcionou como um espaço ideal para estabelecerem transações comerciais de maneira relaxada [...]. A implantação do edifício alinhou definitivamente as Ruas da Estrela, da Alfândega do Trapiche e o Beco Catarina Mina, formando o quarteirão mais bonito de tecido urbano da Praia Grande.

Pela descrição da historiadora Lacroix, nota-se o quanto luxuosa ficou a nova construção, que virou símbolo de uma arquitetura neoclássica, formando o principal quarteirão do bairro da Praia Grande. Uma coroa com as armas do Império datada de 28 de junho de 1855 recordava o dia em que se estendeu a primeira pedra para construção. A casa ainda possuía um jardim interno com chafariz que servia como lazer para a população da elite. Dessa forma a Casa das Tulhas ou Casa do Comércio tornou-se novamente referência de comercialização no centro da Praia Grande, além de ser um local primoroso na cidade. A imagem a seguir destaca como era o jardim no espaço interno da Casa das Tulhas.

A área apresentada a seguir destaca o jardim localizado na parte interna da Casa das Tulhas, percebe-se a abundância de plantas no local e a localização central do chafariz da antiga Companhia das águas, ao redor encontrava-se a edificação construída para abrigar os comerciantes. No entanto, o jardim foi sendo aos poucos abandonado e apropriado pelos feirantes em meados do século XX.



**Figura 03:** Foto da área do jardim interno da casa das Tulhas.

**Fonte:** CUNHA, 1908.

É importante destacar, que a edificação que circula todo o logradouro é conhecida hoje como Casa das Tulhas ou Feira da Praia Grande. Por sua vez, onde era o vasto jardim interno atualmente encontram-se barracas de comerciantes, que ocuparam o lugar após a privatização do espaço em meados do século XX. Como observa Raquel Noronha (2015, p. 41):

Em 1947, a municipalidade vendeu a Casa das Tulhas para terceiros. Os boxes, que compunham a parte mais externa, foram subdivididos no que hoje observamos como um quarteirão formado por lojas de artesanato, bares e restaurantes, no centro do bairro da Praia Grande. O seu interior, o antigo jardim, foi ocupado por diversos trabalhadores da beira do cais da Praia Grande, cujas atividades vinham sendo gradativamente extintas com a mudança do eixo econômico da cidade. Eram marinheiros, mascates, estivadores, pequenos comerciantes das redondezas que se viram paulatinamente obrigados a buscar novas opções de atividades para seu sustento. É desse período, portanto, a denominação Feira da Praia Grande.

De acordo com a citação a cima, em 1947 o jardim interno da Casa das Tulhas foi ocupado pelos comerciantes local, que constituíram naquele espaço a Feira da Praia Grande, existente até hoje. Os boxes externos foram subdivididos, servindo como ponto comercial para diversos ramos do comércio. De modo geral, pode-se ressaltar que a Casa das Tulhas representa um símbolo da expansão comercial do Maranhão no século XIX e pode ser considera a materialização do apogeu econômico do bairro da Praia Grande. Tal prédio é hoje pertencente ao conjunto arquitetônico de valor patrimonial.

A feira instalada na parte interna da Casa das Tulhas passou por uma reforma desenvolvida pelo Projeto Praia Grande durante o governo de João Castelo. A feira foi mantida e não mais instalaram o jardim que antes existia, a parte externa e a fachada mantiveram seu estilo neoclássico original.

Sua reforma é consequência de políticas públicas governamentais, que juntamente com a participação da comunidade local desenvolveram um projeto voltado para a preservação do patrimônio cultural e o bem dos feirantes.

### 3 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

#### 3.1 A permanência dos casarões no Centro Histórico de São Luís

A riqueza advinda da produção agrícola e do comércio, durante os séculos XVIII e início do XIX, contribuíram para a formação urbana de São Luís. Dessa forma, o Centro antigo da capital maranhense configurou-se como um dos maiores conjuntos de arquitetura civil urbana de origem portuguesa dos séculos XVIII e XIX da América<sup>4</sup>, com “uma área de 270 hectares, possuindo em torno de 400 quadras com cerca de 5.500 edificações, localizado na parte noroeste do município, em um sitio de relevo levemente acidentado” (ANDRÈS, 2012, p.43). Desta forma, foram vários os motivos responsáveis pela permanência dos casarões até os dias de hoje, como explana Phelipe Andrés (2012, p. 48):

Para que este conjunto sobrevivesse até os dias de hoje, muito contribuiu, ainda que de forma paradoxal, a conjuntura de estagnação econômica que se abateu sobre a região do Meio Norte brasileiro na primeira metade do século XX. A falta de recursos para a execução de obras inviabilizou aqui, ao contrário do que ocorreu em grandes cidades brasileiras, os movimentos de renovação urbana com as demolições de valiosas áreas históricas. Em contrapartida, foi determinante a natureza extremamente sólida das construções erigidas em grossas paredes de pedra e argamassada aglutinada a cal, com a utilização de madeiras de lei, serralharias, cantarias de lioz, muitas vezes tendo as fachadas revestidas de azulejos.

Já a historiadora Júlia Constança Pereira Camêlo (2012), acrescenta que a construção das pontes<sup>5</sup>, que ligam o centro aos bairros do São Francisco e Camboa, permitiram uma expansão da cidade, viabilizando a mudança das elites para essas novas áreas. Ou seja, a construção das pontes e crescimento de novos bairros contribuíram para que o tecido urbano do centro fosse sendo abandonado pelas famílias detentoras de maior poder aquisitivo.

---

<sup>4</sup> Constitui patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas, e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição 1988 / 2007, p. 139, Art.216.).

<sup>5</sup> Trata-se, da Ponte Governador José Sarney e da Ponte Bandeira Tribuzi.

Para Mario Meireles (19--?), o abandono da região central de São Luís ocorreu dentre outros motivos, pela utilização de parte da área para concentração de um meretrício urbano. Segundo o historiador, isto gerou um êxodo das famílias tradicionais, e, conseqüentemente, a desvalorização daquelas edificações. Além disso, Meireles condiciona a mudança do Porto para enseada do Itaqui, um fator responsável pelo desaparecimento das empresas e comércios de atacado na Praia Grande aos redores da Casa das Tulhas, que, por sua vez, também sofreu desvalorização, já que as atividades mercantis que lhe haviam dado vigor afastaram-se.

Naquele momento, a Casa das Tulhas foi dividida em pequenas lojas e vendida a particulares, muitos dos boxes fecharam e outros serviam apenas como depósito de papel e outros produtos, esvaziando, consideravelmente, o local e as vendas. Observa-se, portanto, que a casa não representava mais um entreposto comercial de vivacidade como no século XIX, a edificação começou a sofrer problemas de degradação, porém continuou firme e a funcionar como um local comercial.

De acordo esses apontamentos, podemos deduzir que a permanência das edificações antigas de São Luís é decorrência de uma estagnação econômica vivida pelo Estado do Maranhão na primeira metade do XX, devido à queda do sistema agroexportador, não permitindo uma demolição em massa das edificações antigas para construção de prédios modernos. Mas a questão não se resume a isso, além do fator econômico, a grande maioria das edificações por se só continuaram erguidas mesmo com o passar do tempo, em virtude da construção de suas paredes grossas e firmes. A expansão urbana também foi um fator responsável pela permanência dos casarões antigos, já que as famílias tradicionais abandonaram suas casas no centro da cidade, deixando-as a mercê do tempo, sem nenhum tipo de reparo, cuidado e sem reformas modernizadoras, mantendo por ventura a arquitetura original dos imóveis. Por fim, a transferência do porto para o Itaqui é considerado um infortúnio para a região, desvalorizando comercialmente o lugar.

Em suma, podemos concluir que embora tenha ocorrido uma estagnação econômica no Bairro da Praia Grande, criando uma aparência de abandono, ele continuava a abrigar diversidade de uso e continuava a exibir seu enorme acervo arquitetônico de valor histórico, e isso exigia uma conversação para preservar às gerações futuras.

### 3.2 A contribuição dos intelectuais na década de 1940 para a preservação do patrimônio cultural de São Luís.

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por um processo de reconstrução urbana em São Luís, principalmente na área que hoje corresponde ao centro antigo da cidade. O governo do interventor Paulo Ramos promoveria o que denominou de “reconstrução do Maranhão” (LOPES, 2013), ou seja, seria necessário construir obras modernas para a cidade e as edificações antigas não tinham valor nessa nova composição urbanística. Diante disso, foi necessária a demolição de dezenas de casarões na capital maranhense, causando perdas irreparáveis.

Foi nessa época que o interventor do Maranhão nomeou o engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro para o cargo de prefeito de São Luís e, posteriormente, o médico Pedro Neiva de Santana, ambos com os mesmos ideais defendidos por Paulo Ramos.

Primeiramente, Saboya Ribeiro propôs e defendeu uma remodelação urbana. Para ele, a parte antiga representava algo negativo quando relacionado à higiene, então seria necessário demolir os casarões que se encontravam em ruínas, pois eram focos de animais nocivos à saúde, além disso, o prefeito considerava a não intervenção urbana um atraso de cultura e progresso, como destaca a mensagem apresentada pelo prefeito ao Diário oficial do Estado do Maranhão.

Não é pequeno o numero de *predios* que se encontram em estado *adeantado* de ruína, transformados em *fócos* de proliferação de animais nocivos à *saude*, ameaçando permanentemente a vida dos transeuntes [...]. Contra ruínas de tal natureza, *está* a Municipalidade mediante o disposto no art. 493 do *Codigo* de Postura, em condições de intervir com presteza para retirar do centro urbano esses aspectos degradantes que aviltam a cidade, *creando*, para os que nella residem, uma *athmosphera* de desalento, dando aos que visitam um triste *espectaculo* de cidade em ruína, concorrendo para o seu descredito, tornando-a dia a dia mais em contraste com as florescentes cidades do *Piauhy*, Ceará e de todo resto do Brasil (SABOYA RBEIRO, 1937, p.12).

A partir disso, é lançado um anteprojeto de remodelação da cidade, com o propósito de conferir funcionalidade à parte velha da capital. O plano de remodelação proposto por Saboya Ribeiro pretendia o seguinte: a) Fazer a ligação direta da Avenida Dom Pedro II com a chamada Rampa do Palácio, desaparecendo a escadaria existente, que será substituída por uma via larga de 15,000 ms; b) Fazer prolongamento da avenida João Lisboa até a avenida Beira-Mar; c) Tornar mais fácil o acesso da rua Sete de

Setembro, que deverá ser sujeita a alargamento progressivo, até alcançar a largura de 15,00 ms; d) Estabelecer a ligação com o bairro dos Remédios, por intermédio da rua Jansen Muller, que deverá sofrer alargamento, do mesmo modo que a rua Sete de Setembro <sup>6</sup>.

Para Saboya Ribeiro (1937), a remodelação urbana formaria um novo traçado viário para a capital, interligando equipamentos urbanos, como mercado, ferrovias e comércio, à espaços públicos, como praças e o centro cívico de São Luís, por meio de avenidas largas. Com isso o plano prognosticava a demolição de imponentes casarões e a derrubadas de várias igrejas, impeditivos do alargamento de ruas e avenidas. Sobre as obras de construções Saboya Ribeiro (1937, p14) afirma:

[...] a ligação com a praça João *Lisbôa*, exigindo uma intervenção urbanística de larga envergadura, demanda custosas desapropriações; entretanto, é de todo *aconselhavel* que os *imoveis* da rua Tarquinio Lopes vão sendo adquiridos amigavelmente, dentro dos recursos financeiros da Prefeitura, de modo que, em futuro não muito afastado, apenas serão feitas as despesas com o serviço de demolições e construção de obras de viação. Quanto aos melhoramentos das ruas Sete de Setembro e Jansen Muller, já se encontram *elles* grandemente *adeantados*; a *superficie carroçavel* dessas ruas *permittir* o trafego de duas filas de *vehiculos*, e o alargamento progressivo que vier a ser feito *permittirá* quatro filas.

A citação evidencia o quanto os projetos urbanísticos propostos por Saboya Ribeiro afetariam diretamente as edificações de arquitetura tradicional luso-brasileira, pois, para que suas ações se efetivassem, seria necessária a demolição de inúmeros casarões e a implantação de uma nova tipologia arquitetônica diferente da usual. Pode-se notar o quanto as construções antigas são tratadas sem nenhum valor histórico e cultural pelo poder público da época. A finalidade de compor um novo traçado urbano ficava a frente de qualquer valor simbólico representado pelo patrimônio edificado.

Dando continuidade às ações traçadas por Saboya Ribeiro, seu sucessor Pedro Neiva de Santana, lança um novo plano urbano para a cidade, “que previa uma série de medidas de caráter higienista, a substituição de estruturas tradicionais por novos edifícios e mudanças no sistema viário da cidade” (LOPES, 2013, p. 212).

As obras públicas ocorridas no governo de Pedro Neiva de Santana são fundamentadas pelo interventor do Maranhão, Paulo Ramos, em relatórios enviados ao

---

<sup>6</sup> Mensagem apresentada pelo Prefeito Dr. José Octacilio Saboya Ribeiro, no dia 28 de julho p. passado, quando da instalação dos trabalhos da Camara Muncipal. **Diário Oficial**. 6 de agosto de 1937, p. 14.



Presidente da República da época, Getúlio Vargas. No relatório de 1941 o interventor afirma:

Velhas praças, de construção centenária, desniveladas e mal calçadas, tornaram-se aprazíveis logradouros; ruas estreitas e tortuosas, traçadas ainda nos tempos coloniais, forma alargadas ou transformadas em modernas avenidas; o antigo Caminho Grande, única via de acesso ao interior da ilha e que nunca tinha merecido os cuidados da administração local, começou a receber magnífica pavimentação e está sendo cuidadosamente arborizado. A cidade passou, em suma, a ostentar uma nova fisionomia, bem diferente daquela que lhe imprimiram os colonizadores e que conservava até há bem pouco tempo (RAMOS, 1941, p.61).

Ainda no relatório de 1941, Paulo Ramos cita outra obra feita no centro antigo da cidade de São Luís:

Outro melhoramento de grande vulto e destinado a modificar por completo a feição colonial de S. Luiz, é o representado pela grande artéria que ligará a Avenida 5 de julho à praça do mercado, atravessando a cidade, da margem do rio Anil a um ponto muito próximo da margem do rio Bacanga (RAMOS, 1941, p.62).

Pelas citações acima, observa-se que o interventor Paulo Ramos anuncia com exaltação as novas construções efetuadas em São Luís, utilizando termos como, “modernas”, “ostentar”, “magnífica”, como representações positivas das transformações urbanas. Assim, as intervenções viárias ocorridas em São Luís neste período, em favor da facilidade no tráfego de automóveis, da higienização e da modernização da cidade, será um reflexo do pensamento modernizador dos governantes da época. Nessa perspectiva, os sobrados e casas antigas eram obsoletos na nova composição arquitetônica, além de impedir o tráfego de automóveis, já que entre os casarões formavam-se escadarias, becos e vielas, inacessíveis para o trânsito de veículos. O alargamento das vias era a única solução, por isso foram constantes as práticas de demolições dos casarões.

Baseado nessa conjuntura de modernização, pode-se fazer uma comparação com o que houve na França no período da Revolução industrial, descrito por Françoise Choay, no livro *A alegoria do patrimônio* (2001, p. 175 e 176).

Destruíu, contudo, em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras em malha urbana de Paris. Mas também aí ele era homem do seu tempo: a maioria daqueles que à época defendiam, na França, os monumentos do passado com a maior convicção e energia, concordavam também sobre a necessidade de uma modernização radical das cidades antigas e de sua malha urbana [...] A civilização abre largas avenidas no negro labirinto das ruelas, das encruzilhadas, das ruas sem saída da cidade velha. Os velhos quarteirões, ele só os vê como obstáculos à salubridade, ao trânsito, à contemplação dos monumentos do passado, é preciso desobstruir.

De acordo a citação, a modernização na França vinculada à industrialização é considerada um processo inevitável, independente dos seus efeitos negativos. Entende-se, portanto, que a Revolução Industrial na Europa pode ser vista como um processo de transformação tanto do modo de produção e da sociedade, quanto do espaço citadino, nessa nova conjuntura os aglomerados urbanos antigos tornam-se obsoletos, dando lugar para avenidas mais largas.

No entanto, segundo Choay (2001, p. 127), “a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico”. As contribuições de defensores dos monumentos históricos, como o escritor britânico John Ruskin, foram necessárias para criar um novo olhar perante os edifícios antigos, “para eles, os monumentos do passado são necessários à vida do presente; não são nem ornamento aleatório, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano” (CHOAY, 2001, p.139). A partir das afirmações, a autora faz refletir o quanto as leis e ideais preservacionistas só começaram a serem pensados e colocados em prática a partir do momento que se percebe as perdas irreparáveis causadas pelas demolições.

Partindo dessa análise, pode-se observar o caso da capital maranhense. Em São Luís, o pensamento de preservar foi motivado por vários intelectuais que, preocupados com a proteção do conjunto arquitetônico colonial, construíram um olhar preservacionista sobre os antigos casarões da capital maranhense, percebendo neles um valor cultural e histórico único que merecia atenção e cuidado.

O alargamento da Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande), com a demolição da igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos (em 1939), executada no governo do prefeito Pedro Neiva de Santana, foi o ápice para que os intelectuais, com o apoio do Museu Nacional e do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico nacional) conseguissem (no ano de 1940) as primeiras ações preservacionistas federais na cidade, como o tombamento da Capela da Quinta das Laranjeiras e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que ocorria uma modernização arquitetônica, crescia também o interesse em preservar a herança colonial da cidade.

Essa primeira ação do SPHAN em São Luís acabou motivando o interesse de alguns intelectuais em preservar o patrimônio cultural ludovicense, preocupados com as interferências urbanas realizadas pelo interventor Paulo Ramos.

Liderados pelo vianense e cientista social Antonio Lopes, o grupo de intelectuais formado por Leopoldino Lisboa, Almir de Aguiar Marques, Fernando Perdigão e Luso Torres, institucionalizaram as discursões patrimoniais, formando, no ano de 1943, a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município, criada no Decreto-Lei nº 474, cuja atribuições seriam “produzir conhecimento sobre o patrimônio cultural local, incluindo nesta categoria os edifícios, sítios e obras de arte, e imputando ao governo municipal a obrigação de tomar medidas para a conservação” (LOPES, 2013, p. 235).

Esses intelectuais também utilizavam a imprensa escrita para protestar contra as demolições e exaltar o conjunto arquitetônico da cidade, dentre eles, o já citado vianense Antonio Lopes, autor de diversos textos publicados na imprensa, que, em tom de denúncia, defendia a permanência dos casarões antigos de São Luís, principalmente por acreditar no seu valor histórico e artístico. O pesquisador também ressaltava a necessidade de ações para proteger esses bens contra a demolição e criticava a remodelação dos prédios, que para ele devia manter sua arquitetura original. O artigo abaixo escrito por Antonio Lopes na coluna intitulada *Nossa cidade*<sup>7</sup> no jornal *O Imparcial*, exemplifica como eram seus protestos em prol da conservação.

Redator-chefe da “Pacotilha”, “Imparcial” e “Diário do Norte” fiz nestes jornais campanha constante em prol da conservação de tudo quanto caracteriza a nossa Capital como cidade das mais tradicionais do país. Não falta quem me lembre, de vez em quando, os meus artigos ora contra isenção de décima urbana aos prédios sanluísense que *fôssem* alindados com platibandas e contra a derrubada de sobrados e casas, de mirante ou azulejos, ora tratando de tradições da terra que se apagaram, quando deviam ter sido conservadas, ou merecem amparo e estímulo para que não desapareçam. [...] Já se tem feito alguma coisa, *últimamente*, a fim de conservar o que vinha sendo destruído por ignorância ou desleixo nesta Capital, com manifesto prejuízo dos seus aspectos mais interessantes de cidade colonial. [...] “Nossa cidade”. É simples e sugestivo: São Luís como devemos compreender; S. Luís para o nosso carinho; S. Luís que temos obrigação de, por um lado, conservar no que tem de evocativo dos tempos de antanho, e por outro lado, aumentar e embelezar para que acompanhe o progresso; S. Luís que não se despersonalize, *consciênte* do seu grande valor no passado e possuída da ambição porque não dizer? De valer muito, no futuro, para nosso orgulho (LOPES, 1944, p. 2).

Através dessa publicação Antonio Lopes resalta sua campanha em prol das características tradicionais de São Luís. Ele cita artigos que escreveu em jornais contra a inserção de platibandas (muro baixo construído em frente uma edificação) nos prédios

---

<sup>7</sup> Coluna publicada diariamente por intelectuais de São Luís, entre as décadas de 1930 a 1940, sobre aspecto sociocultural ludovicense e ideias sobre a cidade que iam desde a preservação da arquitetura tradicional ao discurso de progresso e modernização da cidade.

sanluizenses, contra a demolição de sobrados, casas de mirante e azulejos e a favor das tradições da terra, desde suas festas até as suas edificações. É importante perceber que Antonio Lopes não nega o progresso como forma de embelezamento da cidade, a sua crítica está voltada para a forma com que esse progresso descaracteriza os traços tradicionais do lugar, quando ele diz: “S. Luís que não se despersonalize *consciênte* do seu grande valor no passado”, ele chama atenção para a não desfiguração da cidade, dando como solução, a consciência do seu valor histórico.

Assim como Antonio Lopes, o intelectual José Luso Torres, natural de São Bento dos Peris, também defendia uma preservação da parte velha de São Luís. Para ele, o passado representava uma identidade nacional merecedora de proteção e considerava os projetos nacionalistas das ações patrimoniais necessários. O artigo de Luso Torres escrito no jornal *Diário do Norte* do ano de 1943 (p. 2 a 5), diz:

[...] Respeitar e amar o passado não é ser retrógrado ou passadista, a ponto de rebelar-se a gente contra as leis incoercíveis da evolução e só querer respirar o bafio das velharias. Nenhuma rebeldia é, porem, mais inútil, mais ineficiente e ridícula do que a rebeldia sistemática contra o passado. [...] não quer isto significar que devemos calar os *êrros* do passado. A nossa missão, ao procurarmos resguardar o que houve de histórico e artístico em S. luiz, é missão espiritual de patriótica atualidade. [...]. Nas velhas cidades, as construções revocam o espírito de cada época, e de minha parte confesso que, diante *dêsses sobradões* da Praia-Grande, não deixo de lembrar-me do *esfôrço* do braço escravo, dos negros anônimos que ali suaram dias a oito, para os construir. [...] Muito se tem falado dos *sobradões* de S. Luíz, e é visível que contra *êles* se enfileiram os bangalôs, residências de chiquismo, em cuja portinholas os móveis, ás vezes, só passam desmontados...Valeria a pena estudar sociologicamente o esplendor e a decadência dos sobrados. Eles ainda são, apesar de tudo, uma das características da nossa antiga fisionomia urbana, sob vários aspectos, e o que o Maranhão puder conversar desses sobrados, de linhas austeras e sólidas paredes de pedra-e-cal, deve conservar, pelo que eles representaram de grandioso em nossa vida passada e pelo que representaram de rigidez, de simplicidade retilínea [...].

Além de fazer reverência ao passado e considerá-lo identidade nacional, Luso Torres considera as edificações de arquitetura colonial uma representação da sociedade da época, assim como uma evocação aos antepassados. Por isso, destruir a arquitetura da cidade colonial representava, acima de tudo, uma destruição da história local materializada por estas edificações.

Outro intelectual que utilizou a coluna *Nossa cidade* do jornal *O imparcial* para expressar seus ideais preservacionistas foi Martins de Carvalho. Para ele, entre as capitais do norte, São Luís era a que mais chamava a atenção dos turistas. Observe a seguir como ele descrevia o centro antigo da cidade:

De *tôdas* as capitais do Norte aquela que mais *atrái* a atenção do “*touriste*” é S. Luiz do Maranhão.

Não porque tenha largas avenidas com arranha-céus muito parecidos uns com os outros e cujo conjunto, visto de um avião, é tal qual um rebanho de elefantes.

[...] O que faz notável S. Luiz, é a harmonia de conjunto da sua arquitetura. A beleza *dêsse* conjunto é ainda mais realçada pelo grande numero de sobrados e casas de azulejos. Azulejos por *tôda* parte. De todas as *côres*. Com uma variedade de desenho admirável.

Quem tem uma noção de arte e passa uns dias em S. Luiz quer ficar mais. Para sentir bem S. Luiz. Percorrendo todos os seus recantos. Estudando bem os seus aspectos. De codaque na mão. Aqui um portão colonial. Ali um mirante. Adiante um adro de igreja, onde parece que vai chegar a cadeirinha conduzindo uma sinhá-moça metida num dilúvio de babados.

[...] Até fábrica revestida de azulejos há nesta extraordinária cidade!

[...] Parece que houve um urbanista, desses que o Sul exporta para o Norte a fim de aplicarem os planos do Agache a cidades antigas nortistas e até a vila do mais remoto sertão, que pretendia alargar a retificar a Rua das Crioulas. Mas os maranhenses não estiveram por semelhante extravagância, que seria até crime, se a realizassem (CARVALHO, 1944, p. 2).

O artigo acima foi intitulado *A cidade dos azulejos e mirantes*, expressa o quanto Martins de Carvalho considerava São Luís uma cidade atrativa para os turistas que a visitavam, não por ter arranha-céu, mas sim pelo fato de possuir um enorme acervo arquitetônico colonial. Martins de Carvalho ainda acreditava que a capital maranhense era um lugar ideal para os visitantes que apreciavam a arte, afirmando que a variedade de casarões torna o local harmônico e propício para imaginação. No final do artigo, o autor faz uma crítica aos urbanistas que objetivam alargar as ruas das cidades coloniais, considerando essa prática um crime contra a forma original das cidades.

Outro artigo retirado do jornal *O Imparcial* que chamou atenção foi escrito em outubro de 1944 por Fernando Perdigão e intitulado *Modernizar em destruir*, nele o intelectual faz uma crítica as modernização urbanísticas efetuadas em São Luís, nesse período a cidade era governada pelo prefeito Pedro Neiva de Santana.

A evolução trouxe o cimentarmado, as novas concepções de higiene e conforto. Surgiu a necessidade de modernizar.

Mas há tanta poesia nos solares...Tanta graça nos luzentos azulejos...Quanta evocação essas ruas tortuosas do Desterro, por onde passaram as tropas holandas! (PERDIGÃO, 1944, p. 2).

Percebe-se no trecho acima que Fernando Perdigão lamenta a modernização ocorrida em São Luís, mesmo ela trazendo as novas concepções de higiene e conforto. Outra crítica que o escritor expõe está explícita no título da matéria, quando ele diz

“modernizar em destruir” pode-se levar em consideração que a modernização trouxe consigo a destruição do passado evocado pelas edificações antigas.

Em suma, os textos preservacionistas publicados nos jornais ludovicenses na década de 1940 criticam claramente as demolições e substituições por novas edificações. De acordo os escritores os casarões luso-brasileiros caracterizam a cidade e sua destruição vai além de uma destruição material, é uma destruição da memória real. Quando se fala em memória real, significa dizer que os casarões representam, de forma concreta, o apogeu econômico vivido pelo Maranhão no século XIX. Destruindo os casarões, apagar-se-ia, conseqüentemente, uma expressiva parte da memória real e mítica da cidade. Portanto, era preciso preservar esses bens símbolo de uma identidade cultural ludovicense carregada de valores.

De modo geral, os intelectuais da comissão do Patrimônio artístico e tradicional do município partiam de um discurso de preservação do patrimônio por meio da valorização do mesmo. Desse modo, ao falar em valorização patrimonial a teoria de Choay (2001) defende que o consenso da proteção e preservação patrimonial só acontece a partir do momento que são agregados valores ao patrimônio cultural.

O primeiro e fundamental é o valor nacional, quando existe a identidade da comunidade e do Estado com o patrimônio, sendo o valor nacional aquele que inspirou as primeiras medidas de conservações tomadas pela Instituição Pública na França e legitimou todos os outros valores. Depois vem o valor cognitivo ou educativo. Através desse valor, o patrimônio terá papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho nacional. Em terceiro, o valor econômico; nesse caso, o patrimônio se configura como um atrativo de potencial turístico, objeto de uma política preservacionista voltado para o turismo. Por fim, o valor artístico, quando o patrimônio é valorizado esteticamente. Esse valor, segundo a teoria de Choay, encontra-se em último lugar por que o conceito de arte ainda é impreciso e a noção de beleza não é bem definida, como se pode observar na citação da autora a seguir:

Hierarquicamente, o valor artístico do patrimônio monumental está em último lugar, condição compreensível numa época em que, salvo num meio culto e esclarecido, o conceito de arte ainda é impreciso e a noção de estética mal acabada de surgir (CHOAY, 2012, p.118).

O conceito preservacionista da autora considera à atribuição dos valores, nacional, cognitivo, econômico e artístico essenciais para a efetivação e implantação de práticas de preservação do patrimônio.

No âmbito nacional, as práticas de preservação foram desenvolvidas pelo SPHAN, órgão criado em 1936 de forma experimental e oficializado em 1937 (FONSECA, 2009), e que tinha por incumbência: promover em todo o país e de modo permanente, práticas de tombamento<sup>8</sup> e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, com o intuito de proteger o patrimônio edificado de intervenções urbanas. Essas práticas preservacionistas foram motivadas por meio de uma maior reflexão dos valores consagrados a esses bens arquitetônicos, conforme reforça Maria Cecília Londres da Fonseca (2009, p. 35):

[...] São essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens e valores enquanto patrimônio, o que justificaria sua proteção. Nesse sentido, é a noção de valor que servirá de base a toda a reflexão aqui desenvolvida, pois considero que são esses processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios.

Assim como na teoria de Choay, Maria Cecília Londres Fonseca também evidencia que as atribuições de valores aos monumentos justificam sua proteção, principalmente por que a atribuição de valores a determinados bens tem a força de legitimá-los e, nesse caso, entende-se que, quanto maior a legitimação maior as políticas de preservação sob aquele patrimônio.

Em São Luís, as práticas de proteção ao patrimônio podem ser percebidas, sobretudo, por meio dos tombamentos federais. O primeiro foi o tombamento da Capela de São José das Laranjeiras e do portão armoriado da Quinta das Laranjeiras, no ano de 1948. Em 1955 e 1974 o Governo Federal, por meio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), tombou uma área aproximada de 90 hectares, o conjunto arquitetônico e paisagístico que envolve os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, a praça Benedito Leite, a praça João Francisco Lisboa, além do acervo arquitetônico e paisagístico da praça Gonçalves Dias. (ANDRÈS, 2012; LOPES, 2013).

---

<sup>8</sup> O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Esse instrumento coloca sob a tutela do Estado, bens dignos de preservação. (BOGÉA; BRITO; PESTANA, 2007).

No âmbito municipal, o tombamento federal incentivou a elaboração do Projeto Mirante, na administração do prefeito Haroldo Tavares, cujas ações de preservação e valorização do patrimônio estavam voltadas para recriar os nomes originais das ruas do centro histórico e efetivar a concessão de 60% de desconto no imposto predial<sup>9</sup> aos proprietários que executassem obras de proteção na fachada de seus imóveis, como forma de incentivo. Além disso, o governo elaborou o primeiro plano Diretor da cidade em 1974, tendo com propósito definir zonas de interesse histórico, estabelecendo uma divisão entre área comercial e área residencial. Outra ação do governo municipal foi a construção do Anel Viário, com a finalidade de interligar e facilitar o tráfego entre o centro antigo com os outros bairros da cidade que estavam se formando, embora a proposta tenha sido evidenciar o centro histórico acabou fazendo ao contrário, estimulou a expansão para as áreas perto das praias gerando uma certa queda no setor imobiliário da área central de São Luís causando um certo isolamento (LIMA, 2014; PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, 1986).

O governo Estadual, por sua vez, protege legalmente por meio do Decreto Estadual n.º 10.08 de 6 de março de 1986, uma área com cerca de 250 hectares com aproximadamente 4.500 imóveis de valor histórico. Toda a área tombada pelo Governo estadual e federal, segundo Andrès (2012), está delimitada no Plano Diretor municipal como ZPH (Zona de Preservação Histórica).

Essa área tombada, no ano de 1974, passou a compor um perímetro de preservação e proteção, denominado Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís, que abrange uma grande área correspondente aos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, sob proteção tanto federal como estadual e municipal, que expandiram ainda mais os tombamentos ao longo dos anos. O mapa a seguir figura a atual delimitação das áreas de proteção a nível mundial, federal e estadual:

---

<sup>9</sup> Este incentivo fiscal foi abolido na reforma do Código Tributário Municipal de 1882. (PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, 1986, p. 12).





**Figura 04:** Mapa do centro de São Luís, correspondente as delimitações das áreas protegidas.  
**Fonte:** ANDRÈS, 1998.

O mapa exemplifica como estão delimitadas as áreas de proteção do centro de São Luís. Observa-se que a Feira da Praia Grande está em uma zona de proteção federal representado pela cor laranja no mapa, da mesma forma que todo o bairro da Praia Grande e a maior parte do bairro do Desterro, bairros com maior características da arquitetura luso brasileira na capital maranhense. A proteção a nível estadual, por sua vez, permeia por todos as zonas classificadas como de interesse histórico (ANDRÈS, 2012). Pode-se entender que a preservação do patrimônio edificado é de interesse e responsabilidade tanto do Estado quanto da nação.

## **4 AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DESENVOLVIDAS NO CENTRO ANTIGO DE SÃO LUÍS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 2000**

### **4.1 A introdução do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís / PPRCHSL**

Depois de progressivas situações de abandono e deterioração que o Centro Histórico de São Luís sofreu no início do século XX e após o incentivo de intelectuais por preservação na área central da cidade, contribuindo para com os primeiros tombamentos isolados a nível federal, observa-se, finalmente, na década de 1970, ações mais concretas e abrangentes.

A capital maranhense recebeu no ano de 1973 a visita do arquiteto Viana de Lima, enviado pela Unesco a convite do Governo do Estado, com o propósito de preparar um diagnóstico e um plano de proposições para a recuperação do centro antigo. O plano de preservação feito por Viana Lopes tinha como propósito construir um aterro às margens do Rio Bacanga para a construção de um anel viário em torno do centro histórico, construir área de lazer e estacionamentos e remover elementos que descaracterizavam a paisagem do centro antigo, como fiação de energia telefônica, elétrica, placas comerciais e etc. (ANDRÈS, 2012). Muitas dessas obras foram concretizadas.

Embora Viana de Lima tenha vindo a convite do Governo do Estado, faltaram negociações e implementações para que seu plano de reabilitação urbana se realizasse, ficando o trabalho dado como concluído. Cinco anos depois, tomava forma a proposta do arquiteto norte americano John Gisiger, contratado pela Secretaria de Planejamento do Estado para elaborar um projeto de preservação para o centro de São Luís.

O plano de John Gisiger consistia em analisar o patrimônio edificado, tratando das circulações de veículos e pedestres e procurando novas formas de aproveitamento tanto dos sobrados como dos logradouros, incluído a Avenida Beira-mar, reconhecida pelo arquiteto devido sua importância portuária na dinâmica do Centro Histórico (ANDRÈS, 2012).

O projeto foi intitulado Renovação Urbana da Praia Grande, e embora tivesse como base a preservação do patrimônio ludovicense por meio de práticas de revitalização e restaurações urbanas, a denominação “renovação” causou preocupação nos órgãos de

proteção patrimonial, que entendiam por renovação um processo de demolição dos casarões. Devido a isto, foi enviado a São Luís o presidente do então SPHAN, Aloísio Magalhães, que fora surpreendido pelos pontos positivos do plano de John Gisiger e percebeu o equívoco do termo. O plano foi apresentado ao governador do Estado do Maranhão, João Castelo, que manifestou interesse em realizá-lo. Foi então realizada no ano de 1979 a I Convenção da Praia Grande, organizada pelo governo do Estado com o apoio do IPHAN, tendo como papel norteador analisar e discutir a proposta do plano de revitalização do Centro Histórico, elaborada pelo arquiteto John Gisiger. Como explica Andrès (2012, p.74) na citação a seguir:

Em decorrência da iniciativa conciliadora e resultado de uma visão integrada e democrática de Aloísio Magalhães, muito bem aceita pelo governador do Estado, foi realizado em São Luís no mês de outubro de 1979, a Iª Convenção da Praia Grande, promovida pelo governo estadual com o apoio do IPHAN. O evento contou com 32 especialistas de vários estados do Brasil, possuidores de experiência na área. Compareceram técnicos e profissionais especializados e competentes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília, Bahia, Pernambuco, contando com uma representativa participação de técnicos e dirigentes de órgãos locais das esferas municipal e estadual, das universidades, sindicatos e diversas entidades.

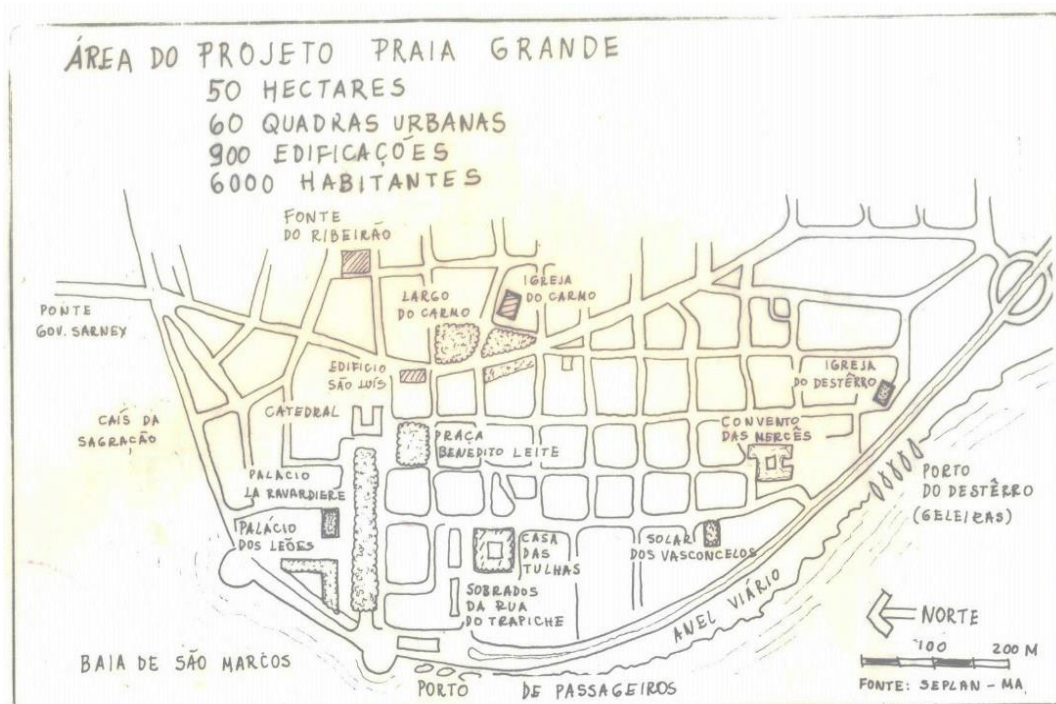
Observa-se o quanto a I Convenção da Praia Grande foi abrangente, contando com a participação de diversos órgãos, profissionais especializados de várias partes do Brasil e da comunidade ludovicense. Como resultado do encontro, o governo do Estado do Maranhão assumiu o compromisso de elaborar e promover, por meio da Secretaria de Coordenação e Planejamento, o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ PPRCHSL, tendo como referência principal o trabalho de John Gisiger. Programa este que seria coordenado pelo engenheiro nascido em Minas Gerais Luiz Phelipe de Castro Andrès, juntamente com diversas entidades públicas, a exemplo da CEMAR- Companhia Energética do Maranhão, UFMA- Universidade Federal do Maranhão, IPHAN e MARATUR- Empresa Maranhense de Turismo. O programa passou a ser conhecido no seu primeiro momento como Projeto Praia Grande, por haver designado a área da Praia Grande como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís. E só a partir do ano de 1987 recebeu a nomenclatura de projeto Reviver. Vejamos em que consistia o projeto:

O PROJETO PRAIA GRANDE objetiva a preservação e revitalização do centro histórico de São Luís, através de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural.

Dada a amplitude desta área e a inexistência de recursos para tratamento da mesma como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande, propriamente dita, como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do centro Histórico de São Luís [...] Para esta área, definiu-se um programa de atuação em vários níveis, que permitirá aos órgãos interessados e as autoridades estaduais e federais responsáveis, materializarem os interesses latentes na preservação do patrimônio e na promoção da cultura (PROJETO PRAIA GRANDE, 1981).

Dessa forma, o projeto Praia Grande tinha como principal objetivo preservar e revitalizar o Centro histórico de São Luís, por meio de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural. Tendo como escolha inicial para as ações preservacionistas o bairro da Praia Grande, por ser uma região de tradição na cidade de São Luís. Assim, o PPRCHSL estendeu-se para outras áreas da cidade no decorrer dos anos.

Inicialmente, o Projeto Praia Grande delimitou uma área para serem desenvolvidos os trabalhos de recuperação e preservação do patrimônio, correspondente a 50 hectares, 60 quadras urbanas, 900 edificações e beneficiando 6000 habitantes, conforme ilustra a planta abaixo:



**Figura 05:** Planta da área do Projeto Praia Grande.  
**Fonte:** REIS, 1982.

Percebe-se que a área correspondente às ações do Projeto era extensa e abrangia todo o bairro da Praia Grande, incluindo ainda locais como a Praça Dom Pedro II, a Rua do Egito, o Cais da Sagração, a Fonte do Ribeirão, a Ponte Governador José

Sarney e uma pequena parte do bairro do Desterro, até os limites com a igreja do Desterro, ou seja, toda a área já tombada pelo patrimônio histórico.

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís possuía uma estrutura composta por doze subprogramas, criados para executar as atividades proposta. Os subprogramas dividiam-se em: a) Subprograma de obras do largo do Comércio; b) Subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís; c) Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; d) Subprograma de Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos; e) Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico; f) Subprograma de Incentivo às atividades de Turismo Cultural; g) Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias; h) Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano; i) Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial; j) Subprograma de Gerenciamento, Planejamento e Administração; K) Subprograma de Pesquisa e Documentação; l) Subprograma de Editoração e Divulgação (ANDRÈS, 2012, p 75). Ainda de acordo com Andrès (2012), os subprogramas tinham como metas:

- Recuperar econômica e socialmente a região da Praia Grande;
- Expandir a oferta de unidades habitacionais e assegurar a permanência de moradores tradicionais no centro histórico de São Luís;
- Proporcionar a restauração e conservação de edificações eruditas e religiosas;
- Conferir uma recuperação dos serviços públicos como pavimentação, transporte rodoviário, sinalização de trânsito, estacionamento, saneamento básico, redes de energia elétrica e telefônica;
- Assegurar projetos que promovam a preservação dos prédios públicos;
- Investir no potencial turístico do patrimônio arquitetônico, mantendo-o limpo, conservado e seguro;
- Revitalizar as atividades portuárias;
- Recuperar praças e jardins, mantendo uma harmonia com todo o conjunto arquitetônico e promovendo uma opção de lazer para a comunidade;
- Recuperar a arquitetura industrial, adequando suas instalações a usos mais intensivos da população;

- Garantir um gerenciamento e administração no centro histórico por meio de instituições federais, estadual e municipal, além de instituições privadas e o apoio da comunidade que vive e trabalha na área;

- Pesquisar documentação sobre a área do Centro Histórico, servindo de base para as atividades de preservação;

- Divulgar periodicamente os planos, propostas e resultados das atividades e pesquisas a comunidade e ao setor internacional.

Para tanto, a implantação do PPRCHSL, com seus doze subprogramas, foram realizados em etapas, estendendo-se em um período de vinte e seis anos.

#### **4.2 As etapas do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís**

Foram estabelecidas seis etapas para desenvolver com mais precisão as atividades de preservação na área do centro antigo e contou com uma equipe interdisciplinar. As etapas duraram entre os anos de 1979 a 2006 correspondentes a cada período governamental do Estado do Maranhão. Durante essas décadas de programa houve enormes contrastes. Em determinados momentos foram intensivas as atividades no desenvolvimento do projeto e, em outros, houve uma queda nas ações. Esse fato pode ser relacionado às mudanças administrativa ocorridas no governo estadual e municipal de quatro em quatro anos, gerando momentos de transitoriedade na gestão.

Para a efetivação das etapas fora necessário formar grupos responsáveis por elas, destacando-se nomes, como: Ronald de Almeida Silva, que se incorporou ao elenco como líder no planejamento das primeiras ações; Aloísio Magalhães, representante do IPHAN no início de 1980; e Ivan Sarney da Costa, primeiro diretor do projeto. Também foi de suma importância para o desenvolvimento das seis fases, representantes da sociedade civil, sindicatos e órgãos públicos (ANDRÈS, 2012).

A primeira etapa (1979/1983) realizada na Gestão do governador João Castelo, iniciou-se da formulação do PPRCHSL e delimitou o bairro da Praia Grande para o início das atividades. Os principais motivos para a escolha da área foi seu valor histórico e arquitetônico e a grave situação de degradação que o bairro exibia em meados do século XX.

De início, foi criado, no ano de 1981, o Subprograma de Obras do Largo do Comércio e das áreas vizinhas, que norteou toda a primeira etapa. Dessa forma, a primeira fase constituía-se em reabilitar o Largo do Comércio, realizar obras de restauração na Feira da Praia Grande, restaurar um imóvel com o intuito de abrigar um Albergue do Voluntariado de Obras Sociais, recuperar o beco da Prensa, realizar obra de recuperação na Praça da Praia Grande<sup>10</sup> e executar obras de urbanização no entorno da Praça. Essa etapa obteve o apoio e financiamento da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); que naquele ano contava com uma superintendência no Estado do Maranhão recém-formada (ANDRÈS, 2012; LIMA 2014).

Os principais objetivos dessa etapa era desenvolver restaurações físicas nos prédios e praças, promovendo mais acesso ao turismo por meio do atrativo do Patrimônio cultural e dinamizar o comércio da região, que se encontrava escasso depois da saída de grandes firmas do local, gerando, por meio dessas ações, maior ocupação da área.

A segunda etapa (1983/ 1987) ocorreu na gestão de Luís Rocha e foi marcada por um período de diminuição de investimentos em obras urbanas no centro antigo da capital Maranhense. Contudo, embora não fossem realizadas obras físicas, a segunda fase do PPRCHSL contou com intensas pesquisas interdisciplinares, o que gerou projetos importantes de recuperação documental da história do Maranhão.

Os projetos específicos da segunda etapa foram as pesquisa socioeconômica, iniciada no ano de 1982, que permitia entender mais detalhadamente a situação econômica e social dos moradores do bairro da Praia Grande, assim como aprofundar o conhecimento sobre a diversidade do bairro. Como consequência da pesquisa, foi estimulando a formação da primeira associação dos moradores da Praia Grande.

O projeto de microfilmagem e transcrição paleográfica dos livros da Câmara de São Luís dos séculos XVII, XVIII e XIX, recuperou 166 volumes remanescente dos documentos originais da Câmara de São Luís (que se encontravam em estado de deterioração e abandono), além disso formou-se uma equipe de 15 historiadores para executar as transcrições de mais de 28 mil páginas dos volumes recuperados. O projeto também foi responsável pela criação de um laboratório de conservação documental, que se encontra hoje no prédio do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Houve ainda na

---

<sup>10</sup> Atual Praça Nauro Machado.

segunda etapa, o projeto de embarcações do Maranhão, que elaborou uma pesquisa sobre as embarcações nas mediações da Praia Grande, Desterro e Portinho, analisando sua estética, fabricação e importância econômica e social (ANDRÈS, 2012).

O Projeto Sítio do Físico contribuiu para a salvaguarda das ruínas de um antigo curtume e fábrica de pólvora, instalado em São Luís no século XIX, o sítio possui um significativo valor histórico e arqueológico correspondente à indústria do Maranhão nos séculos XVIII e XIX. Simultaneamente ao projeto do Sítio do Físico, foram elaborados projetos de restauração do sobrado da Praça do Comércio e da antiga casa da Câmara Municipal, edificações onde funcionavam fábricas no final do século XIX e início do século XX (ANDRÈS, 2012). Além da elaboração desses projetos e pesquisas, foi na segunda etapa que se decretou a criação de uma zona de tombamento Estadual, envolvendo cerca de 4 mil imóveis (LIMA, 2014).

A terceira etapa (1987/1991) realizada no governo estadual de Epiácio Cafeteira e tendo, na época, José Sarney na função de presidente do Brasil, conglomerou estes atrativos em uma campanha política em benefício do governo estadual na época. A ação inicial da terceira etapa foi marcada por uma alteração na nomenclatura do projeto, passando de Projeto Praia Grande, para Projeto Reviver. A ideia era, portanto, “rememorar, a partir do aporte material do Centro Histórico, os tempos passados. Revitalizar um espaço como se por meio disso fosse possível resgatar um tempo posto como melhor” (LIMA, 2014, p. 118). Dessa forma, foram retirados elementos que esteticamente descaracterizavam o centro antigo.

Foi construída uma rede subterrânea para armazenar fios de energia elétrica e telefonia. Retirados definitivamente os postes de concreto e, no lugar, instalados postes de ferro fundido com lâmpadas. Foram recuperadas as ruas com paralelepípedos e alargadas as calçadas de cantaria, com a ideia de reconstruir as dimensões originais das ruas. E também proibido a circulação de automóveis e motocicletas em alguns locais do bairro da Praia Grande (CAFETEIRA, 1994).

A fotografia a seguir, exibe a Rua Portugal em obras pelo Projeto Reviver na década de 1980, exemplificando como foram recuperadas as ruas com paralelepípedos:





**Figura 06:** Foto da obra do Projeto Reviver na Rua Portugal.  
**Fonte:** CAFETEIRA, 1994.

A fotografia revela como estava a Rua Portugal em plena obra de recuperação do PPRCHSL, nesse caso, estava sendo colocadas as pedras de paralelepípedos para revestir a pavimentação da rua. Observa-se que em meios aos trabalhadores e matérias de construção, circulava a população, dando a entender que mesmo o centro antigo estando em obras continuou a ser frequentado regularmente. Do lado direito da imagem, onde está o prédio recuado com a calçada mais larga na frente, fica uma das entradas da Feira da Praia Grande.

As práticas de preservação realizadas pelo Projeto Reviver, pretendiam valorizar as características históricas da cidade, removendo aspectos que descaracterizavam o centro como sendo antigo e recriando a imagem do passado. As imagens a seguir ilustram especificamente esse aspecto, com figuras do que era visto no passado distante, do que era presenciado anos antes das restaurações pela terceira etapa e como ficou depois de reformas efetuadas pelo programa.



**Figura 07:** Foto do Largo do Comércio em 1908.  
**Fonte:** CUNHA, 1908.



**Figura 08:** Largo do Comércio em 1986.  
**Fonte:** ANDRÈS, 2012.



**Figura 09:** Largo do Comércio [198-?].  
**Fonte:** CAFETEIRA, 1994.

Pelas imagens, percebe-se o quanto foi modificado a área em frente à Feira da Praia Grande, a primeira fotografia corresponde ao início do século XX, nota-se características remotas de um lugar onde ainda não existia energia elétrica, as ruas não eram trafegadas por automóveis, circulavam apenas carroças e as pessoas andavam livremente pela rua sem a preocupação com o trânsito de veículos. A segunda imagem, do ano de 1986, apresenta o mesmo lugar, porém com componentes diferentes, observa-se um edifício no fundo antes não existente e um tráfego intenso de veículos, desde veículos pequenos até os mais pesados como caminhões, a circulação de automóveis e seu estacionamento pelas calçadas gerava um visual confuso, ofuscando a visualização dos casarões. A terceira imagem exibe o largo do Comércio após obras de recuperação pelo PPRCHSL, observa-se agora um visual amplo, valorizando a arquitetura dos casarões, possibilitando mais visibilidade e acesso à Feira da Praia Grande, devido uma maior circulação de pedestre. Foram retirados os fios de energia elétrica e colocado poste com lâmpadas, foi também arborizado o meio da rua, como o visto na primeira imagem, também foi proibida a circulação intensa de automóveis, com a ideia de recriar o ambiente mostrado na primeira fotografia.

Ainda sobre a terceira etapa do programa, no âmbito de preservação do Patrimônio arquitetônico, destacam-se: a revitalização do convento das Mercês, a reconstrução da escadaria na Rua Humberto de Campos, a restauração da Fábrica Cânhamo (situada no bairro da Madre Deus para abrigar o Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular- CEPRAMA), a transformação de galpões abandonados próximo ao cais da Avenida Beira-Mar no Centro de Criatividades Odylo Costa Filho, a restauração de dois sobrados (um, na Rua Portugal, e outro voltado para a Rua da Estrela, para acomodar um complexo museológico), a reconstrução da antiga sede da Companhia Telefônica do Maranhão, para servir de nova instalação para o Restaurante-Escola SENAC (essa obra foi uma parceria do Governo do Estado com o SENAC, o primeiro doou o imóvel e o segundo proporcionou sua reconstrução) (ANDRÈS, 2012).

A quarta etapa (1991/1995), realizada no governo estadual de Edson Lobão, teve como destaque a restauração de prédios para além do bairro da Praia Grande, outro ponto relevante na etapa foi a elaboração do Projeto Piloto de habitação no Centro Histórico, que já vinha sendo discutida desde o primeiro momento do PPRCHSL.

Entre os edifícios restaurados está o Teatro Arthur Azevedo. A obra permitiu a recuperação de sua configuração original. Outra restauração nessa fase ocorreu na

Fábrica do Rio Anil, situada no bairro do Anil, maior exemplo de arquitetura industrial do século XIX no Maranhão, que foi restaurada e adaptada para abrigar o Centro Integrado de Ensino-Cintra, desde 1994. Houve também a construção do Mercado do Peixe, no Portinho, devido o reconhecimento da região como importante polo econômico portuário e comercial (ANDRÈS, 2012).

Além da preservação arquitetônica, a quarta etapa se destacou pela elaboração do projeto de habitação do Centro Histórico de São Luís, no ano de 1993. O projeto tinha por finalidade restaurar e adequar um sobrado em ruínas antes construído em cortiço, para servir de apartamento às famílias antigas selecionadas pelo programa.

A quinta etapa (1995/2002), a mais longa de todas, com maiores investimentos e número de obras, foi executado na gestão da ex-governadora Roseana Sarney, contanto com sua reeleição. Essa etapa acentuou-se pelos investimentos do governo do Maranhão e a participação da equipe do PPRCHSL no projeto São Luís Patrimônio da Humanidade, cujo objetivo era incluir São Luís na categoria de Patrimônio Mundial. A relevância do projeto e as constantes negociações trouxeram no ano de 1997 a homologação da decisão pelo plenário do Comitê do Patrimônio Mundial, que oficializou a inclusão de São Luís na lista da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, como patrimônio cultural da humanidade<sup>11</sup>.

No entanto, é relevante destacar que, para a manutenção do título, São Luís precisou (e ainda precisa) manter os atributos condizentes com a marca de patrimônio da humanidade. Dessa forma, o estado do Maranhão para cumprimento da quinta etapa, contou com o apoio do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR, que financiou obras de preservação no centro antigo da capital maranhense. Segundo Felipe Andrés (2012, p. 115):

Foram investimentos da ordem de R\$ 90 milhões em obras de recuperação da infraestrutura urbana dos bairros do Desterro e Portinho e a revitalização das atividades portuárias ligada ao tráfego de passageiros. [...]. Além disso, aplicou recursos do PRODETUR para a realização da etapa pioneira do Plano da Ilha de São Luís, beneficiando, neste primeiro momento, a bacia do Centro Histórico, com a construção de redes coletoras, estações elevatórias e de tratamento dos esgotos sanitários, com evidentes consequências positivas para o saneamento da área.

---

<sup>11</sup> A inclusão de São Luís na lista da UNESCO tomou como base os critérios III, IV e V da Convenção do Patrimônio Mundial. São eles: III) Testemunho excepcional de tradição cultural; IV) Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade; V) Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época (ANDRÈS, 2012).

Percebe-se que foram altos os investimentos do PRODETUR em obras preservacionistas do centro antigo de São Luís, com a intenção de valorizar as atividades turísticas que no final da década de 1990 vinham ganhando visibilidade, sobretudo após a cidade receber a titulação de Patrimônio da Cultural.

Com a alta aplicação do capital, foi possível realizar consideráveis obras de valores arquitetônico e cultural, como no cais da Praia Grande, com a construção de uma nova estação de cargas e passageiros. Instalação de uma nova rede de telefonia subterrânea, com o mesmo propósito já mencionado na terceira etapa. Obras de renovação das antigas redes de água, esgoto e drenagem, com o intuito de eliminar os constantes vazamentos e revitalização da pavimentação das ruas do Centro Histórico. Obras de saneamento básico nas margens do rio Bacanga. Elaboração de um projeto de Urbanização do canal do Portinho. Abaixo, observa-se uma das principais obras realizada nessa fase, esgoto e drenagem, diminuindo os vazamentos constantes que existiam.



**Figura 10:** Foto da obra de esgoto e drenagem no centro histórico de São Luís.  
**Fonte:** ANDRÈS, 2012.

Destacaram-se também, diversas obras de preservação em edificações e praças, com intuito de habitá-los. A exemplo disso, temos: restaurações e adaptações de

edificações para abrigar importantes núcleos educacionais e culturais de interesse social<sup>12</sup>; elaboração do projeto de valorização da cultura popular, com a criação de dois núcleos culturais, a Casa do Maranhão e a Casa de Nhozinho; recuperação de antigos armazéns no bairro da Praia Grande, para ser instalado o Instituto de Desenvolvimento das Artes- IDAM e o Mercado de Artesanato; o desenvolvimento de mais projetos de habitação<sup>13</sup> no centro histórico de São Luís, com a finalidade de adaptar prédios na parte superior e no térreo para servir de apartamento e lojas respectivamente, um exemplo foi o projeto morada das artes; recuperação do casarão que funcionava o Instituto Oswaldo Cruz; reforma de galpões na Praia Grande no ano de 1999 para abrigar o VIVA cidadão; restauração, no ano de 2001, de um solar na praça João Lisboa, que funciona atualmente como sede da JUCEMA; restauração de mais um sobrado, para o funcionamento da delegacia especial do centro histórico conjugada com a sede do Batalhão de Turismo; reconstrução de uma edificação em ruínas na rua da Palma para a instalação do Centro de Educação e Cidadania- CEDUC; restauração da Igreja da Sé, do Palácio Episcopal e da Igreja do Desterro; recuperação de espaços abandonados e degradados em espaços de convivência comunitária; reabilitação de praças<sup>14</sup> e a intervenção em 2001 na praça Nauro Machado, reformada para servir de espaço cultural e lazer, mas já recuperada antes na primeira fase do PPRCHSL em 1982. (ANDRÈS, 2012).

A execução do projeto Documenta Maranhão, que rendeu a publicação de três livros contendo o resultado da pesquisa sobre as embarcações no Maranhão, o dossiê preparado pela UNESCO e a história da arquitetura luso-brasileira em São Luís também foram alguns dos principais projetos desenvolvidos nesta etapa.

A sexta etapa (2002/2006) executada no governo Estadual de José Reinaldo Tavares, foi marcada pela queda de investimentos na área do centro histórico de São Luís. Porém, embora tenha se evidenciado a diminuição de verbas, ainda foram terminadas quatro obras de recuperações de casarões para o projeto de habitação,

---

<sup>12</sup> Os casarões restaurados na quinta etapa do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, para abrigar núcleos educacionais e culturais, servem de instalações para: Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, Escola de Música do Estado-Solar Lilha Lisboa, Centro de Capacitação Tecnológica- CETECMA, Departamento do Patrimônio Histórico, Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueológica do Maranhão e Teatro João do Vale.

<sup>13</sup> O projeto de habitação não beneficiou os moradores do centro, já que o público escolhido foram funcionários públicos que trabalhavam no centro, mas moravam em local afastado e não possuíam residência própria, e tinham renda mensal menos de 600 reais.

<sup>14</sup> Refere-se as praças: praça poeta Valdelino Cécio, ligada a praça Nauro Machado, praça da Seresta, praça dos Catraieiros, praça da Praia Grande (conhecida também como praça da casa do Maranhão), praça do Pescador.

iniciados na etapa anterior e restaurado mais quatro edificações para servir de instalação á órgãos públicos, como a sede da Univima, o Centro Estadual de Educação Profissional de São Luís, a Escola de Enfermagem do SUS - Sistema Único de Saúde e a sede da Aliança Francesa no Maranhão. Houve ainda a restauração do maior imóvel do bairro da Praia Grande, situado no largo do Comércio, para servir como pousada para os turistas que visitariam a cidade. A reforma foi concluída mas nunca utilizado como pousada, servindo hoje como espaço para a sede da Defensoria pública. (ANDRÈS, 2012; LIMA, 2014)

Por fim, foi desenvolvido na sexta etapa o projeto estaleiro-escola/ Sítio Tamacão, que estabeleceu a instalação do primeiro centro de treinamento em atividades de carpintaria naval, mantendo com isso as tradições nas técnicas de construção das embarcações artesanais no maranhão.

Visto as seis etapas, percebe-se que o PPRCHSL desenvolveu obras de caráter social, econômico e cultural, tendo como principal objeto a valorização das atividades turísticas no centro histórico de São Luís e a reutilização pública<sup>15</sup> e privada das edificações.

Esse fenômeno pode ser explicado pela era da indústria cultural, quando a cultura perde seu caráter de realização pessoal e torna-se uma empresa e uma indústria. Choay define que patrimônio cultural na era da indústria cultural passa a ser um produto “fabricado” (usa-se o termo fabricado, para simbolizar a ideia de um produto construído pela indústria) para ser consumido e explorado por todos os meios, seja pelo turismo de massa, seja na sua reutilização pública ou privada. Trata-se, sobretudo de apresentar o patrimônio como um espetáculo, capaz de convertê-lo em renda.

No caso de São Luís, o que antes era visto como um entrave para a modernidade passou a ser um lugar preservado para o consumo cultural e fruição turística, principalmente depois da marca de patrimônio cultural da humanidade que recebeu em 1997. O PPRCHSL veio como uma estratégia para desenvolver ações valorativas capazes de criar elementos com potenciais turísticos, culturais, econômicos e sociais. Mas se por um lado o programa conseguiu revitalizar o centro histórico de São Luís e utiliza-lo como um produto de mercado, por outro foi muito utilizado para promoção política de alguns gestores que assumiam o governo.

---

<sup>15</sup> Refere-se a reutilização pública, edifícios que são reutilizados para abrigar lojas, teatro, museus, escolas, secretárias de órgão públicos e etc.

## 5 A RESTAURAÇÃO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE PELO PPRCHSL

### 5.1 A Feira da Praia Grande anos antes da restauração

Localizada em uma área tombada pelo IPHAN, no “coração da Praia Grande” segundo definição metafórica do pesquisador José Ribamar Sousa dos Reis (1982, p 50), por se encontrar entre as principais ruas do bairro Portugal, Trapiche, Djalma Marques e Cândido Mendes (Rua da Estrela), a Feira da Praia Grande, antiga Casa das Tulhas, foi, sem dúvida, o maior exemplo de comércio de gênero de primeira necessidade de boa parte da população ludovicense no século XIX. Contudo, a falta de recursos econômicos no Estado do Maranhão e a expansão do comércio para outras partes da cidade, fizeram com que a Feira da Praia Grande ficasse, em meados do século XX, consideravelmente degradada, com problemas visíveis na sua estrutura, passando por uma desvalorização econômica. Dessa forma, a Feira da Praia Grande, entre as décadas de 1950 a 1980, anos antes de passar por ações preservacionistas realizadas pelo PPRCHSL, era parcialmente atípica à estrutura original, como salienta Reis:

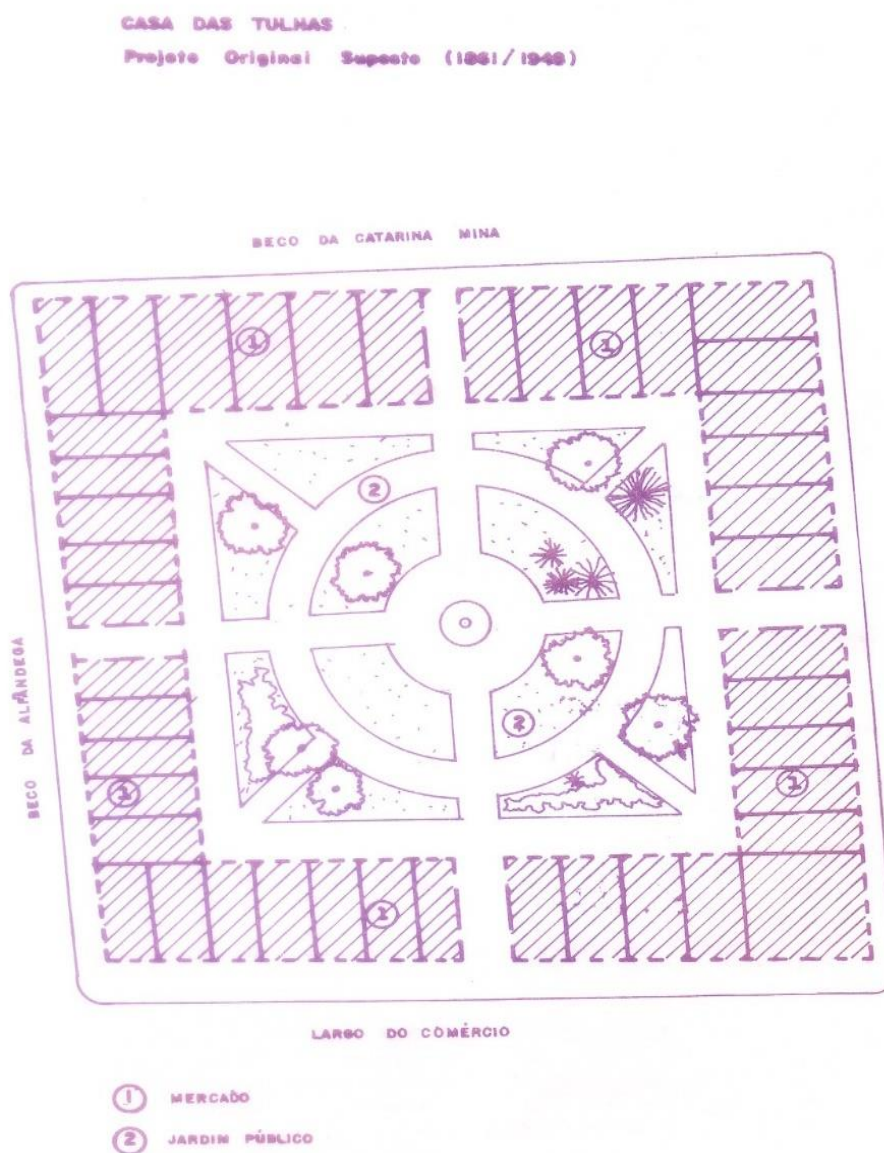
Hoje, a Feira da Praia Grande, em termos de espaço físico, bem como as demais características comerciais, encontra-se aquém das pioneiras, quando aquele logradouro era denominado de Casa da Praça. Toda a área que compreende o quarteirão inteiro, central do antigo Largo do Comércio, agora cheio de casas comerciais, ilhando, desse modo, a Feira. Com isso, através dos tempos diversos foram as formas arquitetônicas que já teve aquele mercado motivado pelo avanço dos estabelecimentos comerciais na ex-área externa onde havia os boxes, hoje comércio em geral, reduzindo consideravelmente, ainda mais, o espaço da Feira. Sua área atualmente é de, mais ou menos, hum mil e quinhentos metros quadrados, possuindo uma forma arquitetônica bastante heterogênea.

Na verdade, a Feira está abafada, havendo apenas um único fluxo de trânsito aos consumidores. Quem entra, geralmente segue direto até à saída, ficando as laterais sem percurso na mesma intensidade que o centro. Isso porque as laterais externas foram fechadas, existindo apenas a entrada principal (REIS, 1982, p. 48).

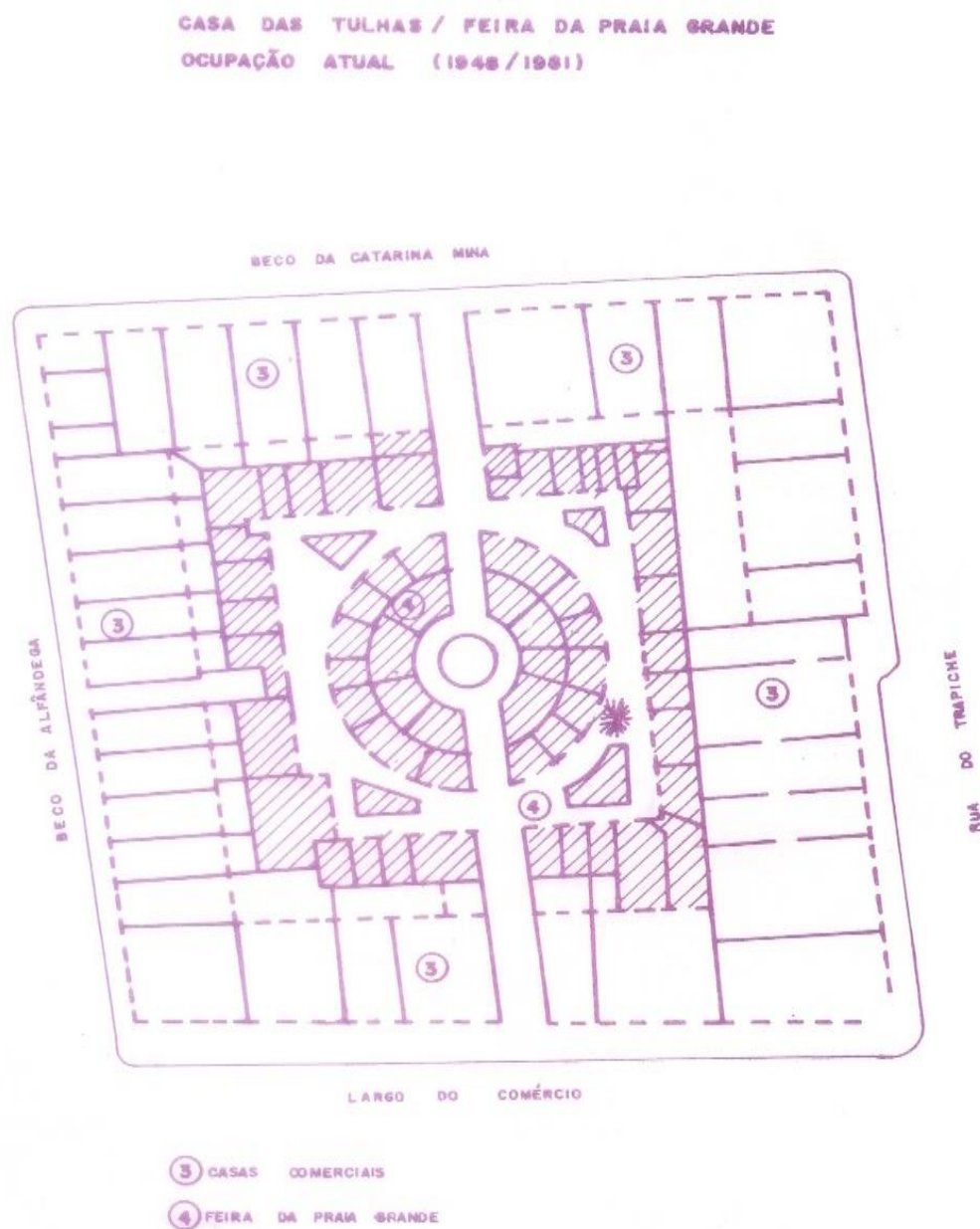
Pela citação, consta-se que o espaço correspondente a Feira da Praia Grande estava ligado a outros pontos comerciais, isso gerava uma obstrução das entradas laterais e uma diminuição considerável no espaço para a circulação de pessoas dentro da Feira da Praia Grande. O local se tornava abafado e tinha como consequência física a descaracterização da arquitetura original do prédio.



As plantas a seguir exibem um comparativo de como foi planejada a Casa das Tulhas no século XIX e como se encontra alguns anos antes da restauração.



**Figura 11:** Planta do Projeto original da Casa das Tulhas 1861-1948.  
**Fonte:** REIS, 1982.



**Figura 12:** Planta da Casa das Tulhas/ Feira da Praia Grande 1948-1981.

**Fonte:** REIS, 1982.

A primeira imagem revela como foi projetada originalmente a Casa das Tulhas. Observa-se que o espaço interno era ocupado por um jardim, com entrada e saída livre por todas as laterais, ao redor ficava a edificação que abrigava o mercado. Enquanto a segunda imagem mostra as modificações sofridas ao longo do tempo. Nesse caso, instalou-se uma feira onde outrora era um jardim, as passagens laterais, por sua vez,

foram bloqueadas por edículas construídas pelos próprios feirantes, deixando apenas dois portões acessíveis aos frequentadores. Ao redor da feira ficava casas comerciais que existem até hoje.

Além da descaracterização arquitetônica, a prédio também apresentava problemas de saneamento e limpeza. Ainda segundo José Ribamar Sousa dos Reis (1982, p. 55) refere-se ao problema da seguinte forma:

[...] o saneamento total da Feira é, por demais precário, visto que não dispõe de um sistema de esgoto, nem tão pouco de uma coleta regular de lixo nos seus diversos boxes. Acrescenta-se, ainda, a colocação indevida de aves e animais no seu percurso, muitas das vezes interditando a passagem do consumidor, além de sujarem com dejetos, ocasionando mau cheiro. Existem apenas dois banheiros públicos, os quais são denominados de privadas, com afixação de placa e tudo mais. Entretanto, acham-se em péssimas condições de asseio.

Ainda sobre o cenário anterior à reforma, um dos principais engenheiros responsáveis pelo projeto, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès<sup>16</sup>, declara em entrevista como encontrou a estrutura física da Feira da Praia Grande na década de 1970.

Olha, de fato a Feira da Praia Grande, o coração da Praia Grande, um local de movimento, por que tem gêneros alimentícios, tem produtos típicos da baixada, nunca deixou de ser um polo, só que ela estava extremamente degradada [...], por um lado, tinha uma riqueza cultural muito grande traduzida na diversidade dos alimentos, dos alimentos típicos que vem da baixada que você até hoje encontra ali [...], enfim, a Feira da Praia Grande tem, assim, uma diversidade, sempre teve representativa da cultura popular e também era um ponto de encontro dos intelectuais, o Valdelino Cécio, que era uma figura muito popular; um poeta, o Nauro Machado, eles se reuniam ali. Mas a Feira estava acabada, por que aquilo na verdade foi uma invasão do jardim interno da antiga Casa das Tulhas que foi feita aleatoriamente, cada um ia fazendo um puxadinho, não tinha banheiro, o melhor restaurante que tinha na Feira da Praia Grande que era famoso, que era o restaurante do Basílio. O restaurante do Basílio pra você ter uma ideia não tinha banheiro, você urinava num buraco, assim no chão, era muito sujo, tudo, a cozinha, tudo era muito sujo, e ela não tinha mais, ela tinha perdido a característica de feira, por que os espaços de vendas de cada feirante tinham sido feito por eles mesmo e eram mais um cubículo de depósito, faltava aquela estrutura de expor a mercadoria, de balcão, prateleira de exposição da mercadoria, era mais depósito que eles iam colocando as coisas ali dentro, de manhã eles tiravam ficava na porta do depósito vendendo. Mas tornou-se um ponto por que tinham uns barzinhos, os boêmios, os intelectuais, eles se reuniam ali no meio daquela confusão.

Pela descrição de Phelipe Andrès, nota-se, que a Feira possuía duas características acentuadas, por um lado era um polo representativo da cultura popular

---

<sup>16</sup> Em entrevista concedida para esta pesquisa no dia 01 de junho de 2016.

maranhense, por ser ponto de encontro dos intelectuais, poetas, mercado de alimentos e produtos típicos do Maranhão. E, por outro, representava um lugar sujo, sem estrutura adequada para receber seus visitantes, tornando-se um reflexo de todo o Centro Histórico, que naquela época também possuía características de abandono. As características narradas por Andrès evidenciam que, embora degradada e sem estrutura suficiente, a Feira continuava a ser um lugar dinâmico e peculiar no centro antigo de São Luís.

Analisando as perspectivas apresentadas por José Ribamar Sousa dos Reis (1982) e Phelipe Andrès (2012), conclui-se que a Feira da Praia Grande se encontrava em condições precárias, tanto externa quanto internamente, antes do PPRCHSL. Apresentando características de uma feira abandonada pelo poder público e que, embora tivesse uma estrutura com setenta e dois boxes, não conseguia explorar bem o espaço e utilizá-lo de forma higiênica, a ponto de se tornar um atrativo as pessoas que visitavam o centro histórico da capital maranhense.

No que tange ao comércio, encontravam-se produtos dos mais variáveis gêneros de atacado e varejo, vindo em sua maioria da Baixada Maranhense. Frutas, animais, bebidas variadas, produtos de umbanda, como: perfumaria, banhos, defumadores e etc. O espaço externo também era utilizado como uma alternativa aos comerciantes, que buscavam as calçadas com o intuito de melhor expor seus produtos, já que a feira era abafada e não tinha visibilidade quanto a isso. Os ambulantes vendiam nas calçadas redes, brinquedos, artesanatos e etc. Existia ainda a propagação de pequenos restaurantes, que em sua maioria servia comidas típicas da culinária Maranhense. (REIS, 1982).

Por esses aspectos apresentados, percebe-se que a Feira da Praia Grande era um local heterogêneo em mercadorias e ainda que sofresse problemas de degradação, principalmente por se tratar de uma edificação secular, conseguia comercializar os produtos lá existentes, tornando-se um ambiente singular e representativo de uma comunidade que frequentava, trabalhava e se identificava com a Feira da Praia Grande. Dessa forma, o PPRCHSL tinha como uma das finalidades trazer aspectos originais da Casa das Tulhas; principalmente, a reabertura das entradas laterais, obstruídas por edículas feitas pelos feirantes, mas sem prejudicá-los, reutilizando o espaço da melhor maneira possível e condicionando a ser também um espaço agradável para os frequentadores.

## 5.2 A ação do PPRCHSL na Feira da Praia Grande

Apresentando-se como conjunto de edificações<sup>17</sup>, formando um quadrilátero de um só pavimento com quatro fachadas, a Feira da Praia Grande ainda na década de 1980 passou por um processo de restauração, considerada como a principal obra de preservação realizada na primeira etapa do PPRCHSL. A escolha do programa pela Feira se deu essencialmente por dois motivos: o valor histórico (representado pelo lugar de origem) e pelo valor econômico (atribuído ao patrimônio como gerador de emprego e renda). Porém, além da perspectiva histórica e econômica, uma situação interessante também serviu de base para a escolha da Feira da Praia Grande, o apelo da comunidade representado pelo presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de São Luís, Venceslau Marques. Em entrevista, Andrès relata esse momento, definindo-o como um momento em que a comunidade se reconhece como parte do patrimônio não se limitando apenas à pedra, prédios e monumentos.

[...] houve um seminário nacional que foi promovido pelo IPHAN e trouxe gente do Brasil inteiro para discutir a proposta que o John tinha feito [...]. E nessa ocasião tinha acabado de assumir o governo o João Castelo, naquela época não era eleição, o governo era biônico, era indicado pelo Presidente da República, e ele foi indicado para assumir o governo do Estado em março de 79, ele assumiu. João Castelo bancou esse encontro [...]. E naquela ocasião teve uma pessoa que se destacou muito que era o Venceslau Marques, que era o presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de São Luís, muito inteligente, embora analfabeto, quer dizer, não sabia escrever o nome, mas era muito articulado pra falar, né! E ele subiu lá na tribuna do auditório pediu a palavra e fez um pronunciamento muito bonito assim: olha nós fazemos parte desse patrimônio, a Feira da Praia Grande com seus feirantes já se integraram a vida dessa cidade, nós comercializamos a cultura maranhense, então nós queremos ter prioridade no sentido do que os senhores que tão aí deliberando, decidindo o que vão fazer pra recuperar o centro histórico que deem prioridade para recuperar a feira da Praia Grande, dar condições de higiene de conforto pro cliente, pro nosso frequentador. Foi bonito o pronunciamento dele, demonstrou que ele, Venceslau tinha uma compressão de que o patrimônio não é só prédio e rua e também ele incorpora todas as atividades, a vida humana, as artes, as expressões e o comércio, especialmente o comércio popular. E de fato o apelo dele foi ouvido e o projeto da feira da Praia Grande entrou nos primeiros projetos que iriam ser executados (ANDRÈS, 2016).

---

<sup>17</sup> Dados técnicos e tipológicos das edificações: construído com alvenaria de pedra e cal, cantaria, ladrilhos, azulejos industriais, telha-canal, madeiras, gessos e etc. Possui arquitetura civil de feições coloniais, um pavimento, quatro fachadas caídas. Apresenta predominância de vazios sobre cheios com aberturas em arco pleno e bandeiras de ferro, além de todas as guarnições em cantaria. Na entrada principal pela Rua da Estrela, apresenta um grande arco em tijolo predominante e exibe uma bandeira de ferro centrada pelas iniciais e data de construção MC-1861 (MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO, 1979).

De acordo com a citação, fica claro que o pronunciamento de Venceslau Marques contribuiu para enfatizar sobre importância da obra de restauração da Feira da Praia Grande entre os primeiros projetos a serem executados pelo PPRCHSL, ressaltando que a comunidade deveria participar do processo de restauração do prédio. Observa-se que André considera o posicionamento do presidente do sindicato um “ato de empoderamento” quanto ao patrimônio cultural, já que os feirantes também fazem parte da feira e precisam compreender o que iria ser realizada nela.

A primeira etapa foi iniciada após a criação de políticas de preservação definidas na reunião da I convenção da Praia Grande, tais políticas serviram de orientação ao PPRCHSL. Dentre elas, duas basearam a obra de restauração da Feira da Praia Grande.

5- Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.

6- Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural (ANDRÉS, 2012, p. 74).

Os dois itens criados na reunião condizem com as necessidades da revitalização da Feira, quando fala em preservação patrimonial arquitetônica para fins sociais e econômico e quando apresenta o objetivo de revitalizar o comércio varejista. Dessa forma, baseado nas políticas apresentadas acima e no subprograma do Largo do Comércio, o Projeto Praia Grande efetuou, no ano 1982, a primeira grande ação de caráter preservacionista na antiga Casa das Tulhas, realizada por meio de uma gestão integrada entre governo, equipe do projeto e feirantes.

A restauração da Feira da Praia Grande, estava incluída no subprograma do Largo do Comércio e adjacências, que tinha como finalidade promover a revitalização do núcleo comercial, cultural e social da área (PROJETO PRAIA GRANDE, 1981).

O subprograma possuía os seguintes objetivos específicos: a) Propiciar a fixação da população de baixa renda residente na área; b) Promover o turismo cultural através do oferecimento de condições de hospedagem e alimentação adequadas e programação cultural com ampla divulgação e facilidade de acesso; c) Dinamizar o comércio varejista, especialmente o de alimentos, produtos regionais e artesanatos; d) Adequar os serviços públicos de limpeza, iluminação e transporte para permitir uma ocupação mais intensa, tanto diurna quanto noturna e melhor condições ambientais; e) Incentivar a fixação na área de atividades culturais, habitacionais, varejistas e de lazer,

promovidas quer pelo poder público quer pela iniciativa privada; f) Estabelecer um núcleo de atração para estimular uma participação mais ampla da comunidade na revitalização e na preservação da área histórica (PROJETO PRAIA GRANDE, 1981).

Dessa forma, enquadrada no subprograma do Largo do Comércio a restauração da Feira da Praia Grande pretendia realizar a aquisição e reforma de 1000m<sup>2</sup>, higienização geral da feira, o redimensionamento e remanejamento dos boxes e a reabertura das duas entradas originais, com custo estimado de Cr\$ 23 milhões, sob a responsabilidade da SEPLAN (Secretaria de Estado de Planejamento), do Sindicato dos Comerciantes Varejistas e Feirantes de São Luís e da SETOP (Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas), como também nos informa o Projeto Praia Grande (1981).

Segundo Andrès (2016), o projeto da reforma foi construído em coletividade com os feirantes e o Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de São Luís, que desconfiaram das obras propostas e receosos de perder o local de trabalho, única forma de sustendo da maioria. Após algumas negociações foi garantida aos feirantes uma transferência para uma área próxima, onde hoje se encontra o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, até o término das obras. O envolvimento da comunidade representava uma identidade coletiva dos feirantes com o espaço.

Nessa perspectiva, Phelipe Andrès (2016) declara em entrevista como foi a relação dos feirantes com a restauração do prédio e com a equipe do projeto.

[...] havia uma desconfiança, que era natural, por que você sabe que muitas vezes sucessivos governos prometem coisas que depois não cumprem [...] então eles tinham muita desconfiança [...]. Então eu lembro que na época ia ter um problema, que durante a obra eles iam ter que sair de lá do espaço da feira, óbvio, não tinha como, tinha que sair todo mundo. E eles falavam assim: e quem garante à gente que nós vamos voltar depois [...]. Então eles manifestavam esse temor essa desconfiança, nós levamos para o Secretário de Planejamento, para o Governador e aí foi feito o seguinte, o governo deu a eles uma carta garantindo que eles iriam retornar para seus espaços e mais, construímos nesse espaço onde hoje tá o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho [...] instalações provisórias, *pra* que durante seis meses da obra de recuperação da feira, os feirantes não precisassem deixar de trabalhar nem um dia [...] A gente vinha conduzindo essa negociação com eles, com muito cuidado, com muito carinho [...]. Então quando a gente percebeu que eles estavam meio desconfiados e tudo, nós começamos a criar esses mecanismos como aquela carta que eu te falei, que o governo deu a cada um [...]. E depois durante a obra como eles estavam ali do lado, caladinho aqui oh, onde é o Centro de Criatividade é do lado da Feira, atravessou a rua, *tava* lá dentro, então o quê que acontecia? Na planta do projeto cada um já sabia qual ia ser o seu espaço, então o que acontecia? Todo dia eles iam lá ver. Oh! já botou a torneira, no boxe, o meu boxe já está revestido de azulejo, entendeu? Então não foi surpresa, quando a obra ficou pronta eles *tavam* acompanhando aquilo no dia a dia, todo dia eles iam conferir, mas isso nos deu uma credibilidade [...]. Mas pra você ver como uma negociação dessa com a comunidade é delicada,

por que você tem que conduzir muito bem, então por isso que eles tinham acesso a obra e eles iam no dia a dia acompanhando o avanço do serviço.

Segundo o relato de Phelipe Andrès, o processo de restauração da Feira da Praia Grande foi um processo delicado, visto que, no início, os feirantes manifestaram desconfiança com a obra. Dessa forma, mecanismos foram criados pela equipe do PPRCHSL com o propósito de garantir credibilidade perante a equipe e a confiança dos proprietários dos boxes. Observa-se também que durante a realização da reforma foram constatados os acompanhamentos dos feirantes, de acordo com Andrès, os mesmos conferiam minuciosamente o andamento da restauração no seu respectivo box, constatando-se com isso que os comerciantes contribuíram tanto para a motivação da reforma, representado pelo presidente do sindicato, quanto no questionamento e participação do processo da restauração.

Os feirantes, por sua vez, em entrevista ao jornal *O Estado Do Maranhão* (no ano de 1982), declararam suas impressões sobre o início de reforma. A citação é do presidente do sindicato do Comércio Varejista e Feirantes, Venceslau Marques:

Apesar dos quase 100 feirantes terem sido obrigados a se deslocarem para um galpão provisório, devido os serviços, estou satisfeito com a reforma que está se processando pois acredito que depois de pronta a feira nos proporcionará melhores condições do exercício de nossas atividades (O ESTADO DO MARANHÃO, 6 de março de 1982, p. 7).

Venceslau Marques, no início de sua fala, declara que a mudança de mais ou menos 100 feirantes para o galpão provisório foi feita de forma obrigatória. Porém, o presidente afirma que estava satisfeito com a reforma e que futuramente tal obra promoveria melhoramentos nas atividades dos feirantes. A partir disso, entende-se que, enquanto o sindicato do Comércio Varejista e Feirantes de São Luís apoiava a obra do Projeto Praia Grande, outra parte dos feirantes foi sem vontade própria para as instalações provisórias. Observemos o pronunciamento de outro feirante sobre a restauração da Feira:

Não tenho porque reclamar. A feira estava realmente precisando de uns reparos, e acho que a iniciativa do Governo no projeto veio em boa hora. Além do mais, alguns problemas de há muitos anos deverão ser solucionados, como é o caso da rede de esgoto [...], mesmo com o faturamento inferior ao da feira, acho que a restauração é válida. Tenho a impressão que após essa restauração quando voltarmos o movimento aumente muito mais (O ESTADO DO MARANHÃO, 6 de março de 1982, p. 7).



Para o feirante, a restauração da Feira significava uma ação positiva que resolveria o antigo problema de saneamento. A esperança de que a situação econômica melhorasse depois da reforma também fica explícita nas últimas linhas da citação.

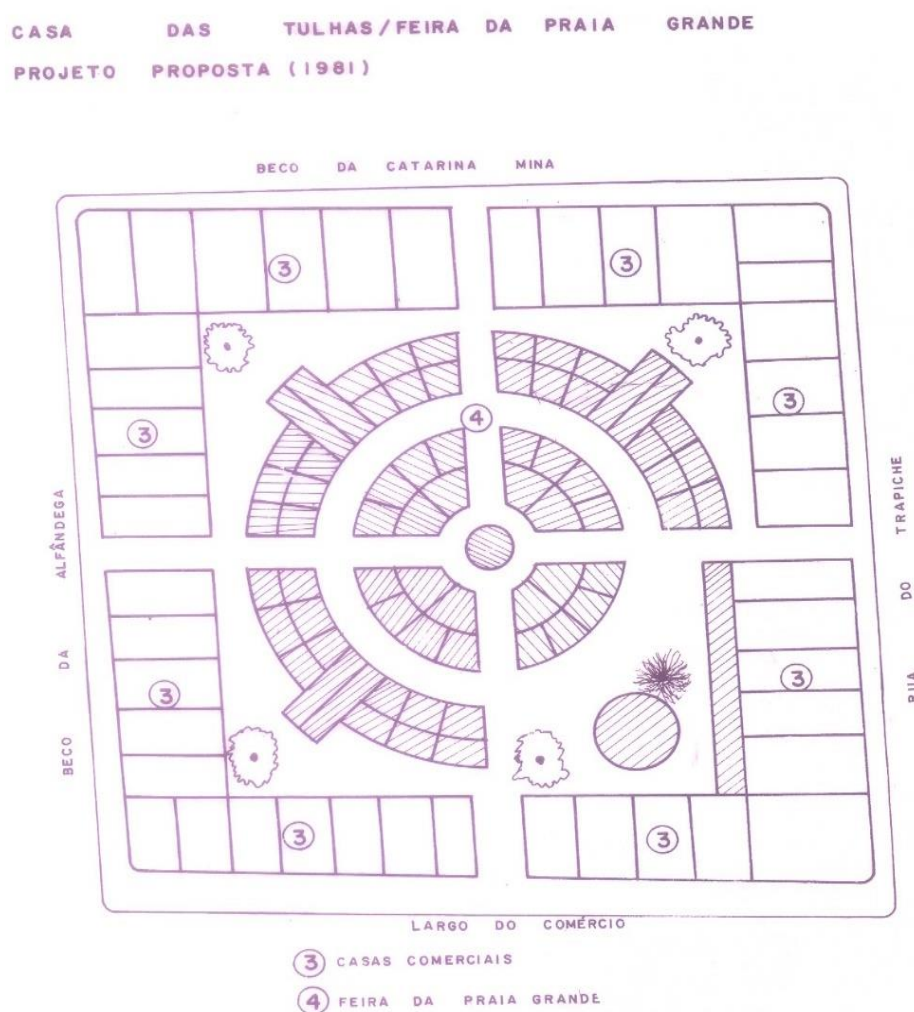
Sobre o posicionamento dos feirantes diante da reforma da Feira da Praia Grande e o incômodo de sair do seu espaço enquanto fosse realizada a obra, o *Jornal O Imparcial* noticia como uma aceitação amigável entre comerciantes e equipe do PPRCHSL.

Neste fim de semana (sábado e domingo) os feirantes serão remanejados para uma área fronteira onde foram montadas instalações provisórias, mas com todas as condições estruturais para seu perfeito funcionamento.

O remanejamento tem a concordância dos feirantes através da sua associação de classe, que em sucessivas reuniões debateu amplamente a questão e obtiveram a segurança de retorno aos seus locais de trabalho (*O IMPARCIAL*, 26 de fevereiro de 1982, p. 7).

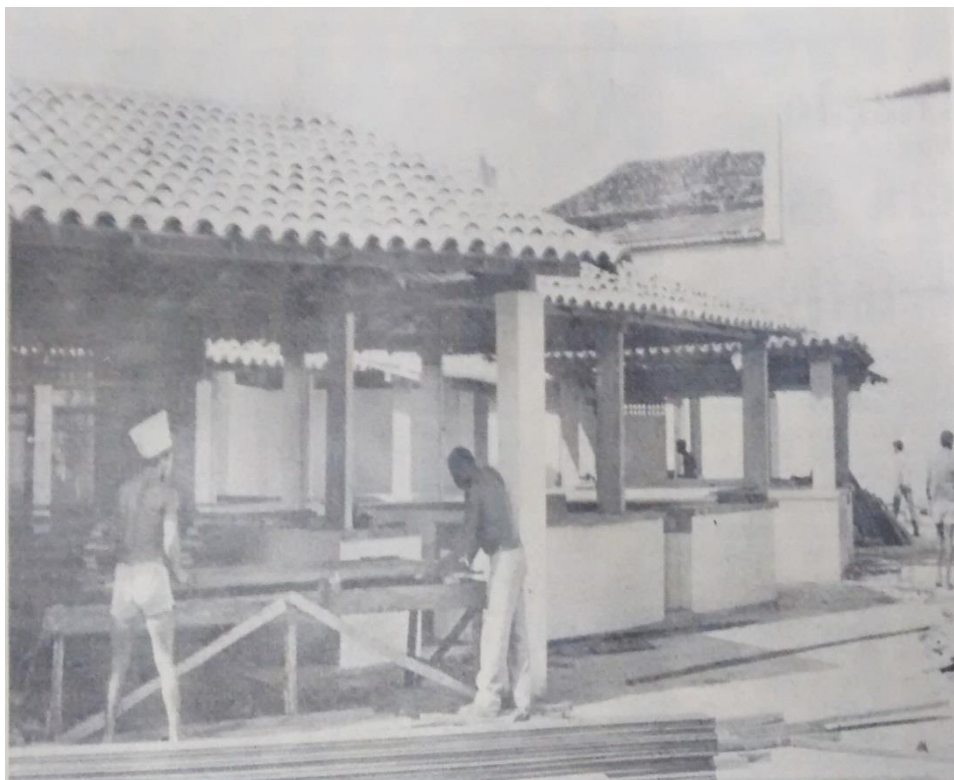
De acordo com os discursos apresentados, tanto do engenheiro do Projeto Praia Grande, do presidente do Sindicato do Comércio Varejista, dos feirantes, quanto da imprensa local, nota-se um discurso em comum entre eles. Em que os feirantes, sobretudo os representados pelo presidente do Sindicato, tiveram participação e concordância quanto a reformada da Feira e à saída temporária para as instalações provisórias, embora alguns manifestassem desconfiassem da ação.

A partir disso, seguindo os objetivos do subprograma do Largo do Comércio, principalmente quanto a promover o turismo cultural, a reforma na Feira da Praia Grande realizou a abertura dos dois portões nas laterais, com o intuito de proporcionar facilidade de circulação e ventilação, antes bloqueados por edículas anexadas aos boxes construídas pelos comerciantes. Realizou acabamento e extensão dos boxes de acordo modalidade do produto a ser comercializado, com o propósito de armazenar e melhor expor os produtos. Os proprietários das lojas externas também efetuaram melhorias em seus estabelecimentos, proporcionando uma revitalização da edificação como um todo. A estratégia era dar maior visibilidade ao lugar e, conseqüentemente, atrair os visitantes, estimulando a economia da feira. A planta a seguir mostra o novo planejamento do espaço:



**Figura 13:** Planta da Feira da Praia Grande com a proposta do PPRCHSL -1981.  
**Fonte:** REIS, 1982.

Percebe-se, pela imagem, que as edículas que antes ocupavam quase todo o espaço interno foram retiradas, deixando livres os caminhos para entrada e saída nas laterais. A estratégia era dar visibilidade ao lugar e proporcionar maior circulação de pessoas na área interna da edificação. Pode-se afirmar, com estas informações preliminares, que a preservação patrimonial da Feira estava focada na comodidade dos lojistas e também direcionada ao turismo, adequando-a para ser vista. A imagem abaixo ilustra a Feira da Praia Grande com 80% da reforma construída, segundo o *Jornal O Estado do Maranhão* do ano de 1982, evidenciando a estratégia de proporcionar visibilidade e organização a Feira



**Figura 14:** Foto da construção de novos boxes na Feira da Praia Grande.  
**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão, 1982.

Dessa forma, o espaço antes comum aos feirantes mudou, e os mesmos deveriam procurar formas de se adaptar aos novos conceitos, acrescidos agora pela possibilidade do turismo cultural de massa. A partir disso, foram constantes os lojistas se dedicarem à venda de artesanatos, produto não explorado no cenário anterior a reforma.

A estratégia tomada por alguns comerciantes em chamar a atenção dos turistas, pode ser explicado segundo a teoria de Choay (2001), quando a autora aponta que as novas reutilizações do patrimônio vão ser constantes depois da era da Indústria Cultural, principalmente como forma de “conversão em dinheiro” (CHOAY, 2001, p. 218). Ou seja, as modalidades de valorização vão de uma locação dos prédios patrimoniais, à sua utilização associado a venda de produtos, o que mais for condizente ao público e gerar lucro. Se a Feira da Praia Grande, a partir daquele momento, também é vista como um potencial turístico pelos lojistas, deve ser utilizada para atender, sobretudo, esse público.

Essa nova perspectiva de uso do espaço foi colocada como política de norteamento ao projeto Praia Grande, quando dizia “promover a revitalização econômica

do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanatos e das atividades relacionadas ao turismo cultural” (ANDRÈS, 2012, p. 74). Essa política pode ser explicada segundo Choay como, a “transformação do monumento” eventualmente em produto econômico cultural a ser consumido pelo público (CHOAY, 2001). Nesse caso, a Feira da Praia Grande é o produto cultural e o turista é o público, ligados pelo turismo cultural. Sendo assim, o turismo cultural serve como elo entre o produto e o público.

Durante o processo de restauração, a equipe do projeto Praia Grande investiu em obras de infraestrutura conjuntamente com obras de saneamento e limpeza. Como mencionado anteriormente, anos antes da reforma, a Feira se encontrava em condições de abandono, banheiros descuidados, sem coleta de lixo e com problemas no saneamento. Nesse caso, foi necessário efetuar ações que proporcionassem uma higienização geral na Feira, que atendesse aos comerciantes e visitantes. Sobre os investimentos nesses quesitos Andrès (2016) informa que:

[...] foi feito saneamento, infraestruturas, banheiros, com caixa d’água, com cisterna pra não faltar água, com bomba, e todos os boxes novos passaram a ter balcão, prateleira, jirau, azulejo, do jeito que eles pediram, grade pra eles fecharem no final do dia, entendeu? Olha, os puxadinhos internos que *tavam* obstruindo diminuindo o espaço da Feira, ficava muito constrangido é, nós negociamos com os proprietários das lojas de ferragens, por que aqui o terreno não era deles, foram indenizadas as benfeitorias e eles assinaram o acordo, nós demolimos, todas as edículas, todos os puxadinhos, que eles tinham feito na parte de dentro pra aumentar o espaço da feira, e foi criado aquele anel de boxes que tem hoje em volta do chapéu central. [...] então foi assim, um saneamento, a Feira ficou linda, ainda acrescentamos em cada quadrante um pequeno restaurante e mais no quadrante leste um restaurante maior pra onde veio o Basílio depois.

As obras de infraestrutura, abastecimento de água, redes de esgotos e instalações sanitárias, com o propósito de apresentar um local agradável, principalmente aos proprietários e frequentadores, é conceituada por Raquel Noronha como “preservação patrimonial higienizadora” (NORONHA, 2015, p. 43), quando o monumento é apresentado como sendo um local perfeito, limpo e de referência estética. Quando Andrès diz “a feira ficou linda” (grifo da citação a cima), o engenheiro confirma o conceito criado por Noronha, de que o patrimônio deve ser apresentado como uma referência estética. Ao analisar a restauração da Feira da Praia Grande, Noronha (2015) também percebeu que a adequação do lugar para receber o turista, fortalece o potencial do patrimônio como gerador de renda.

Após todo o processo, desde a I Convenção da Praia Grande, a elaboração do projeto pelos arquitetos até a negociação com os feirantes, a obra enfim foi concluída, em outubro 1982. A imagem a seguir mostra como ficou uma parte da Feira após a reforma:



**Figura 15:** Foto do Interior da Feira da Praia Grande (após a reforma pelo Projeto).  
**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão, 1982.

Após a reforma foi construindo uma edificação circular na área central da Feira com boxes, com a área em volta livre. As entradas laterais foram reabertas. Percebe-se também pela imagem o quanto ficou amplo o espaço interno, possibilitando maior circulação de pessoas e ventilação natural.

O jornal *O Estado do Maranhão* noticiaram a entrega da obra:

A Feira da Praia Grande conta, atualmente, 102 boxes, depois de inteiramente reformada e ampliada, recuperando as suas características arquitetônicas do século passado. O projeto, que teve a coordenação de Luis Phelipe Andrès e John Gisiger, permitiu uma área de construção de 1010 metros quadrados (antes era de 815) e a área de circulação passou de 560 para 900 metro quadrados. O presidente do Sindicato do comércio Varejista e Feirantes de São Luís, Wencesla Marques, agradeceu [...] (O ESTADO DO MARANHÃO, 5 de outubro de 1982, p. 3)

Em outra matéria, O jornal *O Estado do Maranhão* destaca a receptividade dos feirantes ao ser entregue a feira restaurada, com o subtítulo *feirantes satisfeitos*, o jornal diz:

Dos feirantes ouvidos, todos, sem exceção, se manifestaram satisfeitos com os melhoramentos que o correram na Feira da Praia Grande. Para a senhora Ana Maria, que trabalha como feirante há 14 anos “não poderia existir coisa melhor. Estou muito satisfeita com todos os serviços que foram feitos e não vejo a hora de me mudar para um boxe de melhor qualidade” [...]. O feirante Waldemar Ferreira Câmara, há doze anos trabalhando na Praia Grande [...] “Não há de que reclamar, tudo está cem por cento, gostei imensamente”, disse [...]. A mesma opinião é compartilhada pelo feirante José Elias Barros. Ele conta que vende na Feira da Praia Grande desde criança e que esta é a primeira grande obra feita para beneficiar a classe “Agora dá até gosto da gente trabalhar. Antes a feira era um pouco maltratada, suja, embora o sindicato se preocupasse [...] as vendas, tenho certeza vão aumentar consideravelmente porque muitas pessoas virão nos prestigiar nessa nova casa” (O ESTADO DO MARANHÃO, 6 de outubro de 1982, p. 7).

De acordo com os depoimentos dos feirantes exibidos pelo jornal *O Estado do Maranhão*, percebe-se que todos os entrevistados demonstravam satisfação e otimismo, considerando a restauração um impulso para o aumento das vendas. Isso mostra que a preocupação de alguns feirantes estava voltada, sobretudo, para a volta ao trabalho na Feira da Praia Grande e para o crescimento das atividades comerciais proporcionado pela reforma. Já que, com a feira organizada, e esteticamente mais atrativa, aumentaria o número de visitantes.

Phelipe Andrès (2016) também analisa a importância da restauração da Feira da Praia Grande para a comunidade e responde se havia alguma relação em restaurar a Feira para se tornar um atrativo aos turistas:

[...] foi um projeto feito com a participação da comunidade, do Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes e dentro do cronograma foi inaugurado em 1982 [...] e passou a ser o mercado popular mais limpo mais organizado de São Luís [...] administrado pelo sindicato através de um contrato de gestão, que é uma coisa moderníssima, até *pros* dias de hoje, é, se você vê, hoje em dia dificilmente você vai encontrar um mercado, a não ser esse, que é administrado não pela companhia municipal de abastecimento mas sim por um sindicato. E foi essa característica, essa prerrogativa, que eles tinham que permitiu a eles esse protagonismo de negociar de subir lá no dia do encontro em 79 e o Venceslau fazer aquele apelo e conseguir que fosse incluída a feira como um dos primeiros projetos, o projeto que se tornou, o projeto mais importante daquela época, bonito, é bonito [...] Nossa posição se baseava em um princípio: Se a cidade estiver boa, limpa, segura, iluminada, organizada, sinalizada e etc. Para o próprio cidadão ludovicense, ela também estará boa para o visitante. De maneira que nossa prioridade sempre foi o próprio cidadão.

O engenheiro destaca mais uma vez que a participação da comunidade foi importante para consolidar a restauração da Feira da Praia Grande, tornando-a, naquele momento, a mais limpa da cidade. Observa-se, mais uma vez, o conceito de preservação patrimonial higienizadora. Andrés insiste em destacar o termo *limpa* para explicar que o resultado da obra deu certo. E quanto a finalidade ao turismo o mesmo responde que isso seria uma consequência do processo de restauração, para ele, o classe beneficiada, primeiramente, seria a população ludovicense e considera que uma cidade atrativa para a comunidade é, conseqüentemente, atrativa para os turistas.

Quanto a essa questão, a pesquisadora Raquel Noronha (2015) analisa que o processo de restauração da Feira da Praia Grande não foi dirigido principalmente para os feirantes, embora eles tivessem intensa participação no processo. Mas sim pela própria Feira da Praia Grande, vista como patrimônio gerador de emprego e renda que necessitava de uma restauração. Considera também que, depois da restauração, a Feira passou a ter duas dimensões, primeiro como comércio de produtos variados e segundo como patrimônio voltado para o turismo, ou seja, a Feira continuava a ter sua dinâmica original de comercialização de diversas mercadorias só que agora acrescentada como patrimônio cultural também visível para o turismo, considerando todos os aspectos, desde o imóvel, os feirantes até os produtos vendidos, ou seja, a feira como um todo.

Pode-se considerar que a consolidação da restauração da Feira tornou-se referência de preservação patrimonial em São Luís e será considerado um caso raro em recuperação do patrimônio histórico que envolveu a participação da comunidade. O envolvimento dos feirantes em todo o processo da obra, demonstrou o empoderamento da população com o bem patrimonial, ficando acima de valores econômicos e estéticos. O patrimônio passou a ser um lugar de identidade e sobrevivência.

Além do projeto de restauração da Feira ter tido essa relação com comunidade, outra perspectiva foi encontrada: a utilização estratégica do espaço para turismo, isso mostrou outra possibilidade de uso do patrimônio, antes visto como um entrave para a estética e desenvolvimento da cidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho permitiu entender como se estabeleceu a restauração da Feira da Praia Grande pelo maior programa de preservação patrimonial já realizado em São Luís. Para entender como se organizou a Feira, analisamos a construção do terreiro público no século XIX, espaço anterior a construção da Casa das Tulhas, hoje Feira da Praia Grande. Percebeu-se, nessa análise, que a Casa das Tulhas foi um importante ambiente do entreposto comercial da região durante o século XIX, favorecida, principalmente, pela localização próxima ao porto e pelo fluxo de importação e exportação, aumentado em razão do desenvolvimento da lavoura do Maranhão no final no século XVIII.

Após essa análise, a pesquisa direcionou-se à compreensão de como o conjunto arquitetônico remanescente do século XVIII e XIX, nas décadas de 1930 e 1940, representou um obstáculo da modernização de São Luís. Segundo a política modernizadora de alguns prefeitos, seria necessário demolir casarões para alargar as avenidas com o propósito de oferecer mais acesso aos automóveis. Verificou-se nessa análise que o discurso modernizador dos governantes foi contestado por intelectuais, liderados por Antonio Lopes, que utilizavam a categoria de valorização patrimonial para ressaltar que os casarões eram bens merecedores de preservação. A pesquisa na Biblioteca Pública Benedito Leite sobre os artigos de preservação escritos pelos intelectuais, entre as décadas de 1930 a 1940, proporcionou uma experiência investigativa. Pudemos constatar que o discurso de preservação utilizado por eles foi essencial para criar uma política de preservação na cidade de São Luís.

De modo geral, verificou-se que o discurso de preservação e o tombamento de inúmeros casarões no perímetro central da cidade tornou-se uma forma de valorização do patrimônio, efetivada de maneira mais concreta a partir da década de 1980, por meio do programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís.

Em São Luís, o PPRCHSL iniciado após a I Convenção da Praia Grande (em 1979), teve como objetivo principal preservar e revitalizar o Centro Histórico da cidade, por meio de intervenções físicas, sociais, econômicas e culturais, antes relegado. Os agentes do programa perceberam a possibilidade de adaptar o centro antigo da capital maranhense ao uso da população e dos turistas. Portanto, foram feitas práticas de recriação das características passadas; alargamento das calçadas; restauração das



edificações, valorizando os aspectos da arquitetura luso brasileira; reconstrução do calçamento, com blocos de paralelepípedos; e exclusão dos aspectos modernos, como fios de energia elétrica e telefonia e no isolamento das ruas para o tráfego de automóveis. A escolha do bairro da Praia Grande para o início do projeto se deu, sobretudo, por este apresentar maior características históricas da cidade.

Depois da análise das práticas preservacionistas realizadas em São Luís entre os anos de 1980 a 2006, examinou-se a proposta e as ações de restauração da Feira da Praia Grande, considera a obra mais importante da primeira etapa, que contou com a participação dos feirantes. Constatou-se que, além da questão física do imóvel, o programa também se voltou para a questão social. Isso mostrou que a comunidade não ficou inerte perante o Projeto Praia Grande na sua primeira etapa e buscou entender de que forma aquela obra iria agir na vida deles.

A utilização do discurso de Phelipe Andrès, engenheiro chefe do Projeto Praia Grande, serviu para entender as principais restaurações ocorridas na Feira e perceber o olhar da equipe diante da obra de preservação. Notou-se pelo discurso o envolvimento do engenheiro com os feirantes, certificando-se que o PPRCHSL na sua primeira etapa ocorreu de forma integrada, entre governo, equipe e comunidade.

Percebeu-se também que o discurso dos feirantes divulgados pelo *Jornal O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*, aponta para a participação dos feirantes no processo de restauração na feira, embora alguns deles manifestassem desconfiança.

Na maior parte da análise sobre a restauração da Feira da Praia Grande, percebeu-se o quanto a obra teve a preocupação em desenvolver o turismo cultural da área, adaptando a feira para receber, além da população ludovicenses, os turistas. Tal interesse estava contido na política de turismo cultural que norteou todo o PPRCHSL. Essa tendência pode ser inferida pelo uso da cultura para fins econômicos na chamada era da Indústria Cultural, quando o patrimônio passa a ser um produto a ser consumido pelo público, de forma à gerar emprego e renda.

Na primazia da economia, foi necessário criar a imagem de um patrimônio agradável aos visitantes, dessa forma, foi empregada uma prática de preservação patrimonial higienizadora. No caso específico da feira, as práticas para resolver problemas de esgoto, saneamento básico, água, foram colocados em pauta desde o início. Infere-se, com isso, que, para além de resgatar o patrimônio de uma época passada, passou a valorizá-lo econômico e esteticamente. Portanto, ao estabelecer políticas de

preservação, acredita-se que deve haver articulação entre o Poder Público, os agentes responsáveis pelos projetos preservacionista e a comunidade, de forma que o patrimônio não seja identificado apenas para benefício próprio, mas um bem comum a todos, símbolo de uma identidade nacional, merecedor de preservação constante para mantê-lo em condições de uso.

O estudo de como se estabeleceu o PPRCHSL e como ele se efetivou na preservação da Feira da Praia, mostrou que a construção de políticas públicas voltadas para a preservação patrimonial se inicia com uma educação valorativa do patrimônio. A partir do momento que o indivíduo, o governo e a comunidade valorizam o patrimônio, as ações preservacionistas ocorrem com maior facilidade. Principalmente, quando se percebe novos usos ao bem patrimonial, não os deixando a mercê do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Centro Histórico de São Luís - Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audíchromo Editora, 1998.
- ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **São Luís - Reabilitação do Centro Histórico- Patrimônio da Humanidade**. São Luís, 2012.
- BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama. **Centro Histórico de São Luís, Patrimônio mundial**. São Luís: IPHAN, 2007.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/ 92 a 53/ 2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/ 94**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.
- BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. **Monumentos Históricos do Maranhão: São Luís-Alcântara- Rosário**. São Luís: SIOGE, 1979.
- CAFETEIRA, Eptácio. **Reviver**. Brasília: Centro Gráfico, 1994.
- CAMÊLO, Júlia Constança Pereira, **Fachada da Inserção: a saga da civilização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café e Lápis; Editora UEMA, 2012.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. 3ª edição. Tradução de Luciano Vieira Machado São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2001.
- CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908: álbum fotográfico**. 2 ed. São Luís: Edições AML, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres, **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís: Gráfica Santa Marta, 2012.
- LIMA, Elaine Ferreira. **Da noção de mercado: Patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva comparada**. 2014. 271f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LOPES, José Antonio Viana. **São Luís, capital moderna, cidade colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense**. São Luís: Fundação Municipal da Cultura, 2013.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Cia, Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 2008.
- MEIRELES, Mário Martins. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, [19--?].
- MEIRELES, Mário Martins. **O Projeto Praia Grande**. São Luís: UFMA, 1979.

NORONHA, Raquel Gomes. **No coração da Praia Grande**: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande. São Luís: EDUFMA, 2015.

REIS, José de Ribamar Sousa dos. **Feira da Praia Grande**. São Luís: Gráfica e Editora Augusta, 1982.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão: 1612-1895**: publicação comemorativa da passagem do 1º centenário da Fundação da Comissão da Praça. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

### **Documento**

Livro de Registro de Terreiro Público (registro da Casa das Tulhas) 1820-1824. **Livro de acordão da Câmara de São Luís**.

### **Jornais**

CARVALHO, Martins. Nossa Cidade. A cidade dos azulejos e Mirantes. **O Imparcial**. São Luís. 2[?] de out. 1944, p. 2.

Feira da Praia Grande em reforma. **O Estado do Maranhão**. 6 de março de 1982; nº 3147, p. 7.

Governo inaugura obras do grande Projeto Praia Grande. **O Estado do Maranhão**. São Luís. 5 de out. 1982; nº 4067, p. 3.

LOPES, Antonio. Nossa cidade. **O Imparcial**. São Luís. 7 de out. 1944, p. 2.

Nova Feira volta a funcionar. **O Estado do Maranhão**. São Luís. 6 de out. 1982; nº 4068, p. 1

Obras da Feira em fase de conclusão. **O Estado do Maranhão**. São Luís. 15 de agos. 1982; nº 4018, p. 2.

PERDIGÃO, Fernando. Nossa Cidade. Modernizar em destruir. **O Imparcial**. São Luís. 4 de out. 1944, p. 2.

Projetos Praia Grande. Obras da Feira se iniciam dia 1º. **O Imparcial**. São Luís. 26 de fev. 1982, p. 7.

TORRES, Luso. São Luiz. **Diário do Norte**. 6 de jun. 1943, p. 2; 5

Vendedores mudam no domingo e a feira funciona no dia 11. **O Estado do Maranhão**. São Luís. 6 de out. 1982; nº 4068, p. 7.

## **Mensagens, projetos e relatórios**

**Projeto Praia Grande.** Grupo de trabalho do Projeto Praia Grande, SEPLAN/ MA. São Luís- Maranhão, 1981.

**Programa de Preservação e Revitalização do Centro histórico de São Luís** (Projeto Praia Grande). Versão preliminar. Secretaria de coordenação e planejamento, secretaria da cultura. São Luís, 1986.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. **Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos.** [São Luís], D. E. I. P.- 1941.

RIBEIRO, José Octacilio Saboya. **Mensagem apresentada pelo Prefeito dr. José Octacilio Saboya Ribeiro**, no dia 28 de julho p. passado, quando da instalação dos trabalhos da Câmara Municipal. **Diário Oficial.** Julho/ agosto de 1937.

## APÊNDICE

**APÊNDICE: ENTREVISTA COM LUIZ PHELIPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS, EM 01 DE JUNHO DE 2016.**

**Sthéfane** - A primeira pergunta é bem simples. Como que você recebeu essa proposta para participar do programam, para ser o engenheiro. Quando eu leio nos livros eles sempre descrevem que você é o engenheiro chefe do Projeto Praia Grande. Como ocorreu essa proposta, esse convite?

**Luiz Phelipe Andrès**- Na verdade, o projeto não existia, quando eu cheguei aqui, em 77, duas coisas me impressionaram muito em São Luís: primeiro foi a dimensão do centro histórico, eu morava no Rio e a gente ouvia falar das cidades históricas de Ouro Preto, Salvador, Recife, até Olinda, mas São Luís nós não ouvíamos falar quase nada e antes de eu vim pra cá quando eu comecei a pensar em me mudar do Rio, eu conheci quatro pessoas diferentes, sem nenhuma ligação e todas as quatro em meio a minha rotina lá no Rio, de trabalho e tudo, elas me falaram insistentemente de São Luís, em menos de um mês quatro pessoas vieram me falar de São Luís, até que a última pessoa dessa me convidou para vim trabalhar aqui, mas eu vim como engenheiro da Cemar, era funcionário da Cemar eu fui contratado pra trabalhar na Cemar. E aí aconteceu uma coisa, eu fiquei logo no primeiro dia, quando eu me hospedei aqui no antigo Hotel Central, foi no domingo, no mês de março que é o período de chuva tinha chovido a noite e amanheceu um dia bonito, com sol, mas *tava* no período de inverno de chuva e eu sai andando pela avenida Dom Pedro II, e eu fiquei encantado com aquilo, por que não tinha carro nenhum no domingo e eu vi aquela esplanada do Palácio dos Leões, muito limpa, lavada pela chuva e ouvia falar, aqui é o bairro da Praia Grande, aqui embaixo. Eu peguei e fui atrás da praia, eu queria ver a praia, eu sou apaixonado pelo mar, vou trabalhar numa cidade que tem praia meu sonho, eu fui atrás, e quando cheguei aqui não vi praia nenhuma, porque não existia mais, ficou só o nome, Praia Grande e tinha essa beirada aqui com os barcos e tal. E assim, uma coisa que me deixou deslumbrado nesse domingo pela manhã, foi as velas coloridas que estavam todas abertas, é uma curiosidade já, é uma coisa que chama atenção de qualquer um que conhece o mínimo de embarcação, é o seguinte, quando uma embarcação a vela atraca no porto a primeira coisa que é feita antes dela atracar já é recolher o pano, você enrola o pano pra ela não chegar com muita força no cais, depois enquanto ela tá ancorada ela tá com o pano recolhido, enrolado, escondido praticamente. E eu tive essa supressa de ver todas as embarcações que eram aqui

próximas, aqui ia desde a Praia Grande até o Portinho, tinha muito, muito mais embarcações a vela, mas o curioso todas elas com o pano aberto, ou seja, embarcações ancoradas e com o pano abeto. Muitas velas, todas coloridas, eu pensei logo, eu sou engenheiro, mas sempre gostei de desenhar de pintar, poxa na minhas horas vagas vou fazer essas aquarelas, copiar esses desenhos.

Outra coisa que eu fiquei impressionado foi com o Centro Histórico imenso, como é o daqui, sobradões imensos, grandes, altos, com muitos azulejos, ladeiras, escadearias, aqui nessa região do dom Pedro II, Praia Grande, mas muito abandonado, eu fiquei também um pouco chocado com isso, *tava* muito sujo, muito abandonado. Então essas duas coisas me atraíram no primeiro dia, primeiro empaqueto saí domingo de manhã pra passear, foram as velas coloridas e o Centro Histórico.

Bom, comecei a trabalhar pela Cemar e logo me mandaram para construir uma subestação em Mirinzal que é na região de Cururupu. Na época, a gente ia de um aviãozinho que tinha um táxi aéreo a gente ia pra lá pousava em Cururupú. E eu descobri uma outra coisa que eu achei maravilhoso, que foi a região dos campos da Baixada, mas lá eu fui tomar conhecimento que tinha os grandes estaleiros que construía aquelas embarcações lindas que eu tinha visto aqui. Então eu fui me envolvendo com esses dois assuntos e menos de um ano que eu *tava* morando aqui e viajando muito pra Cururupú pra construir a tal subestação que não existia lá. Então eu *tava* mais pra lá não ficava aqui quase, até que um dia, eu recebi uma carta de um tio meu que morava no interior de Minas que soube que eu tinha me mudado pra São Luís, ele chamava Nono, o apelido dele, Antenor. Então eu recebi essa na carta do meu tio e na cartinha ele perguntava assim: você já conhece a pirâmide de Bequimão, a pedra da Memória e o Cais da Sagração? Por que ele meu tio já tinha estado aqui nos anos 60 e ele conheceu esses lugares, quando ele soube que eu estava em São Luís, ele fez essa pergunta e eu fiquei um pouco preocupado por que eu já estava morando aqui a mais de seis meses e eu não conhecia, eu fiquei assim, poxa eu *tô* morando numa cidade histórica e o Nono sabe desses monumentos e eu não sei. Bom, nesse mesmo final de semana, acho que no domingo, saiu no jornal daqui local, uma notícia assim: estudantes do projeto Rondon vão pesquisar os monumentos históricos. Eu falei, opa! Comecei a ler aí dizia que uma operação naquela época do projeto Rondon levava os estudantes a ter contato com sua realidade a fazer pesquisa na área de saúde, de história e aí eu falei assim: - Olha, eu vou me oferecer como voluntário para ajudar nessa pesquisa, por que aí não só eu vou saber



esses momentos que o Nono me perguntou, mas também vou aprender muito mais sobre a cidade, por que você fazendo pesquisa é a melhor forma. Eu recortei aquela notícia, quando foi na segunda feira eu corri lá no projeto Rondon e fui me oferecer como voluntário pra participar da pesquisa e ele gostou muito por que ele falou que ele *tava* tendo muita dificuldade pra fazer a pesquisa não tinha fonte de informação, os alunos só saiam pra pesquisar no final de semana, no final de semana a biblioteca *tava* fechada, os arquivos, não tinha ninguém pra orientar, e ele *tava* muito preocupado com o sucesso dessa pesquisa por que não tinha quem orientasse. Ele perguntou você tem experiência nessa área? Eu falei: - Tenho, lá na minha cidade eu ajudava meu pai, ele fazia a pesquisa da História da cidade eu acompanhava ele, eu também desenho muito. Ele falou assim: - Olha, vamos fazer o seguinte, você trabalha onde? Eu falei na Cemar *tô* trabalhando aqui faz pouco tempo. Você conhece o Presidente Miguel Nunes? Conheço, foi ele que me convidou. Na mesma hora ele ligou pro Miguel Nunes e falou, Miguel você faz parte do nosso convênio e a Cemar ainda não ajudou nada, então eu *tô* aqui com o engenheiro Luiz Phelipe Andrès, que é seu engenheiro aí e eu quero que você me empreste ele pra me ajudar a fazer a operação Monumentos Históricos. E o Miguel falou alguma coisa com ele lá e tal. Aí ele falou que o Miguel queria falar comigo. E eu fui, logo em seguida, no gabinete dele, aí quando eu cheguei lá ele falou assim: - Você tá querendo sair pra fazer pesquisa? Não eu fui me oferecer como voluntário para trabalhar no final de semana. Não, mas o diretor do projeto Rondon *tá* pedindo a sua disposição, pra eu colocar você a disposição em tempo integral. Eu falei, oh eu não sabia, nem sabia que era possível. Ele, Miguel Nunes, que era uma pessoa inteligente, sensível, ele falou: - Você gosta mesmo, tem interesse nisso? Tenho, eu acho fantástico, eu adoro fazer pesquisa e vou conhecer a cidade. Ele falou: - Olha, eu posso liberar você pelo período da pesquisa, mas você tem que saber o seguinte, nesse período você não vai ter promoção não vai ter reajuste de salário. Não, mais se é por um ano só eu vou, ele falou tá bom. Ele me colocou. Eu não acreditei quando eu cheguei em casa e falei pra minha mulher olha, eu vou ser colocado à disposição do projeto Rondon pra ficar só pesquisando a História de São Luís, pra mim era uma coisa impensável, eu saí de casa pra me oferecer pra trabalhar, gratuitamente, como voluntário nos finais de semana. Bom, enfim, com isso eu me envolvi com a pesquisa que durou um ano e eu entrei em contato com uma realidade maravilhosa que é a história do Maranhão; riquíssima. Tem coisa na história do Maranhão que a gente não aprende na escola. Eu entrei em contato com a classe artística,

com os intelectuais, eu conheci os pesquisadores, conheci o pessoal da secretaria da cultura. Toda aquela equipe que trabalhava com a secretaria, era fundação cultural naquela época, os artistas plásticos, eu fiquei assim encantado, abriu um o horizonte e eu mergulhei na pesquisa da história do Maranhão, por que eu *tava* coordenando o projeto de pesquisa. Olha, aquilo abriu uma janela pra mim. Quer dizer, eu aprendi demais assim eu fiquei encantado com isso tudo. E aí o Jomar Morais, que era diretor do Sioge, naquela época, o compromisso do Sioge nesse convênio era publicar a pesquisa. Aí depois veio outro trabalho lindo, que foi transformar todo esse material reunido durante um ano, vinte e dois alunos pesquisando buscando informação, foi transformar tudo isso num livro. Esse trabalho foi feito com Edgar Rocha que também tinha chegado aqui naquela época que é um fotografo maravilhoso, as fotografias eram de Murilo Santos, que é um cineasta conhecido, respeitado aqui no Maranhão. Então eu trabalhei com uma equipe maravilhosa, os estudantes também se apaixonaram por aquilo. Finalmente fizemos um livro que hoje *tá* esgotado que chama, *Monumentos Históricos do Maranhão*. Olha, quando isso terminou, sinceramente eu não queria mais voltar pra Cemar, eu não queria voltar porque tinha aberto um horizonte, uma cultura, um contato com uma gente, com pessoas do mundo cultural, que eu falei, caramba como que eu vou voltar pra projetar subestação, aquela coisa mecânica, árida né. Aí eu tinha tido a sorte de conhecer nessa pesquisa, um arquiteto americano naturalizado brasileiro, que também tinha chegado aqui no mesmo ano em 77 e que também tinha ficado muito impressionado com a dimensão do Centro Histórico, e com a riqueza desse acervo, mas também chocado, como eu, com o abandono que existia na época, e era o John Gisiger. E o John, voluntariamente, também se ofereceu para fazer um plano imagina. Alugou um mirante na Praça João Lisboa, ficou fazendo uns desenhos da cidade, aí veio um jornalista que era da Academia de Letras, que era o Bernardo Almeida, entrevistou ele, publicou os desenhos dele no Jornal o Estado do Maranhão, ele fazia desenhos maravilhosos e Bernardo perguntou: - O que você tá fazendo aqui. Ele falou: - Oh eu gostaria de fazer um plano pra recuperar o Centro Histórico de São Luís, voluntariamente. E o Bernardo publicou aquilo. O mesmo Miguel Nunes presidente da Cemar que havia me contratado como engenheiro e depois me colocado à disposição do projeto Rondon, leu a reportagem sobre o John, o Bernardo fez uma página inteira. Falou: - Manda chamar esse gringo aqui que eu quero ver o quê que ele faz. E aí falou assim: - Manda chamar o Phelipe também, que eu vou juntar esses dois malucos pra eles que gostam do patrimônio e me apresentou o John. Aí eu tinha

assim estabelecido uma parceria de troca de informações com o John sobre o Centro Histórico. E aí, quando eu falei: - Caramba eu não tenho mais condição de voltar, vai encolher *né*, pois meu universo se expandiu com contato com essa cultura toda, e aí o Miguel Nunes que *tava* mudando o governo antes de sair da Cemar ele me perguntou: - Vem cá, o que você quer? Não, eu quero ficar trabalhando com o John, lá onde ele tá, que era na secretaria de planejamento do Estado, ele tinha sido contratado pelo Paulo Marquezine, que era o secretário de planejamento do governo Nunes Freire, pra elaborar esse plano, tinha uma salinha lá, ele ficava trabalhando, eu falei: - Eu quero ficar lá com o John trabalhando nesse plano, não quero mais voltar pra Cemar. E Aí o Miguel Nunes me colocou à disposição, a Cemar era uma estatal era um órgão do Estado e eles podiam fazer isso, e eu fiquei a disposição da Secretaria de Planejamento do Estado pra desenvolver o projeto do Centro Histórico de São Luís com o John. Então nesse primeiro momento tivemos um outro coordenador no primeiro ano, que foi o Ronald Almeida, é só que o Ronald no primeiro ano ele já viajou pra Inglaterra pra fazer um curso de mestrado e ficamos, o John e eu, dividindo a coordenação do Projeto. Depois em 83 o John voltou aos Estados Unidos pra fazer um curso de mestrado e eu fiquei lá à frente do projeto, que no primeiro momento chamava Projeto Praia Grande e ficou um tempo assim, quando Cafeteira assumiu o governo em 86 ele ainda manteve esse nome de Projeto Praia Grande por um ano, depois em 87 ele mesmo Cafeteira resolveu mudar o nome pra Projeto Reviver. Mas aí é o mesmo programa e aí continue, fiquei até 2006 nessa atividade de coordenar o programa que teve várias etapas.

**Sthéfane** - E sobre a primeira etapa, foi a etapa da restauração da Feira da Praia Grande. Eu queria que você me falasse qual foi a sua impressão quando chegou em São Luís e foi conhecer o Centro Histórico, como que estava essa feira antes de ter o programa, antes de ter as reformas?

**Luiz Phelipe Andrès** - Olha, de fato a Feira da Praia Grande, o coração da Praia Grande, um local de movimento, por que tem gêneros alimentícios tem produtos típicos da baixada, nunca deixou de ser um polo, só que ela estava extremamente degradada, então o mesmo contraste que eu vi na cidade eu vi na feira, ele se refletindo, é como se a feira da Praia Grande fosse uma síntese do que é o Centro Histórico, ou seja, por um lado, tinha uma riqueza muito grande cultural traduzida na diversidade dos alimentos, dos alimentos típicos que vem da baixada que você até hoje encontra ali: o camarão seco, o peixe seco, a tiquira, a farinha seca, a farinha d'água, as diversas farinhas, os doces, de

buriti, de bacuri, de murici, aqueles doces típicos, as plantas medicinais, os peixes, enfim, a juçara na época da juçara. Enfim, a Feira da Praia Grande tem assim uma diversidade, sempre teve representativa da cultura popular e também era um ponto de encontro dos intelectuais, o Valdelino Cécio, que era uma figura muito popular, um poeta, o Nauro Machado, eles se reuniam ali. Mas a Feira estava acabada, por que aquilo, na verdade, foi uma invasão do jardim interno da antiga Casa das Tulhas que foi feita aleatoriamente, cada um ia fazendo um puxadinho, não tinha banheiro, o melhor restaurante que tinha na feira da Praia Grande que era famoso, que era o restaurante do Basílio, o restaurante do Basílio, pra você ter uma ideia, não tinha banheiro, você urinava num buraco assim no chão, era muito sujo, tudo, a cozinha, tudo era muito sujo, e ela não tinha mais, ela tinha perdido a característica de feria, por que os espaços de vendas de cada feirante tinham sido feito por eles mesmo e eram mais um cubículo de depósito, faltava aquela estrutura de expor a mercadoria de balcão, prateleira, de exposição da mercadoria, era mais depósito que eles iam colocando as coisas ali dentro, de manhã eles tiravam ficava na porta do depósito vendendo. Mas tornou-se um ponto, tinham uns barzinhos, os boêmios, os intelectuais, eles se reuniam ali no meio daquela confusão. Aí, quando a gente começou a discutir a proposta do John de recuperar, houve um seminário nacional que foi promovido pelo IPHAN e trouxe gente do Brasil inteiro para discutir a proposta que o John tinha feito, muito bonita a proposta dele, com maquetes, desenhos e tudo. E nessa ocasião tinha acabado de assumir o governo o João Castelo. Naquela época não era eleição o governo era biônico era indicado pelo presidente da república e ele foi indicado para assumir o governo do Estado em março de 79, ele assumiu. João Castelo bancou esse encontro, veio gente do Brasil inteiro pra discutir a proposta do John e foi na Associação Comercial ficava aqui do lado do antigo hotel Central, metade do prédio era o hotel Central e a outra metade era a sede da Associação Comercial com auditório grande, o encontro foi lá. E naquela ocasião teve uma pessoa que se destacou muito que era o Venceslau Marques, que era o presidente do sindicato do comércio varejista dos feirantes de São Luís, muito inteligente embora analfabeto, quer dizer, não sabia escrever o nome mas era muito articulado pra falar *né*, e ele subiu lá na tribuna do auditório pediu a palavra e fez uma pronunciamto muito bonito assim: olha nós fazemos parte desse patrimônio, a Feira da Praia Grande com seus feirantes já se integraram a vida dessa cidade, nós comercializamos a cultura maranhense, então nós queremos ter prioridade no sentido do que os senhores que tão aí deliberando, decidindo o que vão fazer pra

recuperar o centro histórico que deem prioridade para recuperar a feira da Praia Grande, dá condições de higiene de conformo pro cliente, *pro* nosso frequentador. Foi bonito o pronunciamento dele, demonstrou que ele Venceslau tinha uma compressão de que o patrimônio não é só prédio e rua e também ele incorpora todas as atividades, a vida humana, as artes, as expressões e o comércio, especialmente o comércio popular. E de fato o apelo dele foi ouvido e o projeto da Feira da Praia Grande entrou nos primeiros projetos que iriam ser executados, foram escolhidos quatro projetos que foi a Feira da Praia Grande, a praça que era um terreno baldio.

**Sthéfane** - Essa praça é a Praça Nauro Machado, hoje em dia?

**Luiz Phelipe Andrès** - É a Praça Nauro Machado. Ali só tinha um terreno cheio de lixo, mas nós tiramos mais de 40 caçambas de lixo dali e além de tudo funcionava como estacionamento de caminhões, imagina caminhões entravam e subiam ali estacionavam. E a Praça da Praia Grande, a Feira, o albergue do voluntariado de obras sócias, que foi uma ruína que nós transformamos na sede do vos.

**Sthéfane** - Esse albergue, ele funcionou, ele foi recuperado?

**Luiz Phelipe Andrès** - Funcionou. Era uma ruína nós instalamos lá o albergue que era o seguinte, população carente que chegava do interior, sem emprego às vezes sem documento, às vezes sem dinheiro, o Vos o quê que é o vos? Voluntariado de obras sócias, né ele fazia o que, ele fazia um receptivo para essas pessoas. Se chegava do interior procurado emprego em São Luís, era muito comum, chegava aqui na Praia Grande, né vinha da baixada e tal, sem família às vezes doente, sem documento, o Vos recebia essa pessoa levava pra esse albergue lá fazia uma triagem, as vezes a pessoa estava doente tinha que encaminhar pro médico, as vezes precisava de documento, ia orientar, facilitar pra tirar documento, tinha uma agência de emprego pra procurar emprego, enfim era um trabalho de receptivo de pessoas migrantes que vinham do interior e também de orientação pra tratar a saúde pra dar emprego pra tirar documento, tinha dormitório e refeitório lá.

**Sthéfane** - Onde que funcionou o albergue?

**Luiz Phelipe Andrès** - Olha, muito tempo depois o Vos desativou infelizmente, desativou esse serviço de receptivo as pessoas carentes que chegavam do interior, e ele foi transformado primeiro em secretaria de planejamento, aqui na Rua da Estrela bem em

frente à entrada de baixo da escola de música, bem em frente, do outro lado. Era só uma ruína, nós reconstruímos o prédio e mais recentemente, em 2001, ele foi transformando em moradia parece que tem 18 apartamentos lá pra gente que trabalha no centro histórico e hoje ele é moradia no centro histórico, apartamento que é ótimo, que é a coisa mais difícil que tem nesse programa é manter usos residenciais. Bom, então esses quatro projetos foram os quatro projetos do projeto Praia Grande, sendo que o mais estratégico, o mais central, o mais importante, o mais visível era sem dúvida o da Feira da Praia Grande, pela sua representatividade cultural, pela movimentação, pela quantidade de emprego que gerava e pela sua tradição de ser já um polo de reunião da elite cultural assim dos intelectuais, imagina quem ia pra lá, Nauro Machado, Valdelino Cécio. Então foi dado uma prioridade graças a essa reivindicação do Venceslau que era uma liderança muito forte, imagina naquela época não tinha eleição pra presidente, pra governador, pra deputado, pra senador, não tinha eleição nenhuma nós estávamos no período da ditadura, mas o sindicato dos feirantes mantinha sua tradição de eleger pelo voto direto de quatro em quatro anos o seu presidente e sua a diretoria toda. Então o Venceslau, a mais de vinte anos, vinha sendo sucessivamente eleito presidente do sindicato. Por que? Porque é uma liderança natural, honesto, íntegro, que conduziu os intenses do sindicato com maior lisura e era reconhecido pelos feirantes. Então essa liderança dele esse protagonismo dele foi muito importante para que a feira se tornasse a grande obra da primeira etapa.

**Sthéfane** - E o que foi efetuado na Feira? Quais foram as ações, as obras realizadas?

**Luiz Phelipe Andrès** - Olha, o que tinha acontecido... a Feira foi resultado de uma medida lá no século XIX, porque a feira de gênero ela ocupava a casa das tulhas a parte externa que a gente ver hoje nas ruas, aqui a frente e era público, ela pertencia a prefeitura. Em 1950 a prefeitura entrou em crise, o maranhão entrou em crise em 1950, 1960. E a prefeitura também se empobreceu. Em 1950, ou seja, 100 anos depois do período de apogeu a prefeitura não teve outro jeito não tinha dinheiro vendeu o prédio da Casa das Tulhas pra os comerciantes de ferragens dividiu, retalhou o prédio. Aquelas várias portinhas que aquilo tudo que era feira né os feirantes ficavam naquelas portas de fora, do lado de dentro onde está a feira hoje era só o jardim, jardim sofisticado com chafariz, plantas ornamentais, era uma coisa sofisticada. Aí o quê que aconteceu, quando a prefeita vendeu o corpo da casa, a parte externa pra vários comerciantes retalhou aquilo e vendeu, como o governo fez agora pouco tempo privatizou né, eles privatizaram o mercado popular, só que os ocupantes deixaram de ser os feirantes de gêneros

alimentícios e passaram a ser comerciantes de ferragens. Os feirantes foram expulsos naquele momento sem ter pra onde ir o quê que eles fizeram? Passaram para o jardim, o jardim foi destruído e eles começaram a construir suas barracas lá dentro. Então quando nós chegamos, isso em 1950, quando nós chegamos 27 anos depois em 77; 78 nos encontramos o quê? As lojas de ferragens no prédio em volta e o que era antes o jardim transformado em feira, mas uma feira sem planejamento, não tinha banheiro, eles ocupavam demais os espaços, sobrava corredores muitos estreitos, não tinha salubridade, não tinha ventilação, era mais depósito do que exibição de mercadorias, faltava balcão, faltava prateleira. E foi aí que veio o projeto, que também foi concebido pelo arquiteto John Gisiger, a proposta foi dele, ele que desenhou, claro que foi discutida com os feirantes, inclusive com um recuso muito sofisticado que era a utilização de maquetes, por que, ora, se você pensar que até mesmo qualquer profissional um médico, um advogado que não seja um engenheiro e um arquiteto, qualquer pessoa leiga em arquitetura e engenharia, tem uma certa dificuldade de ler uma planta, uma planta baixa, entender aquilo, os feirantes também tinham evidentemente, então para que eles pudessem entender o que estava sendo proposto e interferir na proposta e participar da proposta, que era essa a ideia, que o projeto fosse feito com a participação deles, isso é muito importante ressaltar, foi muito importante que o projeto foi conduzido com a participação dos feirantes. Pra facilitar o entendimento deles do que *tava* sendo proposto pelo arquiteto a gente fazia maquete, porque a maquete até criança entende, você ver e a realidade feita numa escala menor, você olha e entende como é que é, você faz em escala, então nós fazíamos maquetes e os feirantes: - Ah! nós queremos ter azulejos pra facilitar a limpeza, nós queremos ter armário embutido, nós queremos ter um jirau, que é uma parte em cima assim pra guardar mercadoria de estoque, nós queremos ter balcão, uma entradinha aqui, uma banheiro ali, então na medida em que eles iam fazendo suas reivindicações, a gente ia incorporando ao projeto, *tá* bom assim? Fazia a maquete, ai eles entendiam direitinho. Outra coisa, havia uma desconfiança que era natural por que você sabe que muitas vezes sucessivos governos prometem coisas que depois não cumprem, muitas vezes o político vem na hora da eleição promete uma coisa e depois não cumpre, então eles tinham muita desconfiança. Quem são esses cidadãos aí que chegaram? Imagina um arquiteto americano, eu também era de fora, se tu olhar pra mim via que eu não era daqui e pra nós dois né, bom será que esses caras são sérios, o quê que eles *tão* querendo, por que eles *tão* querendo? Ainda ficavam desconfiados da gente. Então eu

lembro que na época ia ter um problema que durante a obra eles iam ter que sair de lá do espaço da feira, óbvio, não tinha como, tinha que sair todo mundo. E eles falavam assim: e quem garante à gente que nós vamos voltar depois. E eu vou te confessar uma coisa, não faltou quem chegasse pra eles assim, ao pé do ouvido, pra dizer, oh! Não sai daí não que eles vão é tirar vocês daí, depois nunca mais vocês voltam. Então eles manifestavam esse temor essa desconfiança, nós levamos para o secretário de planejamento, para o governador e aí foi feito o seguinte, o governo deu a eles uma carta garantindo que eles iriam retornar para seus espaço e mais, construímos nesse espaço onde hoje tá o centro de criatividade Odylo Costa, filho, com cinema, teatro, esse centro bonito que tem aí, naquele época era só galpões vazios do porto, na época o governo João Castelo, desapropriou, adquiriu esses galpões e neles nós fizemos as instalações provisórias, pra que durante seis meses da obra de recuperação da feira, os feirantes não precisassem deixar de trabalhar nem um dia. Então nós fizemos boxes com balcão, com prateleiras, provisórios aqui no galpão vizinho, era bem vizinho né, você sabe tem a quadra do centro de criatividade e do lado tá feira. E com água, com ponto de água. Olha pra te dizer, já era, essa instalação provisória, já era melhor que a definitiva que *tava* lá. Aí num domingo, num domingo só eles se mudaram e em seis meses a obra foi realizada, foi feito saneamento, infraestruturas, banheiros, com caixa d'água, com cisterna pra não faltar água, com bomba, é, todos os boxes novos passaram a ter balcão, prateleira, jirau, azulejo, do jeito que eles pediram, grade pra eles fecharem no final do dia entendeu? Olha, os puxadinhos internos que tavam obstruindo diminuindo o espaço da feira, ficava muito constrangido é, nós negociamos com os proprietários das lojas de ferragens, por que aqui o terreno não era deles, foram indenizadas as benfeitorias e eles assinaram o acordo, nós demolimos, todas as edículas, todos os puxadinhos, que eles tinham feito na parte de dentro pra aumentar o espaço da feira e foi criado aquele anel de boxes que tem hoje em volta do chapéu central. Bom, com isso a gente conseguiu devolver pra cada feirante cadastrado uma área até maior do que a que eles já tinham, e dotada de água, de jirau, de prateleira, de azulejo, de armário embutido e tudo mais, então foi assim, um saneamento, a feira ficou linda, ainda acrescentamos em cada quadrante um pequeno restaurante e mais no quadrante leste um restaurante maior pra onde veio o Basílio depois. Enfim, foi uma maravilha isso, foi um projeto feito com a participação da comunidade, do sindicato do comércio varejista dos feirantes e dentro do cronograma foi inaugurado em 1982, se não me engano, em julho, quando João castelo já tinha saído



pra ser candidato ao senado e estava no governo o vice dele que era o Ivar Saldanha. Foi a Feira inaugurada com uma festa muito bonita e passou a ser o mercado popular mais limpo mais organizado de São Luís, com uma particularidade que esqueci de te falar, ali era o único mercado de São Luís que não era administrado pela companhia municipal de abastecimento, Comab, era administrado pelo sindicato através de um contrato de gestão, que é uma coisa moderníssima, até pros dias de hoje, é, se você ver hoje em dia dificilmente você vai encontrar um mercado, a não ser esse, que é administrado não pela companhia municipal de abastecimento mas sim por um sindicato. E foi essa característica essa prerrogativa que eles tinham que permitiu a eles esse protagonismo de negociar de subir lá no dia do encontro em 79 e o Venceslau fazer aquele apelo e conseguir que fosse incluído a Feira como um dos primeiros projetos, o projeto que se tornou, o projeto mais importante daquela época, bonito, é bonito.

**Sthéfane-** Então quando eles chegaram na Feira, eles gostaram do que viram?

**Luiz Phelipe Andrès -** Ah, sim! Não mais eles acompanhavam todos os dias, não, isso era outra coisa importantíssima, eu ainda vou te contar um detalhe curioso, por que a gente vinha conduzindo essa negociação com eles, com muito cuidado, com muito carinho, por que eles tinham razão de desconfiar, por que antes já haviam tido muitas promessas de reformar e nunca acontecia nada e muito mais por que naquela época quem *tava* à frente do projeto, quem andava por ali era um arquiteto americano, um gringo brancarrão, e outro que era eu, um recém chegado de São Luís, mineiro, engenheiro, que também as pessoas sabiam que eu não era daqui, então havia uma desconfiança, o que esses caras querem? Ninguém acredita quando você está bem intencionado, as pessoas acham que você tem algum interesse, alguma coisa, então a gente tratava essa questão com muito cuidado. Então quando a gente percebeu que eles estavam meio desconfiados e tudo, nós começamos a criar esses mecanismos como aquela carta que eu te falei, que o governo deu a cada um garantindo com a assinatura do governador, garantindo que eles teriam o espaço de volta, daí a tanto tempo. E depois durante a obra como eles estavam ali do lado, caladinho aqui oh, onde é o centro de criatividade é do lado da feira, atravessou a rua *tava* lá dentro, então o que que acontecia? Na planta do projeto cada um já sabiam qual ia ser o seu espaço, então o que que acontecia? Todo dia eles iam lá ver. Oh já botou a torneira, no boxe, o meu boxe já está revestido de azulejo, entendeu? Então não foi surpresa, quando a obra ficou pronta eles *tavam* acompanhando aquilo no dia a dia, todo dia eles iam conferir, mas isso nos deu uma credibilidade. E o que eu não te

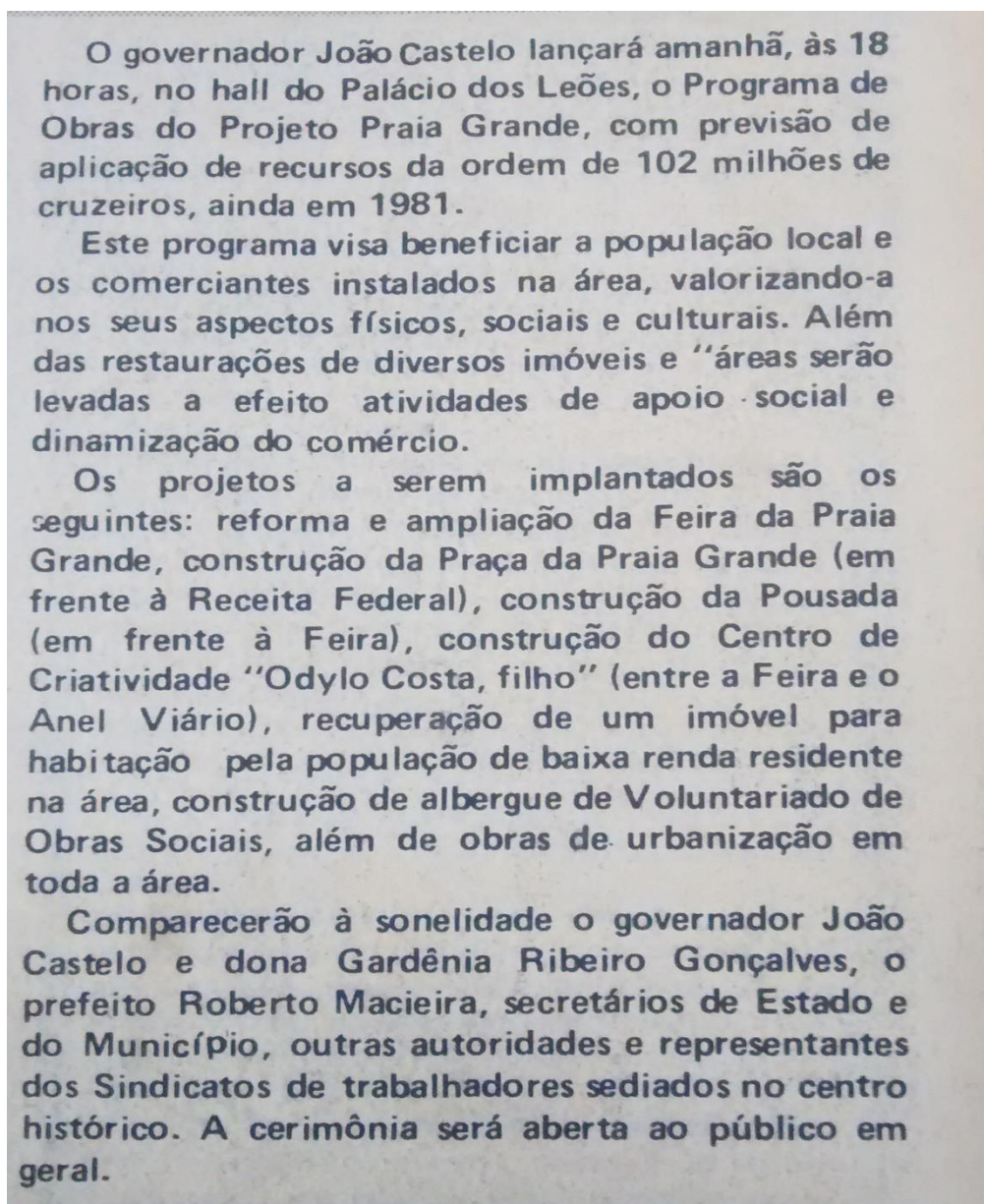
contei é o seguinte, que quando *tava* pra começar a obra um jornalista do Imparcial, se a gente pesquisar no jornal Imparcial da época, a gente vai encontrar, foi lá e fez uma matéria contando o que ia ser feito, mas título da matéria saiu assim: feirantes serão expulsos da Praia Grande. A matéria *tava* certinha, quando você lia o texto dizia, olha, a feira da Praia Grande será recuperada a partir da obra do projeto Praia Grande a ser iniciada semana que vem com o prazo de seis meses, falava o valor da obra, os feirantes terão seus boxes reformulados e modernizados, higienizados, falava tudo direitinho, tudo, perfeito, a matéria. Só que o título falava ao contrário, dizia assim: feirantes serão expulsos da Praia Grande. Meu Deus! Estávamos no domingo, quando chegou segunda feira estavam todos lá no porto do nosso escritório apavorados por causa dessa notícia. O que aconteceu? Depois o jornal publicou uma nota se retratando explicou o seguinte: que assim no jornal, um jornalista faz a matéria, o outro jornalista recebe o texto e faz o que eles chamam de lide, o lide é o resumo que fica em cima assim, com a letra um pouquinho maior e o outro faz o título, então o danado que fez o título leu rapidamente aquilo, que dizia que os feirantes não seriam expulsos e fez um título equivocado o fato e que isso gerou um pânico e a gente teve que acalmar. Na véspera da obra começar eles já *tavam* lá dizendo que não iam permitir de jeito nenhum por que eles iam ser expulsos. Então foi aquele corre corre, nós tivemos que nos reunir aí mostramos que o teor da matéria, o texto o que *tava* dito no texto *tava* correto, que aquilo tinha sido um engano do jornalista que fez. Mas pra você ver como uma negociação dessa com a comunidade é delicada, por que você tem que conduzir muito bem, então por isso que eles tinham acesso a obra e eles iam no dia a dia acompanhando o avanço do serviço.

**Sthéfane-** Quando vocês planejaram a obra de restauração da Feira, vocês pensaram nela como um lugar atrativo aos turistas, tinha essa relação com o turismo?

**Luiz Phelipe Andrès-** Nossa posição se baseava em um princípio: Se a cidade estiver boa, limpa, segura, iluminada, organizada, sinalizada e etc. Para o próprio cidadão ludovicense, ela também estará boa para o visitante. De maneira que a nossa prioridade sempre foi o próprio cidadão.

## **ANEXO**

## ANEXO I - REPORTAGEM DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, SOBRE O LANÇAMENTO DO PROJETO PRAIA GRANDE.



**Figura 16:** Foto da reportagem "Castelo lança amanhã Projeto Praia Grande".  
**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão. 16 de agosto de 1981; nº 3148, p. 1.

**ANEXO II: IMAGEM DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO MOSTRANDO A REFORMA DA FEIRA DA PRAIA GRANDE PELO PROJETO PRAIA GRANDE.**



**Figura 17:** Foto da reportagem sobre a reforma na Feira da Praia Grande.  
**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão. 6 de março de 1981; n° 3147, p. 1.

### ANEXO III: REPORTAGEM DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO COM DEPOIMENTOS DE FEIRANTES SOBRE A REFORMA DA FEIRA DA PRAIA GRANDE.

Como parte de um projeto do governo do Estado que visa a restauração do conjunto arquitetônico da Praia Grande, a feira – situada no local – encontra-se em reformas desde ‘segunda-feira’, o que obrigou o desalojamento dos comerciantes para um galpão situado nas proximidades. As obras da feira da Praia Grande, orçadas em torno de Cr\$ 17 milhões, objetivam dar aquele logradouro as mesmas características do século passado.

O prazo dos trabalhos é de 90 dias, portanto, deverão estar concluídos até primeiro de junho, informou o presidente do Sindicato do Comércio Varejista e Feirantes de São Luís, Venceslau Marques. Ele disse que esta é a primeira grande reforma executada na feira, segundo tem conhecimento, embora há alguns anos o prefeito de São Luís, na época, o atual deputado, Ivar Saldanha, tivesse determinado a restauração do teto.

“Apesar dos quase 100 feirantes terem sido obrigados a se deslocarem para um galpão provisório, devido os serviços, estou satisfeito com a reforma que está se processando pois acredito que depois de pronta a feira nos proporcionará melhores condições do exercício de nossas atividades” – disse.

O presidente do Sindicato destacou a preocupação do governo do Estado, através do projeto Praia Grande, em alojar os feirantes em um galpão nas proximidades da feira. “Todos os comerciantes ao se mudarem provisoriamente para este local não sofreram nenhum prejuízo e quando voltarem terão seus boxes assegurados”.

**REFORMA: HIGIENE**

Trabalhando há 20 anos na feira da Praia Grande no comércio de gêneros de primeira necessidade, o feirante Waldemar Alves declarou que estava satisfeito com os melhoramentos que seriam realizados na feira.

“Não tenho porque reclamar. A feira estava realmente precisando de uns reparos, e acho que a iniciativa do Governo no projeto veio em boa hora. Além do mais, alguns problemas de há muitos anos deverão ser solucionados, como é o caso da rede de esgotos que está permanentemente obstruída. Consequentemente, a falta de higiene, depois da reforma, deixará de existir.

Embora as suas vendas tivessem caído um pouco em decorrência da mudança, a feirante Conceição Araújo Oliveira, proprietária de uma mercearia, disse que “mesmo com o faturamento inferior ao da feira, acho que a restauração é válida”.

“Tenho a impressão que após essa restauração quando voltarmos o movimento aumente muito mais.



Venceslau Marques, presidente do Sindicato do Comércio Varejista e Feirantes de São Luís.

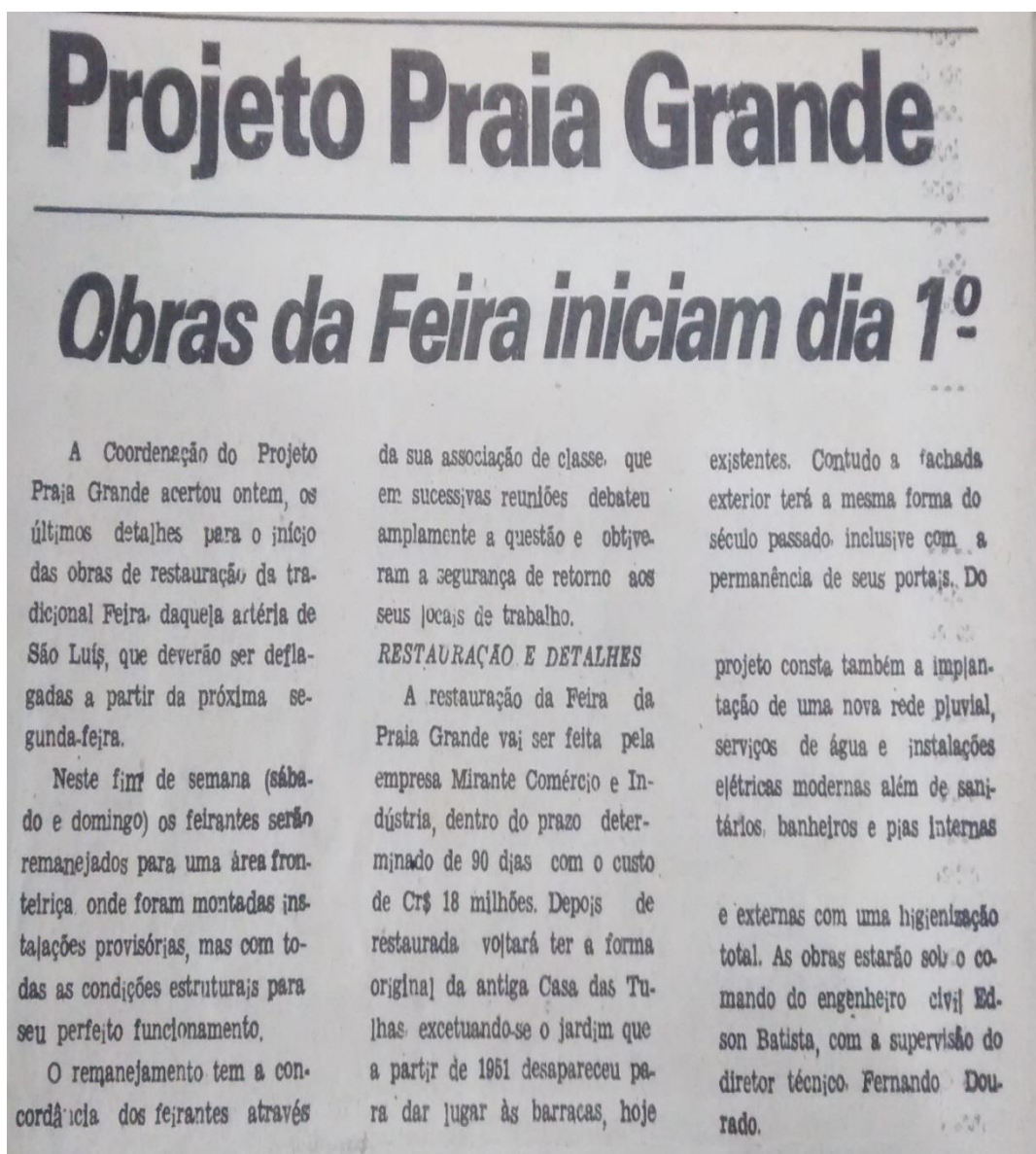


Conceição Oliveira, “a restauração é válida”.

**Figura 18:** Foto da reportagem sobre a reforma na Feira da Praia Grande.

**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão. 6 de março de 1982; nº 3147, p. 7.

**ANEXO IV: REPORTAGEM DO JORNAL O IMPARCIAL SOBRE A RESTAURAÇÃO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE PELO PROJETO PRAIA GRANDE.**



**Figura 19:** Foto da reportagem sobre o início da reforma na Feira da Praia Grande.  
**Fonte:** Jornal O Imparcial. 26 de fevereiro de 1982, p. 7.

## ANEXO V: REPORTAGEM DO JORNAL O IMPARCIAL SOBRE A MUDANÇA DOS FEIRANTES PARA OUTRO LOCAL ENQUANTO A FEIRA DA PRAIA GRANDE ESTAVA EM REFORMA

### *Feirantes abandonam a Praia Grande*

Começou ontem a demolição das instalações internas da Feira da Praia Grande, que será completamente reformada dentro de um prazo de 90 dias, conforme informação do arquiteto John Gsiger, membro da Comissão Coordenadora do Projeto Praia Grande.

Ontem à tarde, também, todos os feirantes ali instalados terminaram de mudar-se provisoriamente para um prédio ao lado da antiga Feira — num prédio que pertencera, segundo informações dos próprios barraqueiros, a antiga e já extinta firma Lima Farias, que se instalara num espaçoso galpão.

“VAMOS ESPERAR”

A maioria dos feirantes é de opinião que o movimento na antiga feira só decrescerá nos primeiros dias, da mudança e que depois voltará ao normal. Diante da perspectiva de voltarem para um mercado totalmente reformulado, alguns dizem: “vamos esperar que a coisa melhore”.

Dona Cecília Santos falou por todos. Já tem 37 anos de Comércio na Praia Grande. Sua barraca é uma miscelânea de produtos: fumo de corda, charutos, mel de abelha, produtos de umbanda, com imagens de “santos” da religião, cachaça, tiquira, cachimbo de barro, peneira, colher de pau, etc. Com três filhos, ela disse viver deli “e daqui tiro sustento pra mim e meus filhos”, já que não tem marido.

Sobre a mudança, dona Maria disse que só a esperança de que a coisa vai melhorar, já lhe deixa alegre. “Vamos esperar para crer”. Há companheiros seus mais afortunados, com verdadeiras mercearias, restaurantes, além de outras barracas mais sortidas, instaladas, agora, em boxes montados pelo Projeto Praia Grande para abrigar todo o pessoal.



O novo local onde estão instalados os feirantes: antigo galpão ao lado da feira

**Figura 20:** Foto da reportagem sobre a retirada dos feirantes da Feira da Praia Grande.  
**Fonte:** Jornal O Imparcial. 05 de março de 1982, p. 7.



## ANEXO VI: REPORTAGEM DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, SOBRE INAUGURAÇÃO DE OBRAS DO PROJETO PRAIA GRANDE



**Figura 21:** Foto da reportagem sobre a inauguração das obras do Projeto Praia Grande.

**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão. 5 de outubro de 1982; nº 4067, p. 3.

## ANEXO VII: REPOSTAGEM DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, COM AS IMPRESÕES DOS FEIRANTES SOBRE A RESTURAÇÃO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE



**Figura 22:** Foto da reportagem sobre as impressões dos feirantes.

**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão. 6 de outubro de 1982; nº 4068, p. 7.

**ANEXO VIII: ARTIGO DE LUSO TORRES SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PASSADO DE SÃO LUÍZ E DE SEUS CASARÕES**

**São Luiz**

**Luso TORRES**

(Para os "D. A.")

Na sessão solene de instalação da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município de São Luiz, o coronel Luso Torres pronunciou o seguinte discurso:

Há pouco tempo, em palestra, um cidadão estrangeiro de escoteira cultura e um tanto distraído, dizia-me conselheiralmente que o Brasil é quasi um país sem tradições... Fiz-lhe ver que ele laborava em erro crasso, erro de quem ignora o Brasil; que apesar de nossa pouca idade, como povo, temos a idade espiritual de nossos ascendentes europeus, possuimos tradições fortes e belas, que se radicam no cultivo mental e moral da civilização cristã; temos uma história, em que colaboraram insuspeitamente escritores estrangeiros; temos os nossos heróis e as nossas heroínas, comparáveis aos de qualquer país civilizado; temos os nossos sábios, os nossos cientistas, os nossos artistas; temos as nossas tradições religiosas, as nossas devoções regionalistas, as nossas festas populares, o nosso folclore; e sabemos amar ardentemente o nosso passado.

Trago á balha o caso porque vejo nesta iniciativa do sr. Prefeito Municipal de catalogar os nossos monumentos um relevante serviço ás nossas tradições.

O passado é sempre um entrelaçamento de tradições, que se devem defender e cultivar no presente para que se projetem no futuro, com aquela força instintiva que é a própria essência da vida.

O passado maranhense, o passado baiano, os passados de todas as unidades da federação são correntes de uma única significação social e política, são correntes de uma só convergência histórica que é o passado do Brasil.

O sentido de nossa missão é, pois, alta e essencialmente nacionalista.

Respeitar e amar o passado não é ser retrógrado ou passadista, a ponto de rebelar-se a gente contra as leis incoercíveis da evolução e só querer respirar o bafio das velharias. Nenhuma rebeldia é, porem, mais inútil, mais ineficiente e ridícula do que a rebeldia sistemática contra o passado.

O passado impõe-se e comanda. Sem muitas vezes darmos por isso, volta-se o nosso espirito a cada instante para ele. Não quer isto significar que devemos calar os erros do passado. A nossa missão, ao procurarmos resguardar o que houver de histórico e artístico em S. Luiz, é missão espiritual de patriótica atualidade.

O decreto municipal tem, alem de tudo, uma função social, que cumpre acentuar e é — despertar na alma da coletividade o interesse das coisas belas e simples, torná-la sensível ás emoções educativas, que a simples carência de observação deixa de colher na corrida das horas ordinárias e dos ócios mal empregados; é, enfim, pôr em relevo os velhos cenários e os traços estéticos mais característicos da nossa Capital, porque toda cidade, e mais sendo uma cidade colonial, por pobre, por modesta e humilde que seja, tem os seus traços dominantes, os seus pontos característicos e esta ou aquela singularidade digna de nota.

Artistas, escritores e viajantes não chamado S. Luiz — "cidade dos azulejos". E' um dos tons da sua fisionomia, herdada do antepassado lusitano. En-

(Conclue na 5.ª página)

**Borracha**  
**para a**  
**Albuquerque**

(Para os  
Depois da historica conferência dos chanceleres realizada no P.

poderá servir de base á organização do seu album ou guia histórico e artistico. Falo nisto por me haver chegado a noticia do "Guia prático, histórico e sentimental da cidade de Olin-da", organizado pelo acatado escritor e sociólogo Gilberto Freyre, que já fez idêntico trabalho sôbre o Recife. Acho mesmo a escolha do título tão feliz que penso podemos imitá-lo desde aí: — histórico e sentimental é que deve ser o guia de uma cidade como a nossa, tão cheia de recordações honrosas umas, ingratas outras, mas todas merecedoras de registo.

Nas velhas cidades, as construções revocam o espirito de cada época, e de minha parte confesso que, diante dêsses sobradões da Praia-Grande, não deixo de lembrar-me do esforço do braço escravo, dos negros anônimos que ali suaram dias a eito, para os construir. A's vezes, grossos paredões, soturnas galerias asseladas da pátina inextinguível, subterrâneos silenciosos e mirantes que respiram mistérios, ou segredos, guardam lendas e confusas narrativas, que não deixam de ter a sua curiosidade, embora a objetivação histórica seja obrigada, aqui e ali, a refrear os distúrbios da crendeira ingenuidade e da airada fantasia.

Aqui em S. Luiz quasi toda a gente se recorda do "Palácio das lágrimas", nome que lembra as "Mil e uma noites", o "Palácio das lágrimas", em cujas janelas, sempre escancaradas a todas as ventanias, aparecia, de quando em quando, o aluado fantasma de um Launé, a falar de dôres e arrependimentos, que já ninguem podia entender.

São de ontem as ruínas do "palácio dos holandeses", os impiedosos invasores que, ao fugirem daqui, em 1644, deixaram a cidade "tão desfigurada", que mais a reconheceu Teixeira de

# São

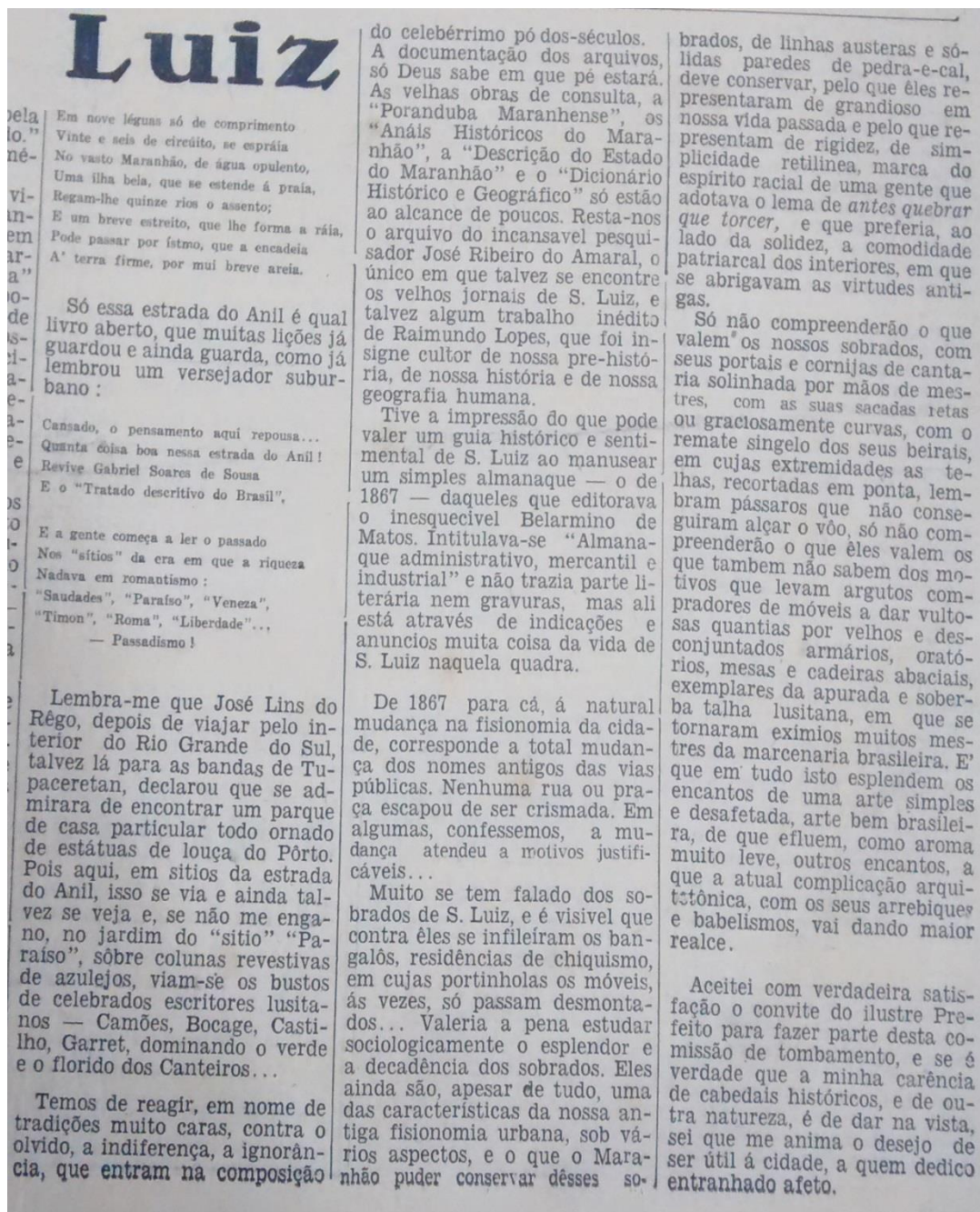
Melo pela situação do que pela semelhança do que tinha sido." (Ribeiro do Amaral — "Efemérides", 27).

Ao chegarem a S. Luiz, os visitantes, nacionais ou estrangeiros, turistas curiosos e bem educados, ou criticadores de arribação, tendo em mão o "guia" da cidade, já sabem o que podem procurar e ver, e em vez de se meterem a confrontar a nossa modéstia e a nossa simplicidade com os deslumbrantes quadros de outras paragens, enveredarão pelo caminho da sensata observação histórica e saberão que nós nos conhecemos e conhecemos o que possuímos.

Desde que li referências aos "guias" organizados pelo Douto Gilberto Freyre, senti-me curioso de os compulsar e cuido que serão mais do que uma resenha artistica e histórica: — um excelente meio de propaganda e de ensinamento, até para os mais sabidos.

Seria de grande necessidade ou vantagem que o guia ou album da cidade memorasse coisas que já existiram, e de que agora só nos resta, em crônicas e velhos calhamaços, a lembrança, que se vai apagando com os anos, como o "páu-da-bandeira", de que nos fala João Lisboa, o local do pelourinho, o largo da fôrca, a "pedra-da-memória", o quartel da praça Deodoro, etc.

Em relação ao album, talvez fôsse melhor irmos além da capital, organizando o album histórico e sentimental da Ilha do Maranhão, que é hoje um só municipio e cujo interior já está bem outro daquele que cantou o frei José de Santa Rita Durão :



**Figura 23:** Fotos do artigo de Luso Torres sobre a preservação dos casarões de São Luís.  
**Fonte:** TORRES, Luso. São Luiz. Diário do Norte. 6 de junho de 1943, p.2;5.

ANEXO IX: ARTIGO DE ANTONIO LOPES SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS.

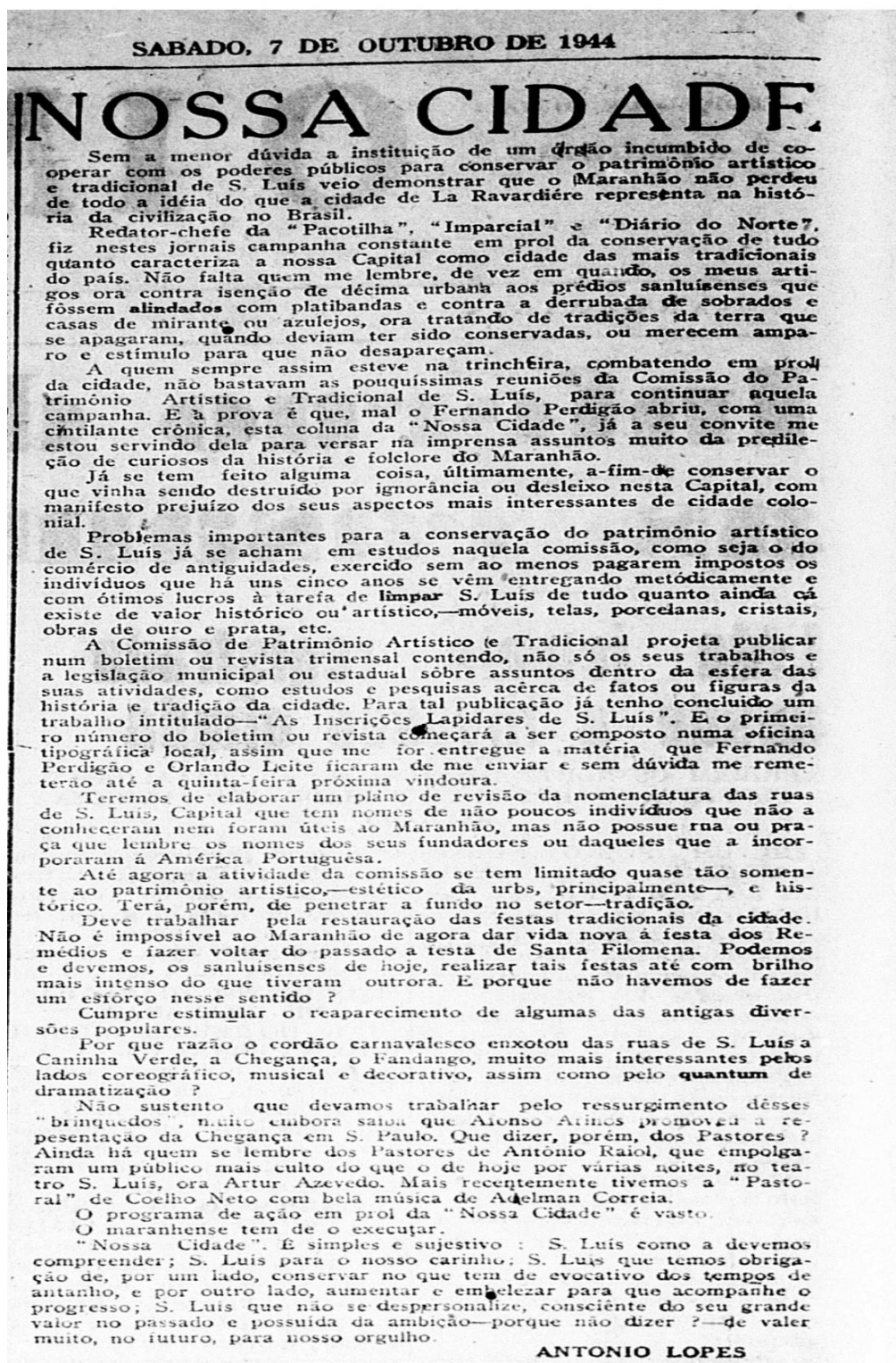


Figura 24: Foto do artigo de Antonio Lopes.

Fonte: Nossa cidade. O Imparcial. 7 de outubro de 1944, p. 2.

ANEXO X: ARTIGO DE MARTINS DE CARVALHO SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS.

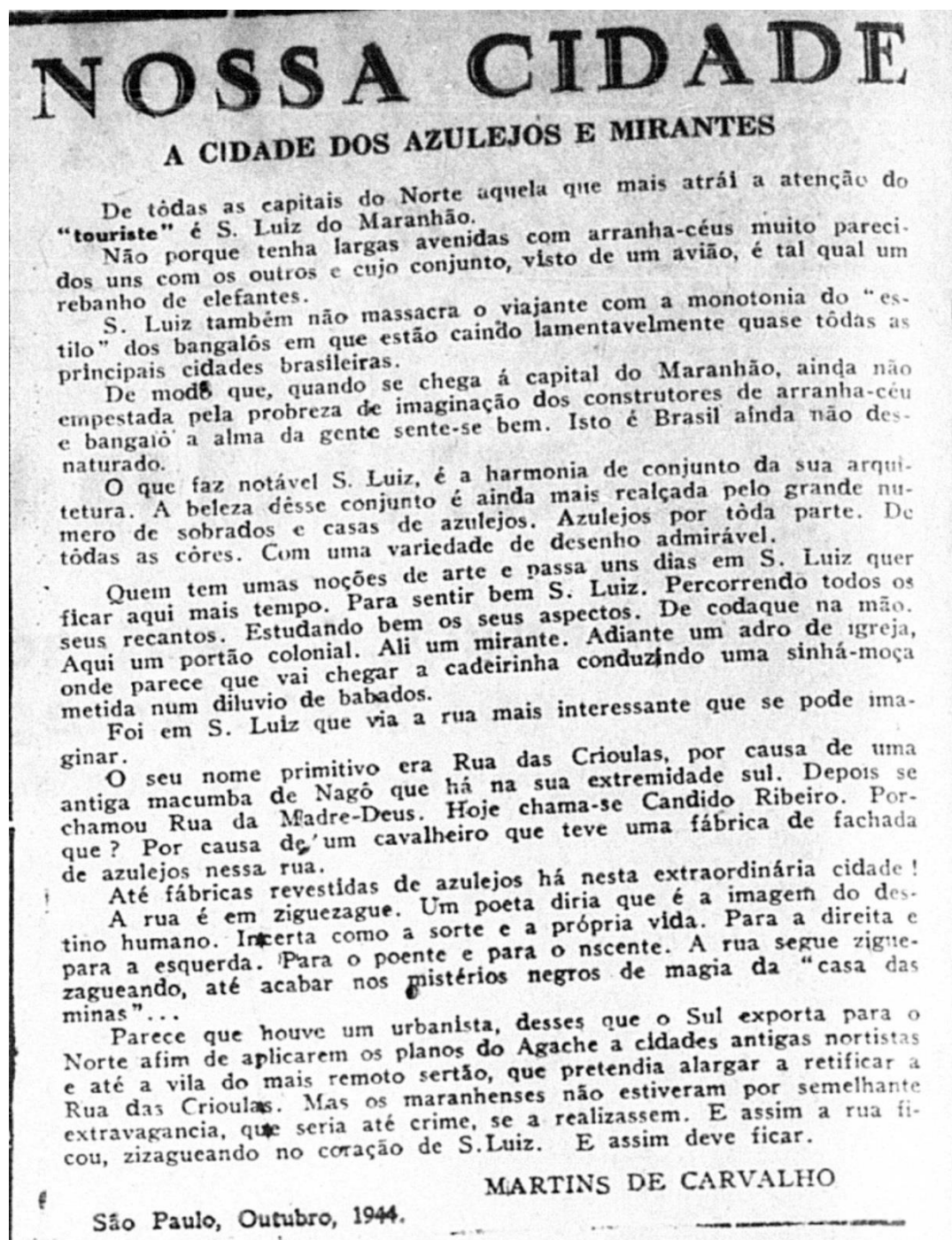


Figura 25: Foto do artigo de Martins de Carvalho.  
 Fonte: O Imparcial. 2[?] de outubro de 1944, p. 2.

ANEXO XI: ARTIGO DE FERNANDO PERDIGÃO SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS.

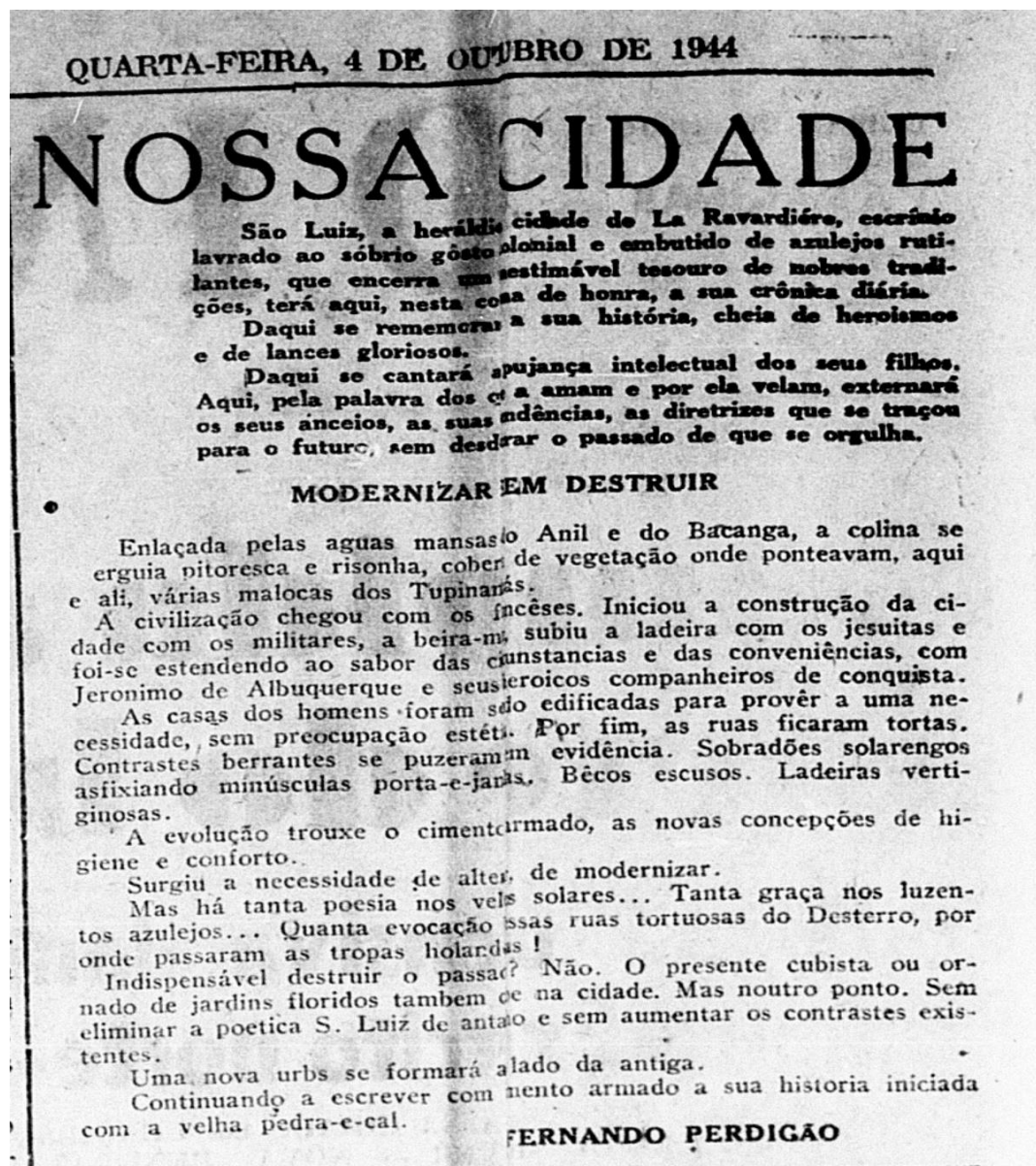


Figura 26: Foto do artigo de Fernando Perdigão.  
Fonte: O Imparcial. 4 de outubro de 1944, p. 2.



**ANEXO XII: RELATÓRIO DO INTERVENTOR PAULO MARTINS DE SOUZA RAMOS AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS.****OBRAS PÚBLICAS**

Prosseguiu a municipalidade, em 1940, na execução sistemática do plano de reforma urbanística da cidade de S. Luiz.

Velhas praças, de construção centenária, desniveladas e mal calçadas, tornaram-se aprazíveis logradouros; ruas estreitas e tortuosas, traçadas ainda nos tempos coloniais, foram alargadas ou transformadas em modernas avenidas; o antigo Caminho Grande, única via de acesso ao interior da ilha e que nunca tinha merecido os cuidados da administração local, começou a receber magnífica pavimentação e está sendo cuidadosamente arborizado. A cidade passou, em suma, a ostentar uma nova fisionomia, bem diferente daquela que lhe imprimiram os colonizadores e que conservava até há bem pouco tempo.

Vale destacar, entre os empreendimentos da Prefeitura no ano recém-findo, a reforma da Praça João Lisbôa, incontestavelmente o mais frequentado logradouro de S. Luiz.

Essa praça, apesar de ser o centro de maior movimento da Capital, estava por isso mesmo a reclamar uma completa remodelação. Seu defeituoso calçamento, sua arborização antiquada e inteiramente desprovida de arte, a irregularidade do seu contôrno, davam-lhe aspecto em nada condizente com o que devia apresentar o principal trecho da cidade.

Vencendo uma série de obstáculos de caráter técnico, originários das difíceis condições topográficas do local, obstáculos que tiveram de ser removidos de modo a se aten-

derem, do mesmo passo, as novas e crescentes exigências do tráfego, a Prefeitura está completando ali a execução de um plano de obras verdadeiramente notável.

Comporta a planta da nova praça três secções centrais de canteiros, em planos salientes, dispostas intervaladamente ao longo da maior dimensão do quadrilátero ali formado, e onde se abrigam os jardins e demais detalhes de ornamentação, incluindo o piso, todo êle trabalhado em cantaria especial, negra e branca, formando caprichosos desenhos; o restante espaço é ocupado por amplas superfícies de rolamento, pavimentadas a concreto, e pelos passeios laterais.

A construção da Avenida Getúlio Vargas, antigo Caminho Grande, a que acima fiz referência, merece também especial menção.

Iniciadas as obras da aludida via pública em 1939, foi, contudo, em 1940 que elas avançaram, a ponto de se encontrarem hoje próximas do seu termo.

Esta avenida, pavimentada a concreto, com canteiros centrais, em planos salientes, e duas largas superfícies de rolamento, transformou a zona suburbana, por onde se estende, num dos melhores e mais modernizados trechos da Capital.

Outro melhoramento de grande vulto e destinado a modificar por completo a feição colonial de S. Luiz, é o representado pela grande artéria que ligará a Avenida 5 de Julho á Praça do Mercado, atravessando a cidade, da margem do rio Anil a um ponto muito próximo da margem do rio Bacanga.

Compreende a nova avenida dois seguimentos não colineares, partindo o primeiro da Avenida 5 de Julho e terminando na Praça João Lisbôa, orientado no sentido do traçado da antiga rua Tarquínio Lopes; e o segundo, começando na extremidade sul da referida Praça, no ponto de junção desta com a rua Afonso Pena, e finalizando na Praça do Mercado.

As obras do primeiro seguimento encontram-se já bastante adiantadas e as do último serão iniciadas dentro em breve.

E' tambem digna de nota a atividade desenvolvida pela Prefeitura, em 1940, no serviço de pavimentação.

Com efeito, no periodo em revista, pavimentou a municipalidade a área de 26.666 m<sup>2</sup>, 0160, além de 1.108m<sup>2</sup>,17

trabalhados em cantaria especial, na Praça João Lisboa, o que perfaz a cifra global de 27.744m<sup>2</sup>,1860 de área pavimentada.

Comparado o trabalho executado em 1940 com o realizado nos dois anos precedentes, registra-se :

<i>Ano</i>	<i>Área pavimentada</i>	<i>Diferença</i>
1938 .. .. .	8.803,35m <sup>2</sup>	—
1939 .. .. .	12.460,22m <sup>2</sup>	+ 3.656,87m <sup>2</sup>
1940 .. .. .	27.774,18m <sup>2</sup>	+ 15.313,96m <sup>2</sup>

Numerosos outros serviços e melhoramentos, de menor vulto, é certo, mas, nem por isso, menos correspondentes a instantes necessidades públicas, foram concluídos pela Prefeitura em 1940

**Figura 27:** Fotos do relatório do relator Paulo Martins.

**Fonte:** RAMOS, Paulo Martins de Sousa. Relatório apresentado ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos. 1941, p. 61; 62; 63.

### ANEXO XIII: MENSAGEM DO PREFEITO JOSÉ OCTACILIO SABOYA RIBEIRO

Não é pequeno o numero de predios que se encontram em estado adeantado de ruina, transformados, se em focos de proliferação de animaes nocivos á saude, ameaçando permanentemente a vida dos transeuntes. Muitos dos grandes casarões acabaram adquirindo denominações de todo inverosimeis, que se dizem ligar São a factos da historia do Maranhão. Entre outros, o chamado "Palacio dos Hollandezes", de architectura ne; colonial Portugueza typica sem nenhum valor de ordem architectonica ou interesse de ordem pittoresca, construido de modo primitivo, sem offerecer nada que pudessem aconselhar a sua conservação.

Contra ruinas de tal natureza, está a Municipalidade mediante o disposto no art. 493 do Codigo de Posturas, em condições de intervir com presteza para retirar do centro urbano esses aspectos degradantes, que aviltam a cidade, creando, para os que nella residem, uma atmosphera de desalento, dando aos que a visitam um triste espectaculo de cidade em ruina, concorrendo para o seu descredito, tornando-a dia a dia mais em contraste com as florescentes cidades do Piauhy, Ceará e de todo resto do Brasil. Taes factores, de certo, em nada influenciam o espirito grosseiro dos que não sabem corresponder á generosidade da terra hospitaleira; dos que em nada são capazes de contribuir para fazer "crescer, crear, subir" este recanto de nosso grande Brasil. Estamos certos, entretanto, de que todos os que possuem espirito progressista, todos os amigos da cidade, que desejam o seu engrandecimento, a querem o quanto antes, livre das causas que a collocam em dolorosa inferioridade deante de outras cidades brasileiras.

Para completar as medidas constantes do Codigo de Posturas, creamos as taxas para melhoramentos da

1.º) — fazendo a ligação directa da avenida Pedro II com a chamada Rampa de Palacio, desaparecendo a escadaria existente, que será substituída por uma via larga de 15,000 ms., com declividade igual ou inferior a 8%;

2.º) — fazendo o prolongamento da avenida João Lisbôa até a avenida Beira-Mar, na forma já atrás descripta;

3.º) — tornando mais facil o accesso da rua Sete de Setembro, que deverá ser sujeita a alargamento progressivo, até alcançar a largura de 15,00 ms.;

4.º) — estabelecendo-se a ligação com o bairro dos Remedios, por intermedio da rua Jansen Muller, que deverá soffrer alargamento, do mesmo modo que a rua Sete de Setembro;

5.º) — construindo a praça fronteira á Estação Ferroviaria, que passaria a ser uma rotula do novo systema de vias. A primeira operação tornar-se-á opportuna logo que esteja construido o novo caes do Thesouro, servindo o material do desmonte para o aterro respectivo; a ligação com a praça João Lisbôa, exigindo uma intervenção urbanistica de larga envergadura, demanda custosas desapropriações; entretanto, é de todo aconselhavel que os imoveis da rua Tarquinio Lopes vão sendo adquiridos amigavelmente, dentro dos recursos financeiros da Prefeitura, de modo que, em futuro não muito afastado, apenas serão feitas as despesas com o serviço de demolições e construcção de obras de viação. Quanto aos melhoramentos das ruas Sete de Setembro e Jansen Muller, já se encontram elles grandemente adeantados; a superficie carroçavel dessas ruas permite o trafego de duas filas de vehiculos, e o alargamento progressivo que vier a ser feito permittirá quatro filas. Nessas duas ruas, não nos

**Figura 28:** Fotos da mensagem do Prefeito José Octacilio Saboya Ribeiro

**Fonte:** RIBEIRO, José Octacilio Saboya. Mensagem apresentada pelo Prefeito dr. José Octacilio Saboya Ribeiro, no dia 28 de julho p. passado, quando da installação dos trabalhos da Camara Municipal. Diário Oficial. 6 de agosto de 1937, p. 14.